

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DANDARA ARSI PRENDA

**A PRÁTICA DO ACONSELHAMENTO EM KALILA E DIMNA:
PROCEDIMENTOS E AÇÕES NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO
DO PODER NOS PRIMEIROS ANOS DO CALIFADO ABÁSSIDA
(750-775)**

NITERÓI
2014

DANDARA ARSI PRENDA

**A PRÁTICA DO ACONSELHAMENTO EM KALILA E DIMNA:
PROCEDIMENTOS E AÇÕES NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO
DO PODER NOS PRIMEIROS ANOS DO CALIFADO ABÁSSIDA
(750-775)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Alta Idade Média – Poder e Sociedade

Orientador: Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes

NITERÓI
2014

DANDARA ARSI PRENDA

**A PRÁTICA DO ACONSELHAMENTO EM KALILA E DIMNA:
PROCEDIMENTOS E AÇÕES NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO
DO PODER NOS PRIMEIROS ANOS DO CALIFADO ABÁSSIDA
(750-775)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Alta Idade Média – Poder e Sociedade.

_____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Edmar Checon de Freitas
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
2014

***“A hora mais escura do dia é a que vem antes do sol
nascer”***

AGRADECIMENTOS

À minha *família* como um todo.

À Professora Dr.^a Vânia Leite Fróes pela orientação, apoio e por acreditar em mim até mesmo nos momentos de fraqueza.

À Universidade Federal Fluminense por proporcionar uma estrutura para que este trabalho fosse possível.

A todos os professores que em vários momentos compartilharam com esta produção.

À *família* do Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais Ibéricos (UFF), pelo acolhimento, apoio e amizade.

Aos colegas da graduação, pelos momentos de alegria e angústias que dividimos.

Aos funcionários e prestadores de serviço da Universidade Federal Fluminense que sempre fizeram o que estava ao alcance para auxiliar

EPÍGRAFE

“Não existe no mundo bem que não contenha o mal, nem benefício que não traga consigo a corrupção. Quem pede ao mundo aquilo que este não pode dar estará sendo injusto com o mundo, e o mundo será injusto com ele; quem tem raiva ao mundo permanecerá com essa raiva, que não fará mal senão a si mesmo”
(Anônimo)

RESUMO

O presente estudo tem como foco a prática do aconselhamento nos primeiros anos do Califado Abássida (750-775) através da fonte narrativa *Kalila e Dimna*. Esta obra foi traduzida para o árabe no século VIII por um letrado muçulmano de origem persa, Ibn Almuqaffa e reúne um pequeno estudo acerca das concepções políticas do medievo árabe, esquematizado numa literatura que se convencionou chamar de *espelhos de príncipe*. Objetiva-se perceber, através da fonte, quais são os procedimentos e ações necessárias ao soberano para que este se solidifique e se mantenha no poder. Tal estudo encontra-se circunscrito em um contexto histórico no qual uma nova dinastia, os Abássidas, busca no conhecimento mecanismos que a auxiliem na tarefa de legitimação e manutenção do poder.

Palavras-chave: Árabes – Califado Abássida – Literatura – Narrativa – Espelhos de Príncipe

ABSTRACT

The present study focuses on the counseling practice in the early years of the Abbasid Caliphate (750-775) through the Kalila and Dimna narrative source. This work was translated into Arabic in the eighth century by a Muslim scholar of Persian origin, Ibn Al-Muqaffa and gathers a small study of the political ideas of the medieval Arabic, fitting in a literature that is usually called mirrors for princes. The objective is to realize through the source, what are the procedures and actions necessary to the sovereign for him to solidify and stay in power. This study is inserted into a historical context in which the new dynasty, the Abbasids, search in knowledge, the necessary mechanisms that assist in the task of legitimizing and maintaining power.

Keywords: Arabic – Abbasid Caliphate – literature – narrative – mirrors for princes

SUMÁRIO

Lista de Esquemas	p.12
Lista de Quadros e Mapas	p.13
Introdução	p.14
Capítulo 1. AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: DEFINIÇÕES, GÊNEROS E ANÁLISES	p.19
1.1. Usos e desusos do termo Literatura	p.20
1.2. Literatura na História	p.23
1.3. O que podemos chamar de Literatura na Idade Média	p.26
1.4. As narrativas na Idade Média	p.42
1.4.1. As Narrativas no Mundo Árabe	p.43
1.5. As narrativas: Estruturas textuais em geral	p.46
1.6. A fábula e a sua inserção na obra	p.52
1.7. Kalila e Dimna: Considerações acerca de uma trajetória da Literatura de aconselhamento	p.59
1.8 As produções e estudos acerca da temática	p. 62
Capítulo 2. A FORMAÇÃO DO ISLÃ E A QUESTÃO DA SUCESSÃO DO PODER – A legitimação do poder e o projeto político de valorização do conhecimento nos anos iniciais do Califado Abássida (750-775)	p.68
2.1. Princípios gerais do funcionamento do Estado: A formação da Comunidade islâmica	p.69
2.2. As dissidências religiosas: as doutrinas Xiitas e Sunitas	p.75
2.2.1. A articulação da doutrina Xiita e a questão do imamato	p.76
2.2.2. As bases da doutrina Sunita e a questão da legitimação do poder	p.82
2.3. A consolidação do Califado Abássida e a valorização do conhecimento pelos árabes	p.90
2.3.1 Os motivos para a queda da Dinastia Omíada	p.90

2.3.2. Os anos iniciais do Califado Abássida, califados de al-Saffah (750-54) e al-Mansur (755-775) e a valorização do conhecimento	p. 95
2.4 A corte abássida: suas contribuições para o projeto político de enriquecimento intelectual	p.102
2.4.1 As vicissitudes de um autor: Uma análise biográfica acerca do tradutor de <i>Kalila e Dimna</i>	p.107
Capítulo 3. KALILA E DIMNA: AS ESTRUTURAS E CONFIGURAÇÕES DA PRÁTICA DO ACONSELHAMENTO NA OBRA	p.114
3.1. Kalila e Dimna: Os processos de composição e tradução da obra	p.115
3.2. A apresentação do conteúdo da obra	p.119
3.3. Uma obra, duas faces: Os objetivos do livro segundo Ibn Almuqaffa	p.125
3.4. A Prática do Aconselhamento: A aproximação entre letrado e soberano	p.129
3.5. Paradigmas e provérbios: uma estratégia de veiculação do conselho	p.133
3.6. Tipologia dos Conselhos: Temáticas e conselhos aplicados em cada capítulo de <i>Kalila e Dimna</i> :	p.137
Capítulo 4. KALILA E DIMNA: OS PROCEDIMENTOS E AÇÕES NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DO PODER SOBERANO	p.151
4.1. “ <i>Iblād, Īrāḥt e Xādarm, rei da Índia</i> ”: Qual dos procedimentos que, adotados pelo rei, irá nobilitá-lo ante seu rebanho, consolidando-lhe o reino e preservando-lhe a terra?	p.153
4.2 “ <i>Os corujões e os corvos</i> ”: como deve o rei proceder a caso lhe chegue do inimigo ou de algum adversário, um pedido de acordo?	p.159
4.3. “ <i>O leão e o chacal</i> ”: procedimento dos reis no que tange às relações entre eles e aqueles que lhe são próximos.”	p.162
4.4 “ <i>O peregrino e o ourives</i> ”: a quem o rei deve conceder favores? Em quem lhe é lícito ter confiança?	p.168
5. CONCLUSÃO	p.171

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.175
6.1. Fontes	p.175
6.2. Obras citadas	p.175
6.3. Obras consultadas	p.178
7. ANEXOS	p.184

LISTA DE ESQUEMAS

- ESQUEMA 1. Esquema dos personagens de acordo com a sua funcionalidade no texto p. 49**
- ESQUEMA 2. Esquema explicativo da credibilidade das fábulas p. 57**
- ESQUEMA 3. Processo de tradução da obra *Kalila e Dimna* p. 118**
- ESQUEMA 4. Características de um bom governante p. 154**

LISTA DE QUADROS E MAPAS

QUADRO 1. Faces do livro <i>Kalila e Dimna</i>	p. 128
QUADRO 2. Temática dos Conselhos em <i>Kalila e Dimna</i>	p. 138
MAPA 1. A expansão do Império Islâmico até 750	p. 71

INTRODUÇÃO

Primitivamente elaborado na Índia, *Kalila e Dimna* celebrizou-se por meio da adaptação do árabe feita por Ibn al-Muqaffa difundindo-se por toda a Europa¹. Contudo, seu texto segue as preocupações de seu tradutor e a época em que vivia. Ibn al-Muqaffa foi um dos primeiros prosadores da dignatária corte Abássida e dedicou seus escritos sobre a ética política, por um lado, expressando sua concepção de poder, por outro, o conhecimento necessário para o homem comportar-se bem na terra e garantir sua salvação na vida após a morte²

Sem dúvidas a política é um dos temas mais relevantes, talvez o mais importante, do livro *Kalila e Dimna*. Segundo Mansour Chalita, a obra

“contém realmente, toda a sabedoria humana, orientada para a mais prestigiosa e influente das atividades: a política, a arte de governar, de guiar o destino dos homens e dos povos e de moldá-lo pouco a pouco conforme convicções e concepções próprias”³.

Assim, o texto sugere formulações que procuram oferecer aos governantes um “guia” que oriente nas mais diversas situações – ressaltando sempre a perspicácia, o saber aconselhar-se, evitar o falso, acabar com o mal prontamente, temer a Deus etc. A inteligência e o bom conselho são fundamentais para a manutenção do poder – assim, como ser igualmente justo e cumpridor da lei. Sem dúvidas os conhecimentos contidos em *Kalila e Dimna* eram de grande interesse aos recém chegados abássidas, que buscavam na diversidade do Império meios para se afirmar. A partir desse cenário uma hipótese apareceu nos preâmbulos da pesquisa, notou-se que nas linhas e entrelinhas de *Kalila e Dimna* encontram-se instruções e procedimentos claros, direcionados aos soberanos com o objetivo de auxiliá-los na manutenção do poder.

¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

² 'Abd Allah Ibn al-Muqaffa', *Kalila wa Dimna*. Syrie ou Égypte ?, milieu XIV^e siècle ? Papier BNF, Manuscrits orientaux. Disponible em: <http://expositions.bnf.fr/livrarab/enimages/salle4/index.htm>

³

Entretanto, por mais que o recorte se apresentasse retilíneo, sendo plausível para se trabalhar dentro dos prazos – dois anos –, a fonte mostrou-se mais complexa e grandiosa abordando inúmeras temáticas, não só ligadas aos decoros da política. Assim, foi necessário focar nos objetivos concretos propostos pelo recorte caracterizado pelas práticas políticas sem, contudo, deixar de lado a encantadora estrutura recheada de narrativas e fábulas que nos transportam para um mundo ainda pouco explorado.

Além da dificuldade de desbravar as extensas e intensas narrativas que a obra proporciona, iniciou-se o grande desafio de estudar o mundo árabe medieval através das escassas bibliografias que constam nas prateleiras e arquivos no Brasil, pois as pesquisas nesta área ainda se encontram ainda embrionárias⁴. Neste sentido, o vínculo com os pesquisadores do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, grupo que há algumas décadas vêm investigando os mecanismos de afirmação e consolidação do poder régio, foi de grande importância para esta pesquisa. Não obstante, convém ressaltar o contato com o *CEAr – Centro de Estudos Árabes* e as contribuições de seus pesquisadores para o intercâmbio entre a História e a Literatura.

Para a formulação deste material foi de fundamental importância os diálogos proporcionados pelos cursos ministrados pelos professores Dr.^a Vânia Fróes, Dr. Mario Bastos, Dr.^a. Sônia Rebel e Dr. Fernando Muniz. O contato com as disciplinas permitiram que o presente estudo avançasse, principalmente, no que tange as relações entre História e Literatura, metodologia e teoria.

**

A fim de oferecer uma síntese dos temas que serão abordados em cada capítulo, passa-se a uma breve descrição dos mesmos. O primeiro capítulo tem como principal objetivo apresentar a trajetória da noção do termo “Literatura” através do tempo, pois sendo a fonte primária deste estudo uma obra literária, torna-se crucial um balanço do que foi, do que é ou do que ainda não foi

⁴ Entrevista com Miguel Attie Filho. <http://www.icarabe.org/entrevistas/o-livro-da-alma-de-avicena-recebe-a-primeira-traducao-direta>. Acessado em 22/09/2011

decidido acerca do termo “Literatura”. Inicialmente, o capítulo será dividido em três blocos, enfatizando-se pontos como a dificuldade de definição por parte dos estudiosos, suas ligações e influências de acordo com o período histórico em que a sociedade se encontra e o conflito do uso da literatura como obras de conhecimento ou a literatura como distração e entretenimento.

Outra intenção desta primeira parte é salientar os usos e desusos do termo “Literatura” para o período da Idade Média, apontando questões no tocante a relação da palavra às obras ou mesmo a uma prática. Questionar a existência de uma consciência por parte dos homens do medievo de uma produção literária, pode-se utilizar este termo, como conhecemos hoje para o mundo medieval? Todas estas análises apresentarão breves abordagens ligadas ao Ocidente medieval, mas, preferencialmente, serão ligadas ao Mundo Árabe, foco desta pesquisa.

Partimos então para uma segunda parte deste primeiro capítulo que salientará a importância das narrativas no medievo árabe e a sua integração com a Literatura. Abordar-se-á a dualização entre literatura e oralidade, dando ênfase às questões da temática ligadas a fábula e provérbios. Apresentará uma análise apontando o papel das narrativas no cotidiano popular e a sua estrutura textual.

Analisar-se-á também, a inserção desta obra nos moldes da Literatura parenética ou *espelhos de príncipe*. Por último, será apresentado um balanço dos estudos árabes, a importância dos estudos que aproximam a Literatura das pesquisas históricas, suas contribuições e dificuldades e direcionando estes questionamentos para os estudos árabes e principalmente para os estudos da obra *Kalila e Dimna*.

No segundo capítulo objetiva-se fazer um balanço da conjectura histórica que se encontra delimitada pelo recorte temporal que a fonte a ser utilizada, a obra *Kalila e Dimna*, apresenta; sendo este, respectivamente, o século VIII d.C. Neste sentido, a obra desenvolve-se no período entre a transição do fim do Califado Omíada e as tentativas de consolidação por parte dos soberanos que compuseram o preâmbulo do Califado Abássida, desde a tomada do poder em 750, até o reinado de al-Mansur (754-775)

Porém muito além da queda de uma casa para a ascensão de outra, este momento de transição aborda questões muito mais profundas, e que a

obra revela de forma indireta, como a questão da sucessão dos governantes, o maior problema do Império Islâmico desde a morte do Profeta Muhammad.

Nestes moldes, analisar-se-á no presente capítulo, as questões acerca dos diversos desafios e dificuldades para a formação de um Estado Islâmico. Serão analisados a formação e os fundamentos das dissidências religiosas entre os muçulmanos, as correntes Xiitas e Sunitas, que, conjuntamente, com outros fatores levaram ao esfacelamento do poder do Califado.

Entrelaçado aos desdobramentos do Império Islâmico encontra-se a história do suposto letrado Ibn Almuqaffa, tradutor da obra *Kalila e Dimna*. Ao mesmo tempo em que se problematizará o recorte histórico supracitado, serão abordadas questões acerca das vicissitudes do autor, analisando-se uma breve biografia que se encontra no *corpus documental*. Com a análise da vida deste letrado, em conjunto com a bibliografia, busca-se compreender a vida nas cortes árabes medievais e, sobretudo, fazer uma reflexão acerca das disputas em busca do posto de Califa.

Parte desta análise se apoia na trajetória de vida deste letrado, que ascende socialmente enquanto os Omíadas estão no poder. Contudo, é na corte Abássida que o ousado letrado ganha espaço e participa do jogo de poder que mais uma vez testa o Império com a questão da sucessão legítima e reconhecida. O tradutor Ibn Almuqaffa possuía o cargo de escriba, auxiliar e conselheiro de Abdullāh Ibn Alī e de Sulayymān Ibn Alī, ambos tios do Califa Abū Jafar Almanşūr, e neste cenário, ambos disputavam com o sobrinho a autoridade e o reconhecimento do poder perante o Império.

Portanto, o propósito deste capítulo é analisar este período histórico através das linhas descritas por Ibn Almuqaffa nas vicissitudes de um livro e seu autor, porém, tendo como espinha dorsal a questão do problema da autoridade do soberano e o seu reconhecimento.

Para o terceiro capítulo serão apresentadas as características da obra *Kalila e Dimna*, como a circulação de manuscritos, o processo de tradução da edição utilizada nesta pesquisa, dados acerca da estrutura textual da obra e as diversas traduções veiculadas por toda a Europa. Além disso, será feita a apresentação do conteúdo narrativo da fonte *Kalila e Dimna*, desvelando as histórias por trás das diversas narrativas, paradigmas e fábulas que se apresentam e ilustram a obra. Serão analisadas dentro deste conteúdo as duas

faces que o texto revela, sendo uma delas a do entretenimento e do humor, destinada ao vulgo e ao ignorante, e a outra ligada à sapiência e ao modelo de conduta que soberanos e auxiliares devem conhecer e praticar, proposta central do livro que atende aos propósitos dos letrados e sábios, pois estes saberiam identificar esta face, mesmo ocultada através das falas de quadrúpedes e aves.

Após esta abordagem, segue-se para um segundo eixo no trato com a fonte no mesmo capítulo três, identificando e apresentando as tipologias dos conselhos inseridos em cada capítulo. Tomam-se como ponto de partida os questionamentos do soberano – narratário –, que são respondidos pelo filósofo letrado – narrador- através de máximas e paradigmas, ilustrados pelas fábulas.

No quarto capítulo outros aspectos serão estudados através da análise dos quatro capítulos, os quais apresentam temáticas que revelam a prática do aconselhamento ao soberano, concentradas nos procedimentos e ações necessárias à manutenção do poder.

Pretende-se com este capítulo, entender qual é a importância dada à prática do aconselhamento e quais são os benefícios que esta traz ao soberano e à manutenção de seu poder no Mundo Árabe. Torna-se essencial estes questionamentos frente a um cenário Árabe Medieval que ainda não possui um poder político legitimamente reconhecido por todo o Império.

Como fundamento para o desenvolvimento destas questões, utilizar-se-á a fonte literária *Kalila e Dimna*, que constitui uma espécie de pequena enciclopédia na qual saberes e decoros são apresentados em chave alegórica mediante ações e diálogos de animais e de seres humanos; traduzida, organizada e comentada por Mamede Mustafa Jarouche, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA:
DEFINIÇÕES, GÊNEROS E ANÁLISES**

1.1 Usos e desusos do termo literatura

Ao longo do tempo, os intelectuais se empenharam na busca por uma definição sólida do termo literatura, contudo, ainda hoje, este conceito se apresenta de forma complexa. Para tanto, o termo literatura pode ser usado em muitos sentidos diferentes, podendo significar qualquer coisa escrita em verso ou em prosa, designar unicamente aquelas obras em que se revestem de certo mérito ou utilizando-se da afirmação de Marlies Danziger “tudo o mais é literatura”⁵.

Neste trabalho será preferível defini-la de forma mais ampla e neutra quanto possível, trazendo questões acerca da dificuldade de uma definição, do pertencimento ao domínio das artes e da dualidade entre literatura como entretenimento e literatura como parte integrante das ciências e do conhecimento.

Segundo Franco Fortini, as discussões acerca da dificuldade de se definir o termo literatura se encontra em dois extremos. Em uma das pontas temos a negação da dificuldade, considerando como legítima qualquer definição:

Supondo a afirmar que a literatura é tudo aquilo que com esta palavra é indicada pelos falantes, por conseguinte, é uma essência ou um conjunto de alguma coisa dentro do consenso de uma sociedade bem delimitada.⁶

Na outra ponta encontramos também os que negam a dificuldade, pois, acreditam na impossibilidade de se chegar a uma definição única possível. Para estes, segundo Fortini, “a literatura seria inalcançável.”⁷

Há inúmeros trabalhos, segundo Fortini, que abordam questões ligadas à teoria da Literatura e que se utiliza de diversos instrumentos do ramo da Estética, Sociologia, Linguística, Antropologia, Psicanálise e Semiótica. Tais posturas, segundo o autor, são contraditórias e transformam o campo lícito da Literatura em um espaço vazio em torno do qual giram noções delimitadas pelos instrumentos de análise como a Filologia, Retórica, Estilística, discurso

⁵ DANZIGER, Marlies K. e JOHNSON W. Stacy. *Introdução ao estudo crítico da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1974. Trad. Álvaro Cabral, com a colaboração de Catarina T. Feldmann.

⁶ FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, vol. 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

⁷ FORTINI, Franco. *Ibid.*

dentre outras mais⁸. Estes rodeios e fugas podem ser entendidos por meio da dificuldade de se chegar a um acordo do que essencialmente pode ser ou não Literatura.

Em latim, a palavra *litteratura* tem o mesmo sentido que a palavra *grammatica* e está relacionada tanto ao campo gramatical, quanto a leitura comentada dos autores e o conhecimento que proporciona⁹. Também está ligada ao sentido de instrução, do saber relativo à arte de escrever e ler, da cultura do homem de letras, portanto, uma pode-se notar uma conexão com os caracteres escritos ou impressos¹⁰.

No século XIV, *litterato* indicava o alfabeto e o homem – laico – ligado ao saber e as ciências, mas também “escrito com letras”¹¹. Com o Renascimento, o termo assume um significado próximo ao de pessoa culta. Entre os séculos XVIII e XIX, “litteratura” indicava uma especialização, uma atividade e uma prática. Esta especialização, segundo Fortini, consistia:

Não tanto em produzir algo de escrito e impresso – ou seja, o que se chama hoje de produção literária – como num nível específico de preparação cultural, mas correspondia a uma qualificação social ou de classe.¹²

Nesta fase o termo literatura era empregado para denominar obras poéticas, ilustradas na expressão “*belas letras*”¹³. Somente no final do século XVIII o termo foi utilizado para agrupar conjuntos de obras literárias de um país, como por exemplo, literatura inglesa, literatura espanhola etc.¹⁴.

Nesta qualificação e colocação histórico-sociológica que antecede às mudanças ocorridas nos finais do século XVIII, podemos pensar nos *litteratos* do passado como a continuação dos clérigos do mundo medieval, mantendo um trabalho de copista, com a intenção de se preservar as obras que seriam

⁸ Obras como: AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. Editora Cultrix. Lisboa, 2004. Livro que é utilizado de base para disciplinas introdutórias de literatura em Universidades brasileiras como UFF, URFJ, USP entre outras.

⁹ No que concerne à literatura na Idade Média será melhor trabalhado no segundo bloco deste capítulo. ZINK, Miguel. “Literatura(s)”. In: LE GOFF, Jaques e SCHIMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, vol. II, p. 79.

¹⁰ AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976. 1ª ed. Brasileira.

¹¹ FORTINI, Franco. Op. Cit. P. 177

¹² FORTINI, Franco. Ibidem.

¹³ AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. Op. Cit. p.6

¹⁴ AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. Ibidem.

um legado para a posterioridade, como também donos de uma posição social privilegiada.

Na concepção de conjunto de conhecimentos científicos, a Literatura compreendia acima de tudo os textos de origem latina, grega e cânones específicos de autores e obras escritas em línguas modernas, principalmente entre o século XVI até o XVII. No século XVIII, eram ainda excluídos do mundo da Literatura as obras teatrais e os romances em geral, aquilo que chamamos hoje de Literatura de entretenimento¹⁵.

Para passar a uma noção mais clara do que poderia ser Literatura entre os séculos XVIII e XIX foi preciso o desenvolvimento da burguesia e de seus intelectuais, pois a revolução burguesa acabará por promover à literatura todos os gêneros de prosa nascido do jornalismo e também do teatro. Esta também acaba por modificar a posição do homem letrado, que antes era subtraído ao controle das organizações eclesiásticas e a vontade dos soberanos e, a partir da Revolução Francesa, encontrou apoio para passar de literato para escritor. É neste momento que toda a forma escrita que se dirige a um público através de edições, periódicos e do mercado livreiro é também considerada literatura¹⁶.

As exigências ideológicas da classe burguesa, combatentes da liberdade civil, juntamente com as possibilidades da nova indústria cultural que foi se formando a partir do século XIX, enobreceram gêneros que a cultura classicista havia excluído dos altos níveis, como a comédia e o romance. Porém, a maior contribuição desta fase é, segundo Fortini, a separação e contraposição entre a escrita científica e a escrita ficcional¹⁷.

Assim, pode-se dizer que a luta das camadas burguesas resultou em dois fenômenos que transformaram a forma de ver a Literatura. O primeiro foi a utilização da mesma como um veículo para uma educação democrática dos sentimentos e, simultaneamente, fomentou a tendência contrária elevando também uma produção e um consumo de elite em oposição a “*utopia igualitária das revoluções burguesas*.”¹⁸

¹⁵ FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, vol. 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

¹⁶FORTINI, Franco. *Ibidem.*, p.178.

¹⁷ FORTINI, Franco. *Ibid.*, p. 178.

¹⁸ FORTINI, Franco. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, vol. 17: Literatura-Texto*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

Por volta dos finais do século XVIII, a palavra “literatura” conhece também um novo e importante matiz semântico, passando a designar o fenômeno literário em geral e não mais circunscrito a uma Literatura nacional, em particular.

Desde o século XIX até os dias de hoje, a indústria cultural desempenha a função de mediadora entre os conflitos das formas e gêneros, entre os altos e baixos, entre o centro e periferia do mundo literário, tomando os espaços das cortes e dos salões ou academias que eram as responsáveis pelos processos de mediação. Esta indústria, em conjunto com a sociedade burguesa, dedicou-se à noção de literatura, no campo da estética, da crítica, na prosa política e na edição. De fato a cultura da época romântico-burguesa ter pretendido identificar a literatura com os escritos de imaginação e de invenção foi um acontecimento decisivo para a história da noção de Literatura.

1.2 Literatura na História

As relações entre a Literatura e a História sempre foram contraditórias e complementares ao longo dos tempos, sendo concretizada no meio acadêmico em 1864 por Hippolyte Taine. Nesta época, somente a História era considerada como Ciência, ou melhor, Ciência-modelo, pois, estudar uma atividade humana, significava entender o mundo, estabelecer origens.

Taine tentou aplicar aos textos literários um esquema similar ao estudo das fontes históricas utilizado nas academias do século XIX. Para ele, os escritos eram motivados por três elementos que influenciavam de forma direta na composição das obras, a *raça* - disposições hereditárias -, o *meio* – clima, solo, circunstâncias políticas duráveis, condições sociais permanentes – e o *momento* – a época em que se modificam essas forças¹⁹. A estrutura dos textos repousavam sob estas três condições e, a partir delas, a obra poderia ser explicada.

¹⁹ FREITAS, Maria Teresa de. *A História na Literatura: princípios de abordagem*. Revista de História n. 117, p. 171-176, dez. 1984.

Segundo Maria Teresa de Freitas, esta teoria fundamenta-se em três postulados²⁰: na ideologia positivista da segunda metade do século XIX e início do século XX, a qual estabelece que o pesquisador deva instituir fatos bem circunscritos, levando em consideração as condições da produção e não o sentido da obra. Desta forma, os textos literários tornam-se apenas um produto. O segundo postulado, que aparece como uma consequência do primeiro renega o olhar simpatizante do pesquisador em relação à obra literária, assinalando uma falta de rigor científico a tal prática, pois, a obra deve ser examinada com o maior distanciamento possível para poder ser explicada. O último postulado baseia-se na ideia de que os textos literários não interessam por si mesmo, e sim como um documento que apenas aponta as características sociais de uma determinada época.

Após a teoria de Hippolyte Taine, surgem outros trabalhos que abordam esta temática como o do historiador Lucien Febvre. Este lança um estudo que precisa o que poderia ser uma história literária

A história de uma literatura numa determinada época está nas suas relações com a vida social dessa época. Seria preciso por em relação as mudanças de hábito, de gosto, de forma de escrever e de preocupação dos escritores com as vicissitudes da política, com as transformações da mentalidade religiosa, com as evoluções da vida social, com as mudanças da moda artística e dos gostos, etc.²¹

A teoria de Febvre não deixa de ser coesa, mas faz da história literária algo muito reduzido e particular, deslocado da história geral da sociedade e de suas representações. De acordo com este projeto, os textos literários fornecem apenas um material escrito, da mesma forma que cartas ou registros judiciais oferecem sobre uma sociedade ou uma época, deixando de ter um caráter específico.

Entretanto, este estudo feito por Lucien Febvre não deve ser ignorado, podendo ser utilizado como um trabalho preparatório, tendo como finalidade evitar contra-sensos ou anacronismos. Porém, não sendo suficiente como modo de análise para as fontes literárias, pois, acima de tudo, uma obra não se

²⁰ FREITAS, Maria Teresa de. *Ibidem*.

²¹ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Historie*. Paris, Colin, 1943. In FREITAS, Maria Teresa de. *A História na Literatura: princípios de abordagem*. Revista de História n. 117, p. 171-176, dez. 1984.

reduz àquilo que a condiciona, ela se inscreve num meio e num contexto, evidentemente, mas o preenche à sua maneira; esse contexto é elaborado segundo modalidades que lhe são próprias²².

Outra tentativa de análise foi promovida, na década de 60, pela crítica textual e estrutural. Seu objetivo era concentrar as atenções exclusivamente no próprio texto, no seu funcionamento interno. Porém, esta reduziu as análises das obras em uma busca pela estrutura e por uma determinada elaboração da linguagem. Com isto, era indiferente que sua matéria fosse uma situação histórica ou social ou estados de espíritos, pois, o texto remete apenas a si mesmo.

Esta abordagem é fruto, segundo Freitas, do desenvolvimento de uma nova ciência-modelo, que destronou a História: a Linguística ou, mais em geral as Ciências da Informação e da Comunicação, pondo em evidência o funcionamento do texto ou ao funcionamento de um código²³. Trata-se de uma nova abordagem do Positivismo, pois, enquanto a antiga questionava as origens das obras, a crítica textualista se pergunta como elas funcionam. Contudo, percebe-se que em nenhum dos estudos aparecem questões certamente importantes sobre a veiculação da obra ou para onde ela se dirige.

Há alguns anos que os problemas das relações entre Literatura e História começaram a ser colocados em outros termos. A História Literária não é mais vista como disciplina anexa à História, os literatos não seguem mais os rastros deixados pelos historiadores e é postulado que a Literatura não é considerada como uma emanção das circunstâncias históricas e não é mais apresentada como um discurso fechado ou um sistema, sem relação com o movimento histórico e social. A criação artística exerce uma função social, mas é ao mesmo tempo, um processo singular, ela tem modos de comunicação particulares que podem ser colocados em relação com outras linguagens, desde que seja a partir de paralelismos não arbitrários e fundados sobre outras bases que não a simples analogia²⁴.

²² FREITAS, Maria Teresa de. *A História na Literatura: princípios de abordagem*. Revista de História n. 117, p. 171-176, dez. 1984.

²³ FREITAS, Maria Teresa de. *Ibidem*.

²⁴ FREITAS, Maria Teresa de. *A História na Literatura: princípios de abordagem*. Revista de História n. 117, p. 171-176, dez. 1984.

1.3 O que podemos chamar de literatura na Idade Média

Se para a contemporaneidade as relações entre a História e a Literatura ainda passam por divergências, a situação para o mundo medieval se torna ainda mais complexa. Porém, as dificuldades que se apresentam hoje, não são as mesmas da Idade Média.

Em linhas gerais, apesar de não podermos estabelecer com clareza um movimento literário durante todo o medievo, ainda sim podemos trabalhar com algumas afirmações que estão imersas no campo geral da Literatura. Se considerarmos a literatura como instância essencial de uma revelação cultural de um povo, que traz consigo sua língua, sua história, seus valores, sua emoção estética etc, devemos aceitar que uma diversidade de manifestações surgirá da percepção de mundo que ela veicula²⁵. Assim, não podemos entender o termo literatura como um só durante todo o longo período da Idade Média.

Fatores históricos, sociológicos, políticos e econômicos interferem de tal forma na atividade literária medieval, que se torna inevitável uma visão sumária e nítida da formação, da elaboração, da diversidade e da difusão da matéria literária, nesses longos e agitados tempos²⁶. A estrutura social, a influência permanente da religião, os sucessivos fluxos migratórios e invasores de altas complexidades culturais, a organização política, o fenômeno ecumênico das Cruzadas e a conseqüente troca cultural entre Ocidente e Oriente, constitui um pano de fundo de um longo período em que os povos ansiavam por sua unidade política na definição das nacionalidades.

Contudo, mesmo partindo da afirmação de que cada sociedade tem os seus próprios processos históricos e sociológicos, segundo Zink, não há dúvidas que, na Idade Média, existe uma noção de consciência da atividade literária em seu conjunto e em sua especificidade, como também uma

²⁵ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁶ SPINA. Segismundo. *A cultura literária medieval*. São Paulo, Editorial Ateliê. 2ª Ed., 1997.

“consciência de um *corpus* literário”²⁷. Segundo o autor isto pode ser visto através dos termos herdados do latim e, conseqüentemente, inseridos nas línguas vulgares como *litterae*, que ele compreende com um sentido de “cultura literária”²⁸. Esta noção é utilizada para enumerar um conjunto das obras de um autor, podendo ser acrescentado a este conjunto os seus trabalhos de tradução²⁹ e não somente os textos produzidos exclusivamente pelo autor.

Houve, em vários momentos da Idade Média, empreendimentos de adaptação ou tradução como o das canções de gesta e dos romances franceses ou alemães, do século XIII, sugerindo assim, uma visão de produção literária e certa idéia de literatura.

Um dos empreendimentos mais conhecidos de produção literária, adaptação e tradução é a instituição Casa da Sabedoria ou Casa do Saber (*bait al-hikma*) em Bagdá com a vitória do Califado Abássida em 750. Todavia, antes da implementação e consolidação desta instituição intelectual algumas conquistas, de valores significativos para a História da literatura árabe, ocorreram corroborando para o sucesso da Casa da Sabedoria.

Inicialmente, a conquista abássida teve como uma de suas conseqüências uma rápida expansão territorial, incorporando em seu novo território um mosaico de comunidades étnicas e religiosas como grandes populações persas, falantes do aramaico, cristãos e judeus. Estes grupos encontraram um governante mais permissível à entrada no que diz respeito aos assuntos políticos e intelectuais deste império³⁰.

A partir destas incorporações culturais, centros intelectuais importantes prosperaram em toda a região, entre cidades iranianas até regiões onde hoje é a atual Turquia, ofereciam aos abássidas um amplo corpo de habilidades

²⁷ ZINK, Michel. “Literatura(s)”. In: LE GOFF, Jacques e SCHIMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, v.2.

²⁸ ZINK, Michel. *Ibid.* p. 79.

²⁹ O termo tradução na Idade Média vai muito além do que conhecemos hoje, pois os trabalhos de tradução e as cópias em sua maioria passavam por um processo de adaptação e muitas vezes um “melhoramento” do texto, já que estas atividades eram feitas por intelectuais ligados à Igreja, como os monges copistas. Para os árabes, segundo o Prof. Drº Mamede Mustafá Jarouche o processo de tradução passa por um processo livre de adaptação na qual poderiam ser introduzidos quaisquer elemento que não constasse no original, sem que esse fato causasse constrangimento. Anônimo. *O Leão e o chacal mergulhador / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche*. – São Paulo: Globo, 2009.

³⁰ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. Pedro Maia Soares. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2011.

lingüísticas, talento científico e conhecimento cultural. A conquista abássida restaurou laços antigos entre centros históricos de civilização através de um imenso território³¹.

Outra conseqüência que corroborou para o sucesso da Casa da Sabedoria foi a aquisição da tecnologia chinesa do papel, de grande valia às iniciativas intelectuais que começavam a tomar forma na corte abássida. Este método consistia em produzir o papel a partir do linho e do cânhamo. O resultado era um meio relativamente barato, resistente e conveniente de registrar informações de todos os tipos, de listas de impostos a poemas de amor. Enquanto a Europa cristã dependia da trabalhosa tarefa de reproduzir seus livros e mapas sobre peles de animais previamente esticadas, raspadas e depois secas, os árabes difundiam de forma rápida e eficiente as ideias e conhecimentos, provocando uma demanda por mais obras eruditas, pesquisas e escritos³².

A fabricação do papel também fomentou uma profunda cultura do livro entre os árabes. De acordo com Jonathan Lyons, o conhecimento e a erudição sempre foram valorizados pela sociedade muçulmana. Segundo o autor, ao longo do império abássida, os bazares de livros e lojas especializadas se tornaram um traço habitual da vida urbana. A produção de livros, a encadernação e os serviços de transcrição floresceram junto com a escrita, a pesquisa e a tradução. O patrocínio da elite a autores e livros logo levou à criação de grandes bibliotecas. Algumas das quais eram abertas ao público e tinham salas de leitura e materiais para cópia³³. Em Damasco, os omíadas haviam criado a primeira biblioteca árabe, com obras gregas e cristãs sobre Alquimia, Medicina e outras ciências. No final do século X, o segundo governador fatímida, al-Aziz, já mantinha quarenta salas cheias de livros, e as chamadas ciências antigas representavam cerca de dezoito mil volumes³⁴. Quando a madrassa, escola islâmica, al-Mustansiriya de Bagdá foi fundada, em

³¹ LYONS, Jonathan. *Idem*.

³² LYONS, Jonathan. *Ibid*.

³³ LYONS, Jonathan. *Ibidem*.

³⁴ PEDERSEN, Johannes. *The Arabic Book*. Trad. Geoffrey French, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1984. Apud.: LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. Pedro Maia Soares. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2011.

1234, consta que seu dote inicial incluía 80 mil livros doados da biblioteca oficial do Califa³⁵.

Tendo todos estes esforços ocorridos durante a consolidação territorial do império Abássida, os califas deliberaram formalmente a ampliação das fronteiras intelectuais. Para acomodar a vasta escala de trabalho necessário para produzir, copiar, estudar e guardar o volume crescente de textos persas, sânscritos, gregos entre tantos outros, o califa al-Mansur criou uma biblioteca real baseada na dos príncipes persas. Criou-se assim a Casa da Sabedoria, que se constituía de um espaço de trabalho, suporte administrativo e auxílio financeiro para a considerável quantidade de eruditos que assumiram essas tarefas. De acordo com Lyons, esta instituição era considerada a expressão coletiva e imperial da ambição intelectual e política oficial de estado dos abássidas³⁶. Ao longo do tempo, a Casa da Sabedoria abrangia em sua estrutura um escritório de traduções, uma biblioteca e repositório de livros e uma academia que contava com eruditos e intelectuais de todo o império. Sua função primordial, no entanto, era salvaguardar o conhecimento valioso, recebendo assim, títulos como o de “Tesouro dos livros sagrados” ou “Tesouro da Sabedoria”³⁷.

Uma grande quantidade de fundos públicos foi dedicada à Casa da Sabedoria e a projetos de enriquecimento cultural e intelectual a ela relacionados. Além das ações dos califas e de seus eruditos oficiais, o esforço intelectual tornou-se uma característica integrante da própria sociedade abássida e era apoiado com entusiasmo pela elite social e política³⁸. Contudo, esta união só foi possível graças ao desenvolvimento de uma literatura que já fazia parte da sociedade árabe desde os tempos pré-islâmicos através das narrativas, provérbios e fabulas oriundas da tradição oral³⁹.

**

³⁵ PEDERSEN, Johannes. *Ibidem*.

³⁶ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. Pedro Maia Soares. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2011.

³⁷ SAYILI, Aydin. *The observatory in Islam*. Acaran, Turk Tarih Kurumu Basimevi, 1960. Apud.: LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. Pedro Maia Soares. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2011.

³⁸ LYONS, Jonathan. *Ibid*

³⁹ Ducellier, Alain; KAPLAN, Michel; MARTIN, Bernadette. *A Idade Média no Oriente, Bizâncio e o Islã: dos Bárbaros aos Otomanos*. Trad. Luís de Barros. Dom Quixote, Lisboa, 1994.

Particularizando as relações entre História e Literatura e caminhando em direção a uma perspectiva dos estudos árabes orientais encontram-se as análises acerca dos tempos pré-islâmicos. Suas referências possuem um papel significativo na composição não só da literatura, como também do modo de vida, social e espiritual do árabe.

Pensar nos homens desta época é remeter-se a uma mentalidade e sensibilidade forjadas inicialmente pela figura mítica do deserto e suas conjunturas. Suas raízes fazem referência à antiga e remota literatura do lêmén e de outras partes civilizadas da Arábia e que infelizmente nos é completamente desconhecida⁴⁰. Os documentos mais remotos que hoje temos são posteriores a era cristã, estendendo-se por volta de fins do século V até o advento do Islã, no início do século VII. A partir destes textos já se torna possível captar algumas linhas de força da literatura árabe e a motivação do seu percurso, marcado por um povo com culturas próprias da região árida⁴¹.

Sendo esta uma região de difícil acesso devido a sua natureza desértica, a Península Arábica abrigou grupos que permaneceram, em sua grande maioria, em seus limites geográficos, no que concerne aos tempos pré-islâmicos. Este povo era formado tanto por grupos nômades, em sua essência, beduínos errantes pelos desertos do norte e da região central da Arábia, quanto grupos sedentários que se fixavam em núcleos urbanos no Hijãz⁴².

De formação tribal, estes grupos exerciam atividades pastoris e lutava pela sobrevivência, amparado pelo credo politeísta e idolatra. Ao sul, nos tempos pré-islâmicos, ainda havia pequenos grupos sedentários, que apresentavam um nível sociocultural muito superior aos nômades, que viviam em cidades e trabalhavam na agricultura e no comércio; habitavam a região sempre mencionada nos textos da Antiguidade Clássica como *Arábia Felix*⁴³.

⁴⁰ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

⁴¹ Nestas poesias exprimem-se frequentemente por meio de imagens e símbolos, constando de poesias guerreiras em que se celebram a vida dura no deserto e o amor.

⁴² HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴³ Assim chamada em função da sua fertilidade e dos negócios bem-sucedidos, realizados por duas caravanas anuais à Síria que ocorriam por ocasião do inverno e do verão. HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

O tempo pré-islâmico ficou conhecido, após o advento da religião islâmica, como *Jāhiliyya*, o tempo da ignorância e da indisciplina, entendendo-se este termo somente do ponto de vista do desconhecimento da mensagem de Deus e não como uma crítica aos valores e tradições populares da sociedade antes do Islã⁴⁴.

Neste mundo forjado pelo deserto e pelos laços tribais, o homem volta-se para dentro de si e de seu meio, penetrando-o e revelando-o poeticamente, em versos, fazendo emergir, uma arte que trazia tanto a visão do particular quanto a sua ligação com o universal⁴⁵.

A língua árabe é um importante ponto a ressaltar no tocante as discussões acerca da arte de expressão neste mundo, pois, muitos filólogos apresentam-na como um fator de unificação para esse grupo de indivíduos que se compreendem como árabes⁴⁶. A língua e seus dialetos evoluíram por meio de empréstimos socioculturais provenientes apenas do tronco semítico, tendo muita analogia com o hebreu e inclui sons muito diferentes dos utilizados pelas línguas européias, motivo pelo qual os estrangeiros o pronunciam com muita dificuldade⁴⁷.

O árabe é uma das línguas mais homogêneas, apesar de indubitável que se divide em vários dialetos, como os da Síria, Arábia, Egito e Argélia, estes apenas diferem entre si por ligeiras variantes. Enquanto há habitantes de uma aldeia do norte ou de uma cidade do sul de França que não compreendem uma palavra de suas línguas recíprocas, todos os habitantes do Marrocos compreendem facilmente os do Egito ou da Arábia⁴⁸.

A língua escrita não era usualmente a falada, os diversos dialetos das tribos misturavam-se, transformavam-se, constituindo pouco a pouco uma espécie de árabe médio, árabe falado ou árabe corrente, muito diferente da língua escrita, que iria favorecer o intercambio entre as províncias linguísticas

⁴⁴ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁴⁵ Cf. HANANIA. Aida Ramezá . p. 71.

⁴⁶ LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

⁴⁷ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965.vol. V.

⁴⁸ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965.vol. V.

inicialmente muito variadas e onde se mantinham igualmente certos idiomas locais⁴⁹.

Dentre estes dialetos, difundia-se uma língua poética comum, veículo de uma literatura essencialmente oral; fora nesta língua que o Alcorão teria sido recitado⁵⁰. A redução aos escritos da Revelação fixou essa língua, cujas regras começaram a ser explicitadas no século VIII por gramáticos e filólogos. Assim se gerou o árabe clássico, que se tornou a língua oficial, tanto para escritos religiosos quanto para narrativos ou poéticos.

Porém, os meios de expressão artística desde os tempos pré-islâmico já eram delimitados, mesmo sem uma escrita definitiva, através da poesia e da música. Para explicar tal presença Aida Ramezá Hanania como um meio de ligação entre o homem árabe e o mundo ao seu redor:

“São duas vertentes essenciais que procedem do espírito e a ele retornam, suprimindo a necessidade de beleza e de ligação com o mundo de que todo homem prescinde, o errante em particular.”⁵¹

Para este homem, a palavra assume um importante papel, pois seu universo é vasto e ao mesmo tempo vazio, tendo somente o tempo como fator que delimita suas ações. Portanto, a poesia é materializada nas palavras e na língua árabe, aproximando esse homem a uma realidade mais concreta, a realidade descrita pelo poeta.

Essas poesias exprimem-se, freqüentemente, através de imagens e símbolos abordando temas como o destino, as contradições da vida e da morte, o amor, as dificuldades e angústias, espelhando o seu modo de vida⁵². Segundo Hanania a poesia árabe pré-islâmica foi além de uma expressão artística, contribuindo de modo significativo para constituição do conjunto cultural desta região:

⁴⁹ Ducellier, Alain; KAPLAN, Michel; MARTIN, Bernadette. *A Idade Média no Oriente, Bizâncio e o Islã: dos Bárbaros aos Otomanos*. Trad. Luís de Barros. Dom Quixote, Lisboa, 1994

⁵⁰ Ducellier, Alain; KAPLAN, Michel; MARTIN, Bernadette. *Idem..*

⁵¹ HANANIA, Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.p. 72.

⁵² LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965.vol. 3.

A poesia pode ser considerada um repositório de toda uma cultura, como o âmbito do exercício de uma consciência coletiva, permitindo a constatação de que o homem, em sua essência, é o mesmo: no Oriente e no Ocidente, no passado e no presente, no deserto e na cidade.⁵³

Assim, podemos observar que os temas abordados pela literatura pré-islâmica são temas bastante gerais, podendo se prolongar e chegar aos períodos posteriores, nos quais manteve uma influência e certo prestígio perante o povo árabe⁵⁴.

A popularidade da poesia entre os árabes teve como resultado a importância dada aos seus poetas, que assim recitavam conforme lhes aparecia os ressentimentos e cercavam de fama ou cobria de vergonha uma tribo⁵⁵. Tão grande era a sua influência que no tempo de Maomé, os coraixitas ofereceram ao poeta Al Acha cem camelos para que ele não divulgasse certos versos compostos em favor do Profeta⁵⁶.

O culto da poesia era tão desenvolvido entre os árabes, que muitos séculos antes de Maomé já haviam sido criados “concursos literários”. Esses concursos eram promovidos através de “feiras literárias”⁵⁷, que tinham lugar ao redor de Meca. Os poemas eram julgados pelos comerciantes que os transportavam e divulgavam junto com suas mercadorias.

Os mais célebres lugares nos quais eram promovidas estas feiras eram as cidades de Majanna, de Dū AL-Majāz e de Ukāz⁵⁸, e que ocorriam associados aos períodos de peregrinação – a qual Meca era um importante centro – contando assim com um grande número de pessoas para ouvir os menestréis recitarem suas composições.

O júri era formado pelos chefes das tribos mais proeminentes e as composições premiadas se tornavam conhecidas como *Muallaqāt*, que significa, literalmente, pendurada ou Muḍahhabāt (literalmente, douradas), pois

⁵³ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁵⁴ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵⁵ LE BON, Gustave. *Idem*.

⁵⁶ LE BON, Gustave. Op.cit.p. 552.

⁵⁷ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁵⁸ Cf. HANANIA. Aida Ramezá. p. 76.

os poemas eram escritos com tinta da cor do ouro e expostos à apreciação pública em meio aos locais sagrados⁵⁹.

Estas feiras iam muito além das questões como da diversão ou da promoção dos poetas, elas promoviam tréguas de armas em relação às guerras tribais. Desse modo, segundo Hanania, pode-se dizer que essas manifestações pré-islâmicas foram fatores de real integração, ao menos cultural e linguística, entre as tribos que se achavam em constantes conflitos⁶⁰. Pois, nestes períodos as desavenças políticas eram vistas, temporariamente, como um segundo plano. Havia também as diferenças em seus dialetos, porém é a partir dessas feiras que se iniciou o processo de generalização, e por toda a parte a linguagem utilizada pelos poetas contribuiu para que os dialetos se fundissem e, mais tarde, se perpetuar a forma de linguagem que ficou conhecida após o advento do Islã⁶¹.

As poesias apresentadas nas feiras abordavam diversas temáticas que acabavam por demonstrar o grau de conhecimentos dos árabes. Elas abordavam questões como os fenômenos atmosféricos, a diversidade do céu; a coloração e o movimento das areias como indicação das intempéries; o gado, que constituía sua riqueza; os saques pela sobrevivência; a ferocidade dos animais que representavam o perigo eminente; a presença imprescindível do cavalo e, principalmente, do camelo – montaria, alimento, riqueza e moeda de intercâmbio – a solidariedade humana, espontânea, generosa, em relação ao hóspede e até o inimigo, diante da fome e da sede, da morte ou da separação; o forte patriarcado que garantia a unidade de poder, de opinião e, com isso, o êxito na luta pela vida⁶².

O sucesso dessa forma literária também se deve a aproximação do senso rítmico, típico do nômade, que se manifesta na marcha, na dança, na música e, encontra sua expressão mais justa na prosódia árabe, chegando à retórica e à poesia, através de uma expansão de pensamento que adquire

⁵⁹ Ibid. p. 76.

⁶⁰ HANANIA. Aida Ramezá. Idem. p. 76.

⁶¹ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

⁶² HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

precisão por meio de paralelismos e inversões de raciocínio estritamente interligados.

Neste sentido, a língua árabe torna-se um fator de extrema importância para a composição da Literatura. Segundo Jamil Almansur Haddad a tarefa de escrever uma poesia que representa a “celebração do espírito” é facilitada pela língua árabe, uma vez que transmite força e clareza, resultando em um “extraordinário poder de síntese da língua, tal que permite, muitas vezes, que uma única palavra seja um mundo de concepções e assombros”.⁶³

Neste sentido, podemos aplicar esta afirmação, supracitada por Haddad, para a palavra *adab*, cujo significado tem seu mais próximo correlato, hoje, em nossa língua, no vocábulo “literatura”. Segundo Francesco Gabriele, este vocábulo admite várias interpretações:

Vária humanidade narrativa, didática, ensaística, histórica, literária, em que o interesse da *matéria* mais vária domina, ou rivaliza com o da forma; norma de conduta, sabedoria prática e social, alguma coisa de parecido com os *humanistas* latinos.⁶⁴

De acordo com Haddad, o termo *adab*:

É também, para além da técnica retórica, o posicionamento espiritual do orador; a “cortesia” da poesia trovadoresca: só o *adab* permite a junção de amor e poesia; a educação; o ideal de formação da Paidéia grega; a moral, entendida como seguimento das normas e exemplos dos antigos; a gentileza do *dolce stil nuovo*, que traz consigo a idéia de lealdade, nobreza e honra; *adab* no homem é o conjunto de todos os atributos do perfeito cavalheiro; na mulher, todas as superiores qualidades da dama. É também o corpo de regras de convívio social, particularmente o protocolo da corte etc.⁶⁵

Todas essas acepções remetem à observação e codificação normativa da cultura e da ética e procedem do sentido original de *adab*: convite, isto é, a grandiosidade em oferecer um banquete (*ma'duba*). Portanto, como a poesia é a celebração do espírito, por extensão, os significados relativos ao termo *adab* referem-se também à fartura da alma.

⁶³ HADDAD, Jamil Almansur. Doze Temas Árabes (Prefácio). In: LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

⁶⁴ GABRIELE, Francesco. *La Literatura Árabe*. Apud. HANANIA, Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁶⁵ Id. Introdução ao Conto Árabe. In: HADDAD, Jamil Almansur. (Introdução, seleção e notas). *Contos Árabes*. São Paulo: Edições de Ouro, [s.d.].

Acrescenta-se a língua árabe outro fator muito importante, a ausência do verbo ser, como verbo de ligação – muito freqüente e natural à frase nominal⁶⁶. Portanto, seja pela concisão, pela soltura da frase, que é desprovida constantemente da amarra semântica, caracterizando-se pela abrangência e pela maleabilidade conceituais, parece que a delimitação do pensamento dentro do texto é tarefa de cada um, podendo aquele que lê ou ouve ser, às vezes, tanto criador quanto o próprio autor.

Para a realidade pré-islâmica o poeta tinha uma vocação sobrenatural, era um “inspirado”⁶⁷, ungido por um *jinn*⁶⁸ particular. Tinha a atribuição de contar e cantar os feitos das terras da Arábia. Cada tribo tinha um poeta que, além de lhe enaltecer as glórias, declaravam a guerra e promovia a paz, sendo investido assim de uma função política⁶⁹.

Eram respeitados, mas também temidos por suas diatribes diante dos combates, pois se acreditava que os poetas fossem capazes de interferir na sorte daqueles que atacavam em seus poemas⁷⁰. Por outro lado, em outras circunstâncias, era um privilégio ter em sua tribo ou em sua caravana, mesmo que por pouco tempo a visita de um poeta.

As poesias, segundo Hanania, eram produzidas também para serem cantadas, pois a partir deste dado podemos compreender certos procedimentos da construção do verso. E para além da estrutura lingüística das obras, o coro e a recitação socorriam um povo, em sua maioria, iletrado que ansiavam por ouvir e guardar de cor seus poemas.

A poesia árabe se consolidou com a *qasīda* poema que consiste na articulação de quadros que remetem a um assunto central que se vai evidenciando ao longo da composição; as partes se concatenam, obedecendo

⁶⁶ MONTADA, Josep Puig. *A Língua Árabe*. Trad. Helena de Souza Pereira. Apud. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁶⁷ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁶⁸ Como as palavras “demônio” ou “diabo” não dão conta do sentido, optou-se por uma transcrição aproximada do termo árabe ‘ifrīt, já verificado no Alcorão (27,39), e que indica criatura sobre-humana e maligna. Outros termos utilizados neste mesmo sentido são *jinnī* (de hábito traduzido por “gênio”) ou “mārid” que são semanticamente próximos. *Livro das Mil e uma noites*, volume I: ramo sírio/ Anônimo; [introdução, notas, apêndice e tradução do árabe: Mamede Mustafa Jacouche.] 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

⁶⁹ HANANIA. Aida Ramezá. *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. HANANIA. Aida Ramezá. p. 75.

a um rígido padrão formal, e, sem pretender uma síntese, busca alcançar o: o *objetivo, o propósito*⁷¹. Cada verso da *qasīda* encerra um sentido completo, alinhando-se com os outros, como se fossem “uma das contas de um colar de pérolas”⁷².

A *qasīda* é dividida em três partes, a evocação da amada (*nasīb*), quase sempre vista como um bem perdido ou idealizado. Por vezes, são expressos, com intensidade, os afetos familiares, os vínculos de sangue, principalmente com os que partiram ou morreram, salientando o ideal de virtude do beduíno, a *murū'a*. Seguem-se o relato de jornadas pelo deserto e os sofrimentos conseqüentes (*raḥīl*), e o louvor para quem o poema se dirige, (*madīh*) ou *fahṛ*, no caso do auto-elogio a tribo e neste sentido, o poeta atribui qualidades tais como bravura, proezas guerreiras, respeito à palavra dada etc., configurando uma poesia do orgulho e do heroísmo⁷³. Não se pode deixar de abordar, a última parte da *qasīda*, o *hijā*, o insulto que se volta ao inimigo com a finalidade de destruí-lo; é quando a veemência do louvor incorpora-se à sátira e ao escárnio, tornando inevitável a derrota⁷⁴.

Dentre os temas mais típicos da *qasīda* pré-islâmica sobressai o de gênero laudatório, que foi cultivado de muitas formas, seja por elogiar o chefe da tribo, seja por tecer loas ao príncipe, o que caracteriza o poeta-cortesão, cuja remuneração era esperada após o relato e a exaltação do personagem por meio de seus feitos e qualidades, como a coragem, a generosidade etc.⁷⁵.

Chamados aos principados para louvar a corte, os poetas-cortesão não só organizavam as recepções e cerimônias públicas como defendiam a política exercida pelo governante, visando à atenção da opinião pública por meio de seus poemas, muitas vezes frutos de grande esforço e de excessiva bajulação⁷⁶. Muito embora os poetas fossem cortesãos aduladores, ou mesmo saqueadores, permaneciam pobres, pois, em face do que auferiam, prevalecia

⁷¹ HANANIA. Aida Ramezá. Op. Cit. p. 80.

⁷² HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁷³ VERNET, Juan. *Literatura árabe* / Juan Vernet [3.ed.] Barcelona : Labor, 1972

⁷⁴ VERNET, Juan. *Ibidem*. p. 20.

⁷⁵ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁷⁶ Cf. HANANIA. Aida Ramezá. p. 81.

seu compromisso com a honra, o que os obrigava a partilhar os ganhos com seus protegidos ou com os necessitados⁷⁷.

No que se refere, ainda, à urdidura temática da *qasīda*, não se pode abdicar da importância dada aos provérbios, enraizado no contexto semítico, tanto quanto a poesia, cuja origem perde-se no tempo⁷⁸. Neste sentido, deve-se aos poetas primitivos o fato de terem conservado as tradições da época, os hábitos e costumes nômades, a índole do beduíno, valores de um povo ao mesmo tempo refinado e rude⁷⁹.

Isso, em consequência de uma vida cercada de dificuldades de toda a ordem, num meio completamente adverso, o que levou o árabe a, fatalmente cercar-se de aridez e do perigo, para aproximar-se da “seiva vivificadora do espírito, a arte essencialista da poesia”⁸⁰. Assim, a Arábia vivia com um sistema de valores inspirados em seu meio; é este o código que, sublimado pelo Islã e sua fé, forneceu valores para os árabes⁸¹.

Esta inspiração também influenciou outros gêneros literários, que se propagaram para além da Península Arábica e o Oriente. Além da poesia, gêneros como as novelas de aventura, de cavalaria e de amor fizeram parte dos cultivados pelos árabes⁸². Nessas obras trata-se de forma efêmera tudo o que concerne à psicologia dos personagens, mas o que se referia às aventuras e episódios maravilhosos dava-se grande realce às produções. Os artistas árabes eram consideravelmente criativos e embelezavam, segundo Gustave Le Bon, tudo quanto cotavam:

A imaginação dos árabes e sua tendência para tudo embelezar manifesta-se nas coisas mais comuns, como vemos nas perífrases empregadas pelos vendedores das ruas de Damasco para atrair a atenção dos compradores. O vendedor de flores anuncia-as gritando: *Amansa tua sogra [...]*, o vendedor de agriões assegura que a velha que os come ficará jovem no dia seguinte [...].⁸³

⁷⁷HANANIA. Aida Ramezá. *Ibid.* p. 81.

⁷⁸ Esta temática será melhor abordada em “ Narrativas no mundo árabe: O corão e a sabedoria popular”

⁷⁹HANANIA. Aida Ramezá. *Op. Cit.* p.91

⁸⁰ HANANIA. Aida Ramezá. *Ibidem.*

⁸¹ BENCHEIKH, Jamel Eddine; Miquel, André. *D'Aabie ET d'Islam*. Apud. HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.:Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

⁸²LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura,1965.vol. 3.

⁸³ LE BON, Gustave. *Op. Cit.* p. 555.

Para Le Bon, são também atribuídos aos árabes os primeiros livros de cavalaria, cujo surgimento na Espanha se justifica através do contato entre Ocidente e Oriente:

Na Espanha a imaginação dos poetas ocupava-se em fazer novelas e contos, pois os sectários de Maomé sempre foram grandes narradores; chegada a noite reuniam-se em suas tendas para ouvir alguma história maravilhosa, à qual se misturava, como em Granada, a música e o canto [...] e que tão famosos tornou-se em toda a Europa os mouros de Espanha.⁸⁴

**

Outro gênero literário que foi bastante difundido no Mundo Árabe, mesmo nos tempos pré-islâmicos, foi a prosa. Contudo, de acordo com Juan Vernet, o único documento autêntico que se aproxima desta delimitação temporal é o Alcorão:

Em realidade el único documento autêntico sin discusion, y hasta em lós más pequeños detalles Del ductus consonântico es El Corán.⁸⁵

Segundo o autor, os textos em prosa que remotam aos tempos mais antigos – pré-islâmicos – podem ser invenções dos primeiros filólogos árabes, desejosos de justificar descobertas. Os textos em prosa que tem maiores possibilidades de serem autênticos são os mais breves e mais concisos e os escritos em estruturas rimadas, pois, se aproxima da forma de escrita poética que é de certa forma, protegida por uma estrutura textual regularizada⁸⁶.

Entretanto as constantes referências a livros (*suhuf* – *folhas de um livros*) pré-islâmicos provam, segundo Vernet, que deveriam existir obras de uma relativa extensão que narravam às conquistas de guerreiros, e dos heróis das tribos e também a textos de caráter político. Porém, o autor afirma que estes textos podem ter sido facilmente deformados, além de sofrerem uma

⁸⁴ LE BON, Gustave. *Idem*.

⁸⁵ VERNET, Juan. *Literatura árabe* / Juan Vernet [3.ed.] Barcelona : Labor, 1972.

⁸⁶ VERNET, Juan. *Ibidem*.

regularização do tipo linguística para se adaptar a nova cultura literária do Mundo Árabe após o advento do Islã.

Com a consolidação política do império Árabe renova-se o movimento da prosa literária fundamentada na conquista e com o objetivo de não só narrar o feito dos Abássidas como também de uma tentativa de consolidar uma História Árabe⁸⁷. Numerosos foram os historiadores árabes, pois na biblioteca oriental de Hadji Kalfa⁸⁸ cita cerca de 1200 obras. Porém como todo historiador da Idade Média, imitados nisto por muitos autores modernos, carecem geralmente de espírito crítico, contudo, autores como Ibn Khaldun, possuidor do mais alto grau de qualidade é considerado um dos mais célebres historiadores⁸⁹.

Um dos mais antigos historiadores muçulmanos é Tabari⁹⁰, que em fins do século IX compôs uma crônica universal desde o princípio do mundo até o ano de 914 d.C. Um dos mais famosos é al- Massudi, que viveu no século X, e escreveu diversos livros históricos como a *História Contemporânea, as Pradarias de Ouros* e, segundo Le Bom:

Ao folhear suas obras fica-se espantado de vê-lo escrever sobre tantas matérias, resolvendo tantas questões importantes e difíceis; sua erudição era imensa para o tempo em que viveu, e ele não apenas lera e meditara os livros concernentes aos árabes como também chegara até a abarcar em suas vastas investigações a história dos gregos, dos romanos e de todas as nações orientais antigas e modernas.⁹¹

Os historiadores árabes compuseram muitas histórias universais, cumprindo citar a de Abul-Faradj, morto em 1286⁹². Almakrisi, contemporâneo de Ibn Khaldun, compôs uma história do Egito que até finais do século XX era a maior autoridade no que diz respeito à história do período entre o medievo e

⁸⁷ VERNET, Juan. *Idem.*

⁸⁸ Erudito otomano (1609-1657). Um historiador e geógrafo, considerado um dos autores mais produtivos da literatura científica não-religiosa no Império Otomano do século 17. Entre os seus trabalhos o mais conhecido é: "The Removal of Doubt from the Names of Books and the Arts", uma bibliográfico enciclopédia, escrito em árabe, que lista mais de 14.500 livros em ordem alfabética. http://en.wikipedia.org/wiki/Katip_%C3%87elebi, acessado em 20/06/2013 as 21:30.

⁸⁹ CHEDDADI, Abdesselam. Introdução. In: IBN KHALDÚN. *Le livre des Exemples, l'Autobiographie, Muqaddima*. Apud. BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV): o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta*. Tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense, 2007.

⁹⁰ LE BON, Gustavo. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

⁹¹ LE BON. Op. Cit. p. 560.

⁹² Idem. p. 560.

a modernidade. Sua obra devia fazer parte de uma crônica geral que compreenderia oitenta volumes. Annuari, outro historiador que morreu no Egito por volta de 1331, compôs uma grande *Enciclopédia Histórica*. Abulfida, soberano de Hamah, morto também em 1331, é conhecido ao mesmo tempo como historiador, geógrafo e guerreiro, escreveu uma história do gênero humano, útil de se consultar em tudo que se refere ao Oriente⁹³.

Outro grande gênero literário herdado dos gregos foram os estudos de retórica e eloquência. Como os autores árabes davam grande importância à forma de seus escritos, redigiam muitas obras de gramática e retórica, e só na biblioteca do Escorial, apenas representando um minúsculo resto da literatura árabe da Espanha que se salvou da destruição, podem ser encontradas mais de 300 volumes sobre retórica⁹⁴.

Este é apenas um breve extrato da história da literatura dos árabes. Todavia, talvez tenha bastado para dar uma ideia da importância e da variedade de conteúdo literário que a região da Arábia proporcionou ao mundo. Fica evidente que nem todos os gêneros foram apresentados e que outros serão apresentados de forma mais extensa em virtude das prioridades desta pesquisa, como o gênero narrativo que será analisado em seguida.

⁹³ LE BON, Gustave. *Idem*

⁹⁴ LE BON, Gustave. Op. Cit. p. 561.

1.4 As narrativas na Idade Média

O ato de narrar, na Idade Média, representa muito mais do que contar simples histórias, é uma atividade artesanal⁹⁵ e coletiva. A narração constituía-se num projeto de orientação acerca da vida e também dos pensamentos, isto é claro, antes do período moderno. Ela disseminava valores e experiências que eram baseadas em tradições e passadas de geração para geração. Segundo Walter Benjamin “A arte de dar conselhos é tecida na ‘substancia viva’ da existência e tem um nome: sabedoria. A sabedoria é o lado épico da verdade”⁹⁶; assim, não é por acaso que os sábios letrados compunham as cortes de governantes, na Antiguidade e na Idade Média, juntamente com sacerdotes e adivinhos.

Para os transmissores desse tipo de narrativa não existem histórias individuais, particulares, todas são frutos de construções coletivas, pois, as histórias eram escutadas, seguidas e, sobretudo, propagadas. Em Homero, “História”⁹⁷ significa presenciar, mesmo que seja através do que ouviu dizer por outros que viram; prática muito comum, principalmente, no mundo medieval.

A memória é outro ponto em destaque no gênero narrativo. O ato de recordar é feito através de histórias anônimas da tradição oral que se compreende em um fenômeno secular, mas que não perdurou com a chegada do mundo moderno. O estreitamento do mundo a uma consciência privada influencia e modifica o gênero, trazendo à tona um “romance burguês”, no qual a ficção não consegue se estruturar mais em história com uma moral.

O arquétipo de narrativa que o mundo contemporâneo utiliza está apoiado na perspectiva platônica de exclusão e prevenção. O Ocidente se vale desta lógica para dar às narrativas noções como de *pseudos*: falsidade, erro mentira, e também, ilusão⁹⁸; sendo assim, reduzidas a condições de falsas em

⁹⁵ A palavra artesanal significa para o homem medieval antes de tudo, uma habilidade, um saber fazer. E é com base neste sentido que a palavra denota.

⁹⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Editora Brasiliense, 4ªEd. trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁹⁷ Do grego *historie*. Este termo remete a *histōr* – “juiz” ou “testemunha”. Sua raiz grega é de “id” que corresponde ao latim “vid” – ambos indicando o ato de ver.

⁹⁸ MATOS, Olgária C.F. *Narrativa e Arte de bem-viver*. Revista Omnia Lumina. São Paulo, vol. 1 n.1, Jan/Jun. 2010. Disponível em

oposição ao verdadeiro, não ficcional. Esta oposição abre uma fenda entre a razão e a imaginação no Ocidente.

1.4.1 As Narrativas no Mundo Árabe

Em contra-senso às perspectivas do Ocidente, no Oriente e, em especial o caso dos árabes, não há uma diferenciação concreta entre lendas e mitos; entre histórias coletivas e individuais; não há separação entre a tradição oral e conceitual; o dizer do crer. Neste sentido Benjamin conclui:

O primeiro verdadeiro narrador é e permanece aquele das narrativas. Quando o conselho era mais difícil, a história sabia indicá-lo, e onde a angústia era mais grave, seu auxílio era mais próximo. Esta angústia era a do mito. As narrativas se constroem com as primeiras disposições que a humanidade tomou para exorcizar o pesadelo que o mito fazia gravar no peito.⁹⁹

Podemos observar que a humanidade e, neste caso específico, os árabes utilizam-se das narrativas para construir ou revelar seus valores e tradições ao longo dos tempos. Como principal exemplo pode-se tomar o Alcorão, texto revelado ao Profeta Maomé, que rege até hoje a vida da comunidade muçulmana. Sua importância abrange diversos setores da sociedade como a religião, a política e também a literatura¹⁰⁰.

A estrutura textual do Alcorão, apresentada nos 114 capítulos ou suratas divididos em versículos, era composta por narrativas históricas, provérbios de origens da tradição oral e máximas, nas quais Maomé fala em nome de Deus. A partir das histórias corânicas de povos antigos e sua descrição de cenas da vida eterna floresceu uma literatura copiosa, influenciadas também pelas histórias de origem cristãs e hebraicas que se apresentavam no Alcorão.

www.revistaomnialumina.org.br/index.php/omnia/article/viewFile/11/pdf_5. Acesso 18 jul. 2011 às 00:17.

⁹⁹BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. Apud. MATOS, Olgária C.F. *Narrativa e Arte de bem-viver*. Revista Omnia Lumina. São Paulo, vol. 1 n.1, Jan/Jun. 2010. Disponível em www.revistaomnialumina.org.br/index.php/omnia/article/viewFile/11/pdf_5. Acesso 18 jul. 2011 às 00:17.

¹⁰⁰NARS, Helmi. "O Alcorão. Sua história e sua origem". *Revista de História, USP, São Paulo*, v.45, n.91, jul./set., 1972, pp. 27-38.

Outras temáticas de caráter narrativo também se destacaram, trazendo para a escrita os ensinamentos que antes pertenciam somente à oralidade¹⁰¹.

Desenvolveram-se dois tipos de textos literários, um deles ligados a filósofos e genealogistas, os quais recolhiam relatos de história oral; o outro era o que correspondia a assuntos ligados à política, religião e à sociedade árabe, iniciando uma historiografia árabe.

Os textos narrativos compilados por filósofos e genealogistas tornaram-se importantes estudos tendo como base de seus enredos as histórias veiculadas através da oralidade e da tradição de grupos tribais dos tempos pré-islâmicos, trazendo conhecimentos não só árabes da Península como também de outras etnias como hindus e persas. Esta literatura também proporcionou um conhecimento mais amplo da língua árabe, trazendo documentos que falavam sobre questões práticas da vida nessas tribos¹⁰².

A outra face das narrativas árabes visava registrar os acontecimentos da vida do Profeta, assim como também dos primeiros califas e de seus assuntos políticos. Mas, alguns desses textos foram modificados ou tiveram trechos inventados, de acordo com as controvérsias políticas e teológicas¹⁰³. Estas eram adornadas por contadores de histórias, formando-se aos poucos, um volume considerável de narrativas de vários tipos como as coletâneas de *hadit*¹⁰⁴, biografias do Profeta, coletâneas de vida de transmissores de *hadit*, e por fim, histórias narradas, contendo elementos de cunho exemplar, mas também com um núcleo sólido de verdade¹⁰⁵.

As narrativas árabes também possuem influência do Corão. As histórias corânicas de povos antigos e as suas descrições de cenas da vida eterna fizeram florescer a literatura, sendo mais uma vez acrescentado à imaginação¹⁰⁶. Para dar autoridade ao que se escrevia, eram introduzidos personagens do Corão, como, por exemplo, os companheiros do Profeta. A

¹⁰¹ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁰² Questões do tipo botins das conquistas ou de terras novas. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 84.

¹⁰³ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

¹⁰⁴ *Hadit* utilizando o sentido de história. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁰⁵ HOURANI, Albert. Op. Cit. p. 51.

¹⁰⁶ Imaginação atribuindo um caráter ficcional as narrativas.

autenticidade destas narrativas nunca foi reconhecida pelos sábios e letrados¹⁰⁷.

As obras baseadas em narrativas ficcionais eram desqualificadas, pois, não eram consideradas expressões de conhecimento diante de letrados. Segundo teorizações da época, por volta do século XI, só as máximas possuiriam a sabedoria verdadeira, enquanto as narrativas eram apenas futilidades¹⁰⁸. Um crítico andaluz do século XIII nos deixou um discurso a cerca dessa questão:

“Quando lhe perguntaram: ‘Você se aborrece com histórias?’, Hālid Bin Safwān respondeu: ‘O que me aborrece são as velharias [...], pois as histórias são amadas pelos sentidos com o auxílio do intelecto, e é por isso que os meninos e as mulheres as apreciam [...]. Por causa da imensa necessidade que se tem de tais histórias, nelas foram introduzidas coisas falsas, misturadas a absurdos e relacionadas ao que agrada o riso, mas não provoca questionamentos nem investigações, a exemplo do livro Hazār afsāna [*Mil fábulas*], e todas as espécies de [hurāfāt, *fábulas*] que entraram em livros desse gênero; os sentidos, imediatos, são sequiosos de [hādīt, *nova ocorrência ou acidente*], [muḥdat, *inovação*], e [hadīt, *história*], e buscam o que é curioso.”¹⁰⁹

Neste sentido podemos afirmar que *Kalila e Dimna*, fonte utilizada nesta pesquisa, é vista como uma obra completa para seu tempo, pois ao mesmo tempo em que reúne elementos ficcionais, que dão leveza e divertimento devido às vozes de animais em seus discursos, também apresenta máximas e provérbios nas vozes humanas para dar autenticidade e autoridade às suas proposições.

Deve-se ao fato de que essas produções narrativas, em sua maioria, foram escritas com base nas tradições orais, suscitando assim, dúvidas quanto a sua autenticidade nos críticos árabes e também para os ocidentais até a contemporaneidade¹¹⁰. Ganhava corpo a tese de que, na realidade, elas se

¹⁰⁷ Ayad, A.S. *A Civilização árabe*. Bahia: Fundação Gonçalo Moniz, 1965.

¹⁰⁸ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

¹⁰⁹ ANÔNIMO. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009, in. Abū Hayyān Attawhīdī. “Deleiteamento e afabilidade”. Edição do Cairo, v.I, 1953, p. 23.

¹¹⁰ VERNET, Juan. *Literatura árabe* / Juan Vernet [3.ed.] Barcelona : Labor, 1972.

tratavam de pura falsificação por parte dos rapsodos e dos “filólogos-poetas” movidos pela vaidade excessiva e até por orgulho tribal¹¹¹.

Entretanto, se recordarmos o momento especial que vivia a língua árabe – o empenho em sua codificação, visando à perpetuação, devido ao Islã e mais tarde a expansão de suas fronteiras – torna-se difícil desprezar o fato de que havia um respeito a essas produções.

Neste sentido, mesmo nas narrativas ficcionais, os autores árabes buscavam conservar as tradições da época da obra, os hábitos e costumes. Seus objetivos eram transmitir de geração a geração o que a oralidade já fazia circular pelas caravanas pré-islâmicas. É graças a uma memória coletiva e, particularmente a ação dos rapsodos profissionais, que a cultura árabe chegou até os dias de hoje.

1.5 As narrativas: Estruturas textuais em geral

As narrativas estão presentes em todas as civilizações e também no cenário árabe desde a sua época pré-islâmica. Eram adotadas principalmente, em todos os âmbitos da cultura árabe, como foi abordado anteriormente. Contudo, convém relacionar este gênero literário à obra *Kalila e Dimna*¹¹², tornando-se necessário fazer um estudo a respeito de sua importante estrutura textual que se faz presente na maioria dos textos narrativos, como também na obra em questão.

A narrativa tomada em sua forma textual se traduz por uma história contada através de um discurso trabalhado por um narrador que possui o conhecimento do enredo narrado por ele. Narrar é compreendida como uma realização linguística imediata que tem por finalidade “*comunicar a um ou mais*

¹¹¹ HANANIA. Aida Ramezá. *O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe*. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

¹¹² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-los tomar conhecimento deles alargando assim o seu contexto pragmático” ¹¹³

A narrativa, assim compreendida, poderá ser literária ou não. A literária tem por característica ser ficcional – o que é contado nela não aconteceu na nossa realidade sensível¹¹⁴ –, porém, segundo Lefebvre¹¹⁵, ela apresenta um paradoxo; ela quer ser real, mas é ficcional. Em *Kalila e Dimna* o que é contado poderia ter acontecido no mundo sensível; é a visão de mundo de um determinado sujeito, ou grupo, sobre o mundo que ele vive sem que, necessariamente, aquilo tenha acontecido nesse mundo. Porém, não se descartando a possibilidade da história contada se concretizar no mundo real.

Neste sentido, Juracy Saraiva¹¹⁶ afirma que o estudo da narrativa literária deve ser mediado por uma discussão sobre os aspectos conteudísticos e formais da narrativa. Devemos compreender a história, o conteúdo que é narrado e seus aspectos como também o discurso – a forma como é contada a história – e as suas questões.

A obra de *Kalila e Dimna*, como em outras narrativas, é regulamentada pela fala do narrador. A história contada por ele é o conteúdo da narrativa que será expresso sobre a forma de um discurso organizado. Abarca um conjunto de acontecimentos que estão ligados entre si por relações de causa e consequência. Em suma, o nível da história corresponde às ações narradas pelo sujeito narrador – emissor da mensagem e voz narrativa – por meio de seu discurso¹¹⁷. No caso de *Kalila e Dimna* a história é estruturada para alertar e ensinar ao soberano acerca das armadilhas e de como se deve enfrentá-las.

¹¹³ SEGRE, C. Narração / narratividade. *Enciclopédia Einaudi*, vol.17. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

¹¹⁴ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Teoria da narrativa considerações*. Disponível em: [HTTP://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/](http://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/) Acessado 30/05/2013 as 15:08.

¹¹⁵ LEFEBVRE, M.J. Estrutura do discurso da poesia e da narrativa. Coimbra: Almedina, 1975. Apud.: SARAIVA, Juracy Assmann (org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

¹¹⁶ SARAIVA, Juracy Assmann. *Narrativa literária: aspectos composicionais e significação*. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

¹¹⁷ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Ibidem*.

O enredo é o elemento da narrativa que dá conta da causalidade. Segundo Forster¹¹⁸, teórico da literatura, se torna o fator de distinção entre a relação história e enredo. Com base nisso, a diferenciação se dá pela pergunta que o leitor faz diante da história e a que faz diante do enredo. Este se torna a espinha dorsal que estrutura a história. Assim, o enredo passa a ser o modo de organizar a história, jogando com os conhecimentos e as conclusões que o leitor traz e pode tirar da história¹¹⁹.

Neste sentido, Larivaille¹²⁰, propõe um *esquema quinário* no intuito de delimitar as instâncias do enredo. Esse esquema divide o enredo em cinco partes: introdução, conflito, desenvolvimento (complicação ou transformação), clímax (resolução) e desfecho (situação final).

A introdução é o momento inicial da narrativa, em que tudo se encontra em equilíbrio. Este equilíbrio inicial será interrompido por um conflito. O desenvolvimento ampliará ou transformará o conflito, levando a narrativa para o seu clímax ou resolução. O clímax é o momento decisivo da narrativa, em que o desequilíbrio instaurado pelo conflito será resolvido e proporcionará um novo equilíbrio no desfecho.

Assim, o enredo da narrativa segue um caminho que se inicia com o equilíbrio, e mesmo com o conflito ocupando grande parte do seu desenvolvimento, o objetivo é chegar novamente ao equilíbrio.

A narrativa literária possui em sua composição os personagens que são os responsáveis pelas ações dentro do enredo. Os personagens podem ser vistos de acordo com a sua funcionalidade dentro da história como no esquema abaixo¹²¹:

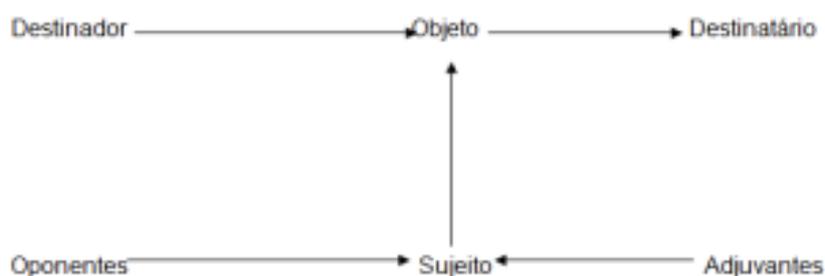
¹¹⁸ FORSTER, Edward Morgan. Aspectos do romance. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

¹¹⁹ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. Op. Cit.

¹²⁰ Larivaille, Paul, 1974. *Apud*. SARAIVA, Juracy Assmann (org.). Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

¹²¹ GREIMAS, A.J. *Sémantique structurale*. Larousse, Paris. Trad. Milano Rizzoli, 1968. *Apud*. SEGRE, C. Narração / narratividade. *Enciclopédia Einaudi*, vol.17. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989

ESQUEMA 1:



Esquema dos personagens de acordo com a sua funcionalidade no texto¹²²

No esquema acima, uma personagem está no papel de sujeito que quer alguma coisa, o objeto, sendo ajudado por algo ou alguém (adjuvante) e impedido por algo ou alguém (oponente). O destinador é aquele que comunica ao destinatário um objeto de natureza cognitiva – o conhecimento do ato a cumprir – e um objeto de natureza modal – o querer que o institui como sujeito¹²³.

No estatuto das personagens, nos textos dos contos maravilhosos é possível prever os passos e as decisões que os personagens irão tomar, sendo assim estereótipos. Na contramão destas narrativas, estão as obras literárias, pois, suas personagens adquirem uma dimensão psicológica, deixando brechas para a possibilidade da surpresa ao longo da história, quando não se sabe quais serão as próximas ações dos personagens¹²⁴. É nesta linha narrativa que a obra *Kalila e Dimna* e suas personagens se encontram¹²⁵.

Algumas ações na narrativa ocorrem em um tempo e espaço que podem ou não ser claramente delimitados pelo leitor comum. Neste sentido, é importante observar a ordem, a duração e a frequência; sendo estes as principais manifestações da temporalidade na narrativa¹²⁶.

Quanto ao tratamento dado no discurso do narrador acerca do tempo, é preciso observar a linearidade ou não-linearidade temporal. A linearidade

¹²² GREIMAS, A.J. *Ibid.*

¹²³ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Teoria da narrativa considerações*. [HTTP://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/](http://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/) Acessado 30/05/2013 as 15:08.

¹²⁴ SEGRE, C. *Narração / narratividade*. *Enciclopédia Einaudi*, vol.17. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

¹²⁵ Esta temática será melhor desenvolvida no tópico aborda as questões referentes a fonte.

¹²⁶ SEGRE, Op. Cit. p. 65.

temporal corresponde ao narrador contar os acontecimentos na ordem em que foram acontecendo, como se traçasse uma linha do tempo. A não linearidade se manifesta quando o narrador resolve contar os acontecimentos fora da ordem em que ocorreram, conta o final antes do início, o meio antes do início e assim por diante, ou, no meio do discurso, faz uma volta no tempo para contar algo que havia *esquecido*. A linha de tempo é quebrada pelo narrador fazendo com que ele recorra a voltas (*flack-backs*) ou adiantamentos (*flack-forwards*) e, dessa forma, faz com que a narrativa seja não-linear¹²⁷.

A espacialidade narrativa deve ser compreendida sob o enfoque de dois fatores: espaço e ambientação. A ambientação da história poderá trazer informações adicionais sobre as personagens como classe social, faixa etária, preferências, modo de vida, estado interior. É característico de alguns textos literários fazer combinar a ambientação de uma cena de acordo com o estado interior das personagens; sujeitos tristes em ambientes sombrios – céu nublado, árvores secas –, por exemplo, ou, então, com as ações; ambiente mórbido em locais de assassinatos¹²⁸.

O espaço deve ser compreendido como espaço físico, como um mapa em que ocorre a ação. É no mapeamento do espaço físico com todas as suas minúcias que chegamos à ambientação, reunindo fatores indiciais¹²⁹. Estes passam a indicar emoções de personagens e produzem, com sua relação com a ação, estados emotivos variados sobre a percepção estética do leitor, fabricando estados emocionais diversos que dependerão, sobretudo, do nível de leitura e envolvimento do leitor com o texto literário.

Se a história é compreendida pelo que é narrado, ou seja, aos acontecimentos que, estando em relação de causa e consequência, formam um determinado enredo que se passa em um tempo-espaço definido em que as personagens agem; o discurso é definido pela forma que a narrativa é

¹²⁷AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Teoria da narrativa considerações*. [HTTP://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/](http://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/) Acessado 30/05/2013 as 15:08.

¹²⁸ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Idem*

¹²⁹ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Ibidem*.

estruturada¹³⁰. Ele define o modo em que a narrativa é construída através de uma linguagem própria a ela.

Enquanto a história define o enunciado; o discurso constrói o plano da enunciação, ou seja, da estruturação da mensagem narrativa. A mensagem narrativa pressupõe, como toda mensagem, alguém que a enuncia e outro que a recebe; um locutor (*emissor*) e um receptor. Já na narrativa literária, o locutor é o narrador e o receptor é o narratário¹³¹.

A formação do ato discursivo e de sua comunicação se dá pela relação narrador-narratário. O primeiro formula sua fala em função de seu parceiro – narratário – que escuta a história. Ambos são seres fictícios. O narrador não pode ser confundido com o autor, nem o narratário com o leitor. Segundo Aguiar, o narrador está no plano ficcional e tem por tarefa narrar a história; o autor está no plano real e seu papel é escrever a obra literária através de imagens que cria e, como não pode criar a sua imagem, não pode ser o narrador de sua obra.

Já o narratário é o ouvinte do narrador e, sendo este também pertencente ao mundo da ficção, não pode comunicar-se com um ser real, não pode ser assim, confundido com o leitor. O leitor possui sua imagem fixa no mundo real, portanto não pode ter sua imagem representada numa obra de ficção. Em suma, existe uma diferença básica entre as duplas narrador-narratário e autor-leitor, a última pertence à existência real e a primeira à existência ficcional¹³².

O narrador é responsável pela estruturação do discurso. Ele é que estabelece o tempo e o espaço em que a narrativa ocorrerá e pela posição das personagens na ação. Saraiva expõe duas funções para o narrador; a função comunicativa e a função avaliativa. A primeira ocorre quando ele se dirige ao ouvinte, acolhendo intervenções deste, produzindo um processo de comunicação que interliga emissor-mensagem-receptor. A segunda pode

¹³⁰ AGUIAR, Rafael Hofmeister de. Idem.

¹³¹ SARAIVA, Juracy Assmann. *Narrativa literária: aspectos composicionais e significação*. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

¹³² SARAIVA, Juracy Assmann. *Op. Cit.* p. 21.

aparecer de forma direta ou indireta, nas falas do discurso do narrador, podendo assim, perceber posicionamentos ideológicos dentro do texto.

Já o narratário, representa o parceiro direto do narrador. Sua importância é muito significativa para o entendimento da narrativa literária, pois é ele quem dialoga com o narrador. Muito embora o narratário seja anônimo em muitos textos, na obra *Kalila e Dimna* ele é bastante demarcado, apresentando nome e muitas vezes a sua posição social.

Este diálogo, na obra, é ilustrado por fábulas, máximas e provérbios das tradições orientais¹³³ que, segundo o autor tem como objetivo se tornar mais leve e conquistar a audiência¹³⁴. Para entendermos melhor a linha estrutural de *Kalila e Dimna* não se pode deixar de examinar o gênero fabulístico e seu papel na obra.

1.6 A fábula e a sua inserção na obra

A obra *Kalila e Dimna* possui uma peculiar estrutura, se encontra inserida na tradição das narrativas ficcionais, que além de informar tem como objetivo entreter. No entanto, também apresenta em sua estrutura o gênero fabulístico, que traz consigo ensinamentos, máximas e provérbios com o objetivo principal de fornecer exemplos acerca do discurso defendido pelo narrador. É devido a esta perspectiva que se torna imprescindível, abordar as questões relativas às fábulas e seu papel na literatura árabe.

Hoje a maior parte da comunidade acadêmica aceita que o gênero fabular remete-se a Mesopotâmia, e que depois teria chegado à Grécia antiga, através da Ásia Menor. Assim, alcançando também à Índia através da antiga Pérsia.

Esopo, do século VI a.C., é tido como o legítimo criador do gênero textual. Contudo, este pioneiro foi apenas responsável por coletar algumas

¹³³ Há um mosaico de tradições na obra *Kalila e Dimna*, pois mistura as tradições hindus, persas e árabes.

¹³⁴ Anônimo. *O Leão e o chacal mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

histórias que circulavam no meio popular através da transmissão oral. É, na Grécia, com a obra de Hesíodo *Os Trabalhos e os Dias*, que o mundo ocidental conheceu a primeira versão textual no qual a fábula se faz presente¹³⁵.

A tradição fabular grega, representada em Esopo, foi logo introduzida ao mundo romano, onde foi propagada por diversos autores, entre os quais Horácio, Cícero e Apuleio, conhecendo em Fedro, no século II a.C., o seu principal representante. Este pode ter introduzido fábulas de própria autoria à coletânea que recebeu da tradição esópica.

Na Idade média, a fábula ao estilo grego foi propagada, chegando à Espanha nos séculos XII e XIII através dos fabulários orientais, especialmente árabes, mantendo-se em constante produção até época de La Fontaine, séculos XVII e XVIII.

No mundo oriental, a fábula teve a sua presença confirmada também através da célebre coleção Panchatantra, mas não deixou de incorporar o fabulário de origem grega.

No caso árabe, porém, a produção literária que possuía prestígio não era a prosa popular, gênero textual no qual a fábula pertence, mas sim, a poesia erudita. No entanto, com o esfacelamento da sua unidade política a partir do século X, a produção de uma literatura árabe erudita foi afetada, havendo pouquíssimos estudiosos que continuassem a produzir, mantendo as características dos períodos anteriores. Em compensação, as produções do tipo popular¹³⁶ ganham maior força e deixam a oralidade para ganhar as páginas de livros.

A prosa literária tem grandes representantes com o autor egípcio Ibn Dāniyāl, que apresentou ao mundo árabe o teatro das sombras da China e também introduziu a essa nova expressão literária a comédia. Com temáticas de interesse público, este egípcio, representante desta nova literatura, fazia

¹³⁵ DUARTE, N.. *O Poder da Fábula*. Forma Breve, Portugal, 1, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/204/175>. Acesso em 18 jun de 2011 às 01:32.

¹³⁶ VERNET, Juan. Op. Cit. p. 47.

críticas aos costumes e a determinadas posturas governamentais¹³⁷. Porém, este artista não conseguiu cooptar seguidores e seus trabalhos foram esquecidos com o tempo¹³⁸.

Outro texto amplamente apreciado pelo ocidente, a partir dos séculos XII e XIII, foi a compilação das “Mil e uma Noites”. Esta obra teve uma grande disseminação por toda a Europa, mesmo antes do surgimento da imprensa, como se comprova na obra de Boccacio, por exemplo.

As Mil e uma Noites já circulavam de forma escrita pelas bibliotecas abássidas desde o século IX. No entanto, jamais foi apreciado pelos eruditos do Islã antes do século XIX, pois, esta obra, como tantas outras de gênero narrativo, foi desconsiderada pelo seu caráter não erudito. Somente após encontrar cópias das narrativas traduzidas em várias línguas e considerada pelos ocidentais como uma obra clássica da Literatura universal, foi que os árabes passaram a incorporar *As Mil e uma Noites* às produções de prestígio da Literatura erudita.

Assim a fábula ganha força por volta do século X. O Islã pode ter contribuído muito para esse fato acontecer, pois, com o seu advento veio também o estudo da escrita árabe, da Ética, da Retórica, da Poesia e até mesmo da Zoologia.

A fábula é a base para a estrutura literária da fonte *Kalila e Dimna*. Entretanto é preciso especificar que a definição de fábula pode ser ou não empregada para esta obra. Há várias definições em textos teóricos que se apresentam no estudo do gênero ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, tanto as definições de *Aristóteles* com as do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, nos direcionam para a noção de fábula utilizada na obra.

Segundo Eudoro de Sousa, em sua introdução à tradução do livro de *Aristóteles Poética*:

¹³⁷ Faz-se importante lembrar que essa expressão literária ocorre dentro de um cenário político bastante conturbado como foi apresentado no capítulo 1.

¹³⁸ VERNET, Juan. *Ibidem*. p. 47.

Figura um só vocábulo para designar a *ação a imitar* e a *ação imitativa*; é a palavra “mitos”, que vamos agora traduzir, na primeira acepção, por “mito”, e na segunda por “fábula”. O mito (tradicional) seria, portanto, a matéria-prima que o poeta transformará em fábula (trágica), elaborando-a conforme às leis de verossimilhança e necessidade, por consequência, o mito pertenceria à *história*, e a fábula à *poesia*, que é “coisa mais filosófica do que a história” (c. IX) ¹³⁹

Em um momento do seu tratado, Aristóteles afirma que “os mitos tradicionais não devem ser alterados. [...] porém, o poeta deve se utilizar artisticamente de dados da tradição. Na *Retórica*, Aristóteles considera a fábula um recurso de persuasão, isto é, o orador introduziria em seu discurso uma fábula com animais servindo de personagens, para ilustrar e convencer seus ouvintes do que está dizendo” ¹⁴⁰.

Apresenta-se também em tempos contemporâneos a definição de fábula, segundo Caldas Aulete,

Fábula, s.f. narração de sucessos fingidos, inventados para instruir ou divertir; conto imaginário; ficção artificiosa [...]. Pequena composição de forma poética ou prosaica em que se narra um fato alegórico, cuja verdade moral se esconde sob o vé da ficção, e na qual se fazem intervir as pessoas, os animais irracionais personificados e até as coisas inanimadas; apólogo: as *fábulas* de Esopo, de La Fontaine. [...] || Qualquer conto ou narrativa de caráter mitológico. || Alegoria || O conjunto de ficções ou peripécias que entram no poema épico, no romance e mesmo no drama, com o fim de ampliar e ornar, de modo que a ação épica ou dramática não se apresenta como aconteceu realmente, mas como poderia ou deveria acontecer. || Os fatos e sucessos verdadeiros ou fingidos que servem de base à ação de um drama, romance ou epopéia [...]. || Mentira, sucesso inventado, conto mentiroso [...]. ¹⁴¹

Feitas essas considerações, nota-se que em todas as definições apresentadas ressalta-se o aspecto narrativo, ou seja, uma preocupação em contar uma história.

As fábulas também possuem um caráter didático, com a finalidade de instruir uma segunda pessoa. Assim, em *Kalila e Dimna*, pretende-se ensinar

¹³⁹ Eudoro de Sousa, *Aristóteles. Poética*, Porto Alegre, Globo, 1966.

¹⁴⁰ DEZOTTI. Maria Celeste Consolin. A fábula esópica anônima. Alfa, São Paulo, nº 33 Disponível em: www.seer.fclar.unesp.br/alfa. acessado em 25/02/2012.

¹⁴¹ CAUDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, vol. 2 p. 1694.

através da reflexão acerca dos exemplos e das tradições e não por uma pregação de comportamentos ditos morais. Este gênero esteve presente em diversas cortes do mundo Medieval e Moderno, como uma literatura de corte, servindo o propósito de manual do rei¹⁴² ou do soberano que se quer agradar, como na obra em questão.

As essências do gênero fabulístico também revelam mecanismos de atuação no imaginário popular que vem de suas tradições abastadas. Tais convenções não são importantes apenas para o ponto de vista da apreciação ou da análise literária e sim, para se retirar das fábulas informações sobre aspectos culturais da sociedade.

A obra *Kalila e Dimna*, que se apresenta nestes moldes supracitados de fábula, é considerada como pioneira neste gênero, devido a antiguidade de seus manuscritos. As fábulas em *Kalila e Dimna* possuem um papel central na ilustração de exemplos e na caracterização dos conselhos. Seu texto também é considerado uma das primeiras obras fabulísticas a apresentar uma temática dedicada à política, operando assim, como:

Metáfora de verdades outras dramatizadas e propostas como particularização, no contexto da fábula, de universais a respeito do homem, do poder, do saber e da justiça, lançando mão, ademais, de alegorias assaz transparentes, como a do leão que significa rei etc.¹⁴³

Avançando um pouco no tempo e fazendo uma comparação com as fábulas de La Fontaine, podem-se encontrar características semelhantes e desiguais, se compararmos com a obra em questão *Kalila e Dimna*¹⁴⁴.

Na obra do século XVII a fábula é vista como conto e, logo, também como composição breve de um apólogo. Contudo, tanto no texto de La Fontaine como em *Kalila e Dimna*, parece haver em comum a sua capacidade

¹⁴² FILHO, Mário G. de Q.. *A corte do Leão: um manual do cortesão nas fábulas de La Fontaine – França 1668-1695*. 1999. Tese de Doutorado – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

¹⁴³ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

¹⁴⁴ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ilustrativa, que aliás é uma qualidade intrínseca a literatura exemplar e de aconselhamento.

A fábula nas duas obras narram fatos que mesmo “imaginados”, têm a ver com algo que, para o leitor/ouvinte, possa ser entendido como real. Sendo esta a via pela qual o discurso fabulítico pode expor os seus componentes de verdade e, assim, chegar a uma credibilidade.

A questão da autoridade da fábula também pode ser entendida através da expressão:

ESQUEMA 2:

Verossimilhança + Aceitabilidade social = Credibilidade da
Fábula

Esquema explicativo da credibilidade das fábulas¹⁴⁵

Apesar das semelhanças, as fábulas de La Fontaine fazem parte de uma construção ocidental deste gênero, logo possui referenciais platônicos e aristotélicos da lógica dicotômica que entram em choque com a lógica árabe. Portanto, podemos usar o aparato lógico para delimitar a linha divisória entre as fábulas orientais e as ocidentais.

¹⁴⁵ Nenhuma fábula se prende ao “fato verdadeiro”. FILHO, Mário G. de Q.. *A corte do Leão: um manual do cortesão nas fábulas de La Fontaine – França 1668-1695*. 1999. Tese de Doutorado – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

1.7 Kalila e Dimna: Considerações acerca de uma trajetória da literatura de aconselhamento

A arte de governar tornou-se um equivalente político de outras artes, como a arte de amar, de trovar, de guerrear e até mesmo a arte de morrer. Insinuando uma necessidade de aprendizagem especial, de uma iniciação que, assim como outros, possui seus mestres, aprendizes, manuais, práticas, graus de ensino, enfim, uma série de códigos e elementos constituidores que lhe conferiram o significado medieval da palavra “arte”¹⁴⁶.

É na Idade Média que se tem o florescimento de uma Literatura com fundo pedagógico, a fim de ensinar aos futuros soberanos a arte do bem governar. Esta produção se dá no ocidente com o estreitamento cultural existente entre os vários reinos europeus, especialmente na Península Ibérica, com o oriente¹⁴⁷.

A partir do século XIII, a tradição literária romanesca e parenética árabe penetraram no ocidente¹⁴⁸, tendo como principal temática das obras o aconselhamento e a orientação do governante. Algumas dessas obras alcançaram grande êxito, a ponto de serem traduzidas para as mais diversas línguas européias, glosadas, copiadas, referidas, tornadas obras de referência nas Universidades e manuais de formação não apenas de reis e príncipes, mas

¹⁴⁶ Assinala-se que o termo “arte”, na Idade Média, possui sentido distinto do atual. Para o homem do medievo, “arte” estava associada essencialmente ao “saber fazer”. Afirma Sto. Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, I-II, 57, 4,: “ars est recta ratio factibilium” [“a arte é o correto conhecimento do que se deve fazer”].. À “arte” estavam, portanto, associadas competências que abarcavam não só o elemento cognitivo (*ratio, cogitatio*), mas também o produtivo (*faciendi, factibilium*). TOMÁS DE AQUINO (Sto.) *Summa Theologiae*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristiano, 1965-1994. 5 vols. In.: LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Coord. da tradução: Hilário Franco Júnior. São Paulo/ Bauru: Imprensa Oficial/ EDUSC, 2002. s.v.: “Artesãos”, por Philippe Braunstein, tradução do verbete: Vivian C. Almeida, pp. 83-90.

¹⁴⁷ SOARES, N. N. C. O príncipe ideal no século XVI e a Obra de D. Jerônimo Osório. Coimbra: INIC, 1994. Apud.: MUNIZ, R.C. Márcio O *Leal conselheiro*, de Dom Duarte, e a tradição dos *Espelhos de príncipe*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2003.

¹⁴⁸ Cf. SOARES, N. N. C. p.51.

também de senhores de variada estatura social, bem como de religiosos, que se serviram de seu prolixo conteúdo ético-religioso¹⁴⁹.

Assim como já se via no Oriente, a literatura de aconselhamento na Europa trouxe uma nova perspectiva para o papel do governante. Este era mais que um vigário de Deus na terra, era também a:

Cabeça do *corpus* político, sua sabedoria, tanto na guerra, na administração do reino, quanto na aplicação da justiça, será fundamental. Assim, seus atributos não poderão limitar-se aos modelos dos reis vetero testamentários, ele deverá ser preparado agora para ser o chefe político de uma comunidade específica, ainda que sua condição de rei cristão e vigário de Deus em nenhum momento seja esquecido.¹⁵⁰

Portanto, a obra *Kalila e Dimna* opera em uma espécie de fronteira discursiva do gênero, que a moderna crítica árabe compartilhando com a terminologia ocidental, convencionam chamar por “espelhos de príncipe”¹⁵¹. Contudo, na época em que a obra está inserida, por volta do século XI e XII, este termo não era empregado pelos autores.

Uma estrutura muito importante da obra *Kalila e Dimna* é o método de exposição do texto. Os setenta e um capítulos apresentados são organizados da mesma forma; personagens que são representados por animais ou humanos dialogam e esclarecem dúvidas sobre princípios universais e particulares, intrínsecos ao poder, tentando estabelecer como verdade seus discursos por meio de exemplos ou paradigmas na forma de fábulas e narrativas. A organização da estrutura é dada pelo esquema:

A personagem “A” pretende, ou deixar de fazer tal coisa e a personagem “B” quer dissuadi-la, ou convencê-la a fazer tal coisa; ou ainda, a personagem “A” pretende justificar para “B”

¹⁴⁹ MUNIZ, R.C. Márcio *O Leal conselheiro*, de Dom Duarte, e a tradição dos *Espelhos de príncipe*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2003.

¹⁵⁰ Cf. MUNIZ, R.C. Márcio.

¹⁵¹ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009. Para o caso árabe é conveniente utilizar o termo literatura sultanesca.

(e eventualmente para “C” e “D”) o que fez ou deixou de fazer, ou reforçar a necessidade de algo¹⁵².

Cria-se assim um cenário em que os personagens argumentam entre si, com formulações de caráter universal, recorrendo algumas vezes a provérbios como exemplo e também como uma forma de fortalecimento de suas falas. Este curioso método de exposição torna a leitura mais agradável e fluente¹⁵³.

Como se busca apresentar, a obra possui uma estrutura que deixa claro os seus objetivos. Opera-se assim com uma discussão política que já estava sendo travada por todo orbe muçulmano por volta do século X; além disso, a obra é nutrida pela tradição literária e pela poética árabe, bem como sua historiografia. Trata-se de uma literatura que, segundo Radwān Assayyid,

Pretende ensinar ao poderoso as tradições do exercício do poder, e as políticas que criam tradições de poder e governo, facilitando ao líder a condução das questões ligadas ao poder, bem como a sua preservação em suas próprias mãos pelo maior tempo possível.¹⁵⁴

Sendo esquematicamente um conjunto de normas a serem seguidas pelo soberano ou por sua corte.

Foram escritas ao longo dos tempos várias obras com esta finalidade como “*Lampião dos Reis*” de Abū Bakr Atturtūšī (973-1126 d.C.), “*Conselho sobre o Decoro do Poder*”, de Almurādī (m. 1086 d.C.), “*O Caráter dos Reis*”, de Muhammad Ibn Alhārit Attaclabī, do século IX, um dos mais antigos e “*O Leão e o Chacal Mergulhador*” dentre outros. Esses textos, que possuem tamanhos diversificados e eram normalmente produzidos em forma de conselhos dos mais variados temas como, por exemplo, a administração do poder, as guerras, com lidar com os membros da corte, fazer justiça; trazendo assim, vários aspectos da vida cotidiana e das atividades políticas.

¹⁵²Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009 p.207.

¹⁵³Anônimo. *Op. Cit.* p. 208.

¹⁵⁴RADWĀN, Assayyid, *A pérola preciosa na política do líder* de Ibn Alhaddād (século XIII). Beirute, 1983, p.34. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009

Textos de caráter aconselhador com a obra em questão foram, em sua maioria, feitos por encomenda de algum poderoso ou a ele dedicados como forma de obter agrado, valendo-se assim de um instrumento de adulação. Sua estrutura é baseada em uma “voz” que aconselha de forma sensata sobre todas as questões relevantes ao adequado exercício do poder e seu discurso se efetua como preceitos e proposições gerais, com argumentos em tom perceptivo, seguido por narrativas exemplares com outros reis. Esses exemplos que se fazem utilizar de outros soberanos como ilustrações têm como objetivo fortalecer o conselho, mas, também “desanuviar a sisudez, recomendação da retórica árabe”¹⁵⁵.

Assim, o método expositivo utilizado na obra se torna mais uma face do desdobramento da sociedade árabe e conseqüentemente, do cenário da Literatura, sendo esta uma forma de expressão.

Contudo também é importante trazer outros questionamentos no que tange a inserção, pura e simples, da obra na categoria espelhos de príncipe. *Kalila e Dimna* revela-se em um texto bastante complexo que faz alusão a uma razão árabe figurada nas artimanhas, traições e conselhos apresentados sob a figura do chacal.

Porém mais do que em artimanhas e estratégias, esta “razão árabe” está apoiada consistentemente na língua figurada e imagética, sendo esta uma das características marcantes da Idade Média. Por isso, não é só através da tradição oral que o homem medieval, quer seja ocidental ou oriental, difunde seus saberes; a imagem também exerce uma função importante na composição e materialização dos códigos desta sociedade.

Assim, o *corpus* das narrativas ganha forma e fisionomia através de personagens “históricos” e seus atos exemplares com o intuito de nortear as escolhas, conduzem a desvios de possíveis catástrofes pessoais e políticas¹⁵⁶.

Encontra-se nesta tradução feita por Jarouche outra questão importante que marca a sua associação de forma simplista à tradição de “espelhos de príncipe”, o uso do pensamento aristotélico. O Ocidente Medieval consolidou-o

¹⁵⁵ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

¹⁵⁶ CHAIN, F. M. Olgária. ‘PREFÁCIO’. In.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

como procedimento de excelência para o conhecimento a dicotomia entre o particular e o universal.

Mas esta tradição aristotélica não se encaixa no estilo paradigmático, cujo caráter imanente se revela na tradução de Jarouche. Assim, tanto na obra *Kalila e Dimna* como nos discursos narrativos árabes, o que impera é a analogia e não a lógica dicotômica. O *analogon* que a narrativa produz não é universal nem particular¹⁵⁷.

Neste tipo de narrativa pode-se incluir um terceiro, um *tertium datur*¹⁵⁸, como alternativa, mas este também não neutraliza o particular nem o universal. Com isso entende-se que os paradigmas apresentados ao longo da obra, são reflexos de uma sociedade que mesmo não vendo a relação com o outro, o estrangeiro, com bons olhos, não nega a proposta do outro de forma a excluí-la totalmente¹⁵⁹.

Depois de todas as questões apresentadas acerca do que é a literatura de aconselhamento e qual é a sua funcionalidade no mundo árabe, entre os séculos XI e XII, podemos dizer que a obra *Kalila e Dimna* mesmo não se inserindo de forma cômoda na tradição parenética, ela ainda pode ser classificada como tal.

1.8 As produções e estudos acerca da temática

Este trabalho, acerca da obra literária *Kalila e Dimna*, representa o surgimento de uma nova demanda sobre os estudos de História do Mundo Árabe, principalmente no Brasil. Porém, não é de agora que estas produções permeiam o cenário acadêmico e ainda assim enfrentam muitos desafios.

¹⁵⁷ Ibid. 66.

¹⁵⁸ Op. Cit. 66.

¹⁵⁹ Em diversas narrativas e exemplos esta noção pode ser encontrada. No decorrer da obra os personagens travam diversos debates e trazem argumentos a fim de convencer o outro de que sua proposta é a mais correta, contudo, como foram explicados no corpo do texto, os personagens não anulam de forma arbitrária a fala do outro. É este recurso utilizado pelo discurso árabe que a lógica dicotômica de Aristóteles não suporta.

A percepção de uma nova demanda ligada a temática oriental teve início na década 50 com a busca por obras, principalmente, do gênero narrativo. De acordo com Miguel Attie Filho:

Esta é uma tendência do mercado editorial, não só o brasileiro. A partir da década de 1950, houve um aumento na busca e procura por textos de origem árabe, persa, indiana, e também uma abertura para a pesquisa.¹⁶⁰

É a partir deste período que se observa um crescente número de obras de origem oriental sendo difundidas e traduzidas, principalmente no Brasil.

A principal referência para os estudos gerais do Oriente Islâmico é o pesquisador Albert Hourani¹⁶¹, que na década de 90, lança sua obra intitulada “*Uma História dos Povos Árabes*”¹⁶². Este estudo é uma obra de síntese, que versa o mundo árabe desde a sua criação até a contemporaneidade. Embora este trabalho cubra um período bastante extenso e, é evidente que alguns temas são deixados de lado em detrimento de outro, tal obra aparece como um dos parâmetros para a trajetória de estudos do mundo árabe¹⁶³.

Contudo, o trabalho de Hourani assinala uma tendência de produção de pesquisas de cunho geral que já circulava pelos meios acadêmicos. Desta forma, temos os estudos de A.S.Ayad¹⁶⁴, que na década de 60 traziam contribuições, principalmente, sobre a história política e a construção da religião islâmica.

Já no início da década seguinte, os estudos sobre o mundo árabe lançam olhares específicos para o período medieval, surgindo pesquisas como a de Juan Vernet¹⁶⁵, que aborda o desenrolar da Literatura Árabe, desde a poesia até a prosa. Também nos anos 70, temos as obras de Mário Curtis Giordani¹⁶⁶ e Robert Mantran¹⁶⁷ que apresentam uma síntese da história da

¹⁶⁰ Entrevista com Miguel Attie Filho. <http://www.icarabe.org/entrevistas/o-livro-da-alma-de-avicena-recebe-a-primeira-traducao-direta>. Acessado em 22/09/2011

¹⁶¹ Membro emérito do St. Anthony's College, Oxford, participou do corpo docente da Universidade Americana de Beirute, da Faculdade de Artes e Ciências de Bagdá e do Institut des Hautes Études de Túnis.

¹⁶² HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁶³ Esta obra se baseia em pesquisas de grandes centros de estudos como os da Universidade Cambridge e Oxford.

¹⁶⁴ AYAD, A.S. *A Civilização árabe*. Bahia: Fundação Gonçalo Moniz, 1965.

¹⁶⁵ VERNET, Juan. *Literatura árabe* / Juan Vernet [3.ed.] Barcelona : Labor, 1972.

¹⁶⁶ GIORDANI, Mário Curtis. *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis, Vozes, 1976.

¹⁶⁷ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977.

civilização árabe medieval vista em seus principais aspectos políticos, institucionais, sociais, econômicos, jurídicos, literários, filosóficos e, sobretudo, religiosos.

Entre as muitas pesquisas lançadas, também convém acentuar Bernard Lewis¹⁶⁸. Este inicia uma de suas obras mais importantes sobre os árabes,¹⁶⁹ apontando algumas direções que esta discussão pode levar como, por exemplo, o uso da palavra árabe para designar uma nação ou mesmo nacionalidade, no sentido legal. Um indivíduo que é identificado oficialmente como árabe pode ser oriundo de vários Estados como os do norte da África, ou mesmo dos Emirados Árabes, como também do Iraque, Irã, da Síria, da Jordânia, do Sudão, da Tunísia e vários outros Estados de identificação árabe. Contudo, em pleno século XXI ainda não temos um Estado propriamente Árabe.

Mesmo esta discussão sendo um pouco deslocada do recorte cronológico proposto neste trabalho, convém ressaltar que muitos filólogos apresentam a língua como um fator de unificação para esse grupo de indivíduos. À primeira vista, como afirma Lewis, esta solução é satisfatória; contudo, o recurso linguístico não abrange a arabidade de judeus e cristãos. Portanto, podemos entender que esta discussão nos interessa quando pensamos que a sociedade árabe, desde a Idade Média, é composta por um mosaico cultural, no qual o governante precisava de muitas estratégias e manejo político para administrar um império tão multifacetado.

Outra contribuição muito importante para os estudos do mundo árabe é o trabalho de Beatriz Bíssio¹⁷⁰. Sua pesquisa prioriza a percepção espacial do mundo árabe, trazendo as perspectivas da cidade islâmica retratadas nas fontes de Ibn Khaldun e Ibn Batuta. Segundo Beatriz:

O mundo muçulmano medieval identificava-se como uma unidade, cujos limites coincidiam com os do Islã, referência

¹⁶⁸ Acadêmico britânico e o professor emérito Cleveland E. Dodge de Estudos do Próximo Oriente na Universidade de Princeton.

¹⁶⁹ LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

¹⁷⁰ BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico* (século XIV). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007

maior de inclusão cultural, política e social associada explicitamente ao lugar próprio da civilização.¹⁷¹

Com isso, seu trabalho nos ajuda a compreender a concreta ligação entre o religioso e o político no medievo árabe e também a posição do governante nos primeiros anos do Califado Abássida quando o governante era também o إمام¹⁷².

A mais recente contribuição no sentido de uma tentativa de abarcar o panorama amplo da cultura árabe é a obra “O Islã Clássico”¹⁷³. Organizado por Rosalie Helena de Souza Pereira¹⁷⁴, o livro possui a proposta de dedicar a uma gama de variedades de temáticas, selecionando alguns tópicos muito bem elaborados, indicando algumas trajetórias do pensamento relativo ao período formativo do Islã, apresentando assim, as pesquisas mais recentes em diversas categorias de trabalhos acadêmicos. Ele se divide em seis partes que auxiliam no preenchimento de algumas lacunas na compreensão da civilização árabe.

A primeira parte apresenta dois ensaios: o primeiro sobre a língua árabe e o segundo sobre a poesia pré-islâmica. Estes dois trabalhos inserem-se num cenário ainda bastante conturbado do povo árabe, que ainda é pagão e tribal, mas que já traziam consigo uma longa história e importantes tradições.

Na segunda parte há uma tentativa de recuperar as grandes linhas do elemento fundador do Islã, focalizando na elaboração, no conteúdo e no estatuto do principal pólo referencial da religião islâmica, o *Corão*. São apresentados dois ensaios em que são analisadas as divisões nascidas no interior do Islã, a posição dos teólogos racionalistas e a defesa do Islã Sunita.

Com a terceira parte, os dois ensaios apresentam temas muito pouco conhecidos pelos ocidentais, o Direito islâmico (*fiqh*) e a política. Como afirma Ibn Haldūn, “*fiqh é o ato de extrair das raízes e das fontes as normas*

¹⁷¹ BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico* (século XIV). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007

¹⁷² Imã, líder religioso.

¹⁷³ *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007

¹⁷⁴ Mestre em História da Filosofia pela USP-FFLCH, com tese de doutoramento na UNICAMP-IFCH sobre o pensamento político de Averróis. Seu campo de pesquisa está relacionado à filosofia pré-islâmica árabe.

prescritas pela Lei revelada (Šarī'a) para que, em suas ações, o muçulmano cumpra suas obrigações jurídico-religiosa" ¹⁷⁵. Apresenta a íntima conexão entre a religião e a política, características da história islâmica, sendo esta de difícil compreensão entre os ocidentais, acostumados a fazer uma absoluta separação entre esses dois domínios. Neste sentido, estes ensaios pontuam esta conexão.

A quarta parte é dedicada aos filósofos de cunho helenizante e consagra em suas páginas os dois maiores expoentes que floresceram no Oriente¹⁷⁶, Al- Fārābī e Ibn Sīnā (Avicena), e aos dois principais de Al-Andalus, Ibn Bājjah (Avempace) e Ibn Rušd (Averróis). Trazendo considerações acerca da Filosofia Helênica escrita em Árabe.

A quinta parte se debruça sobre o viés filosófico-místico elaborado no Oriente e no Ocidente, mostrando a tradição mística no contexto islâmico e a sua dimensão esotérica. Na sexta e última parte, o livro faz uma análise da presença do Islã no Judaísmo e no Cristianismo imerso nas obras em circulação no mundo medieval.

Além dos trabalhos supracitados convém mencionar as contribuições do CEAr – Centro de Estudos Árabes que tem como objetivo a organização de eventos e, sobretudo, a publicação de obras referentes à Cultura Árabe em geral, com destaque para o intercâmbio Oriente/Ocidente¹⁷⁷. Este laboratório possui conexão com o Departamento de Estudios Árabes e Islámicos de la Universidad Autónoma de Madrid e, juntos, publicam através da revista *MIRANDUN* estudos acerca da Literatura, Filosofia, Filologia e História.

O intuito desta parcela da pesquisa é apresentar um breve levantamento bibliográfico, mostrando assim os principais autores que trabalham e contribuem para importantes estudos sobre a temática do mundo Árabe Medieval, proposta por esta pesquisa.

Inclui-se nesta demanda as traduções de manuscritos, feitas diretamente do Árabe para o Português, como o das *Mil e uma Noites*¹⁷⁸, além das obras

¹⁷⁵ SOUZA PEREIRA, Rosalie Helena de. *Apresentação*. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

¹⁷⁶ Cf. SOUZA PEREIRA, Rosalie Helena de. p. 24.

¹⁷⁷ www.hottopos.com/cear.htm. Acessado em 1/10/2011.

¹⁷⁸ *Mil e uma Noites*: _____. *Livro das mil e uma noites*. Introdução, notas apêndice e tradução de Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Globo, 2006.

*Kalila e Dimna*¹⁷⁹, *Livro do Tigre e do Raposo*¹⁸⁰ e *O Leão e o Chacal Mergulhador*¹⁸¹, como também de muitas outras que se encontram em circulação no mercado editorial¹⁸². Além das múltiplas edições traduzidas para o Português que encontramos de forma acessível, nos dias de hoje.

Devemos reconhecer que se fizéssemos uma comparação com outros trabalhos que evidenciam as questões do mundo medieval no Ocidente, a demanda é infinitamente maior, no tocante a fontes e abordagens historiográficas. Contudo, não podemos negligenciar o crescimento das pesquisas acadêmicas, dos centros de estudos supracitados e da crescente demanda de obras traduzidas e publicadas para a Língua Portuguesa.

¹⁷⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁸⁰ *Livro do Tigre e do Raposo*. Tradução: Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Amaral Gurgel Editorial, 2010

¹⁸¹ ANÔNIMO. *O Leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

¹⁸² Ibn Sina. O livro da alma. Tradução de Miguel Attie Filho. São Paulo: Globo, 2011, entre outros mais.

**A FORMAÇÃO DO ISLÃ E A QUESTÃO DA SUCESSÃO DO PODER –
A legitimação do poder e o projeto político de valorização do
conhecimento nos anos iniciais do Califado Abássida (750-775)**

2.1 Princípios gerais do funcionamento do Estado: A formação da Comunidade islâmica

Todos os integrantes, do que podemos chamar de gênese da comunidade islâmica, se viram em meio a uma questão complicada desde a morte do Profeta Maomé em 632. Até então ainda não se tinha pensado em como iriam escolher o próximo representante do poder. Muhammad não deixou herdeiros varões, nem sucessor religioso, não deixou resoluções por escrito e nem manifestou sua vontade no tocante a sua sucessão. Também não havia indicações no Corão, o Livro Sagrado. Este, aliás, não determinava como a comunidade islâmica deveria constituir seu Estado¹⁸³, limitando-se apenas a ressaltar as necessidades da justiça e a consulta aos crentes nas decisões políticas:

“Deus vos manda restituir os depósitos fiduciários aos seus donos e, quando julgardes vossos semelhantes, fazei-o com justiça [...] Ó crentes, obedecei a Deus, ao seu Mensageiro, e aos que detém autoridade entre vós. E disputardes sobre qualquer questão, recorrei a Deus e ao seu Mensageiro.”¹⁸⁴

Instaurou-se assim um momento conturbado entre os seguidores do Islã, afinal, Muhammad não fora só o Profeta que revelou a religião islâmica aos homens, era também o representante desta nova Comunidade e que carregou o fardo de construir e dirigi-la; seus comportamentos tornaram-se textos e jurisprudências¹⁸⁵. Seu sucessor teria uma grande missão pela frente, como proclamou Abu Bark: “*Ó homens, se adorais a Maomé, Maomé está morto; se adorais a Deus, Deus está vivo*”¹⁸⁶. O sucessor seria o árbitro das disputas e responsável pelas decisões da Comunidade.

¹⁸³ Esta pesquisa não pretende abri discussões acerca do conceito Estado, utilizando o termo apenas para expressar uma ideia de conjunto que reuni interesses políticos de um determinado espaço.

¹⁸⁴ ALCORÃO. Tradução de Samir El Hayek 11. ed. São Paulo: Marsam Editora Jornalística, 2001.

¹⁸⁵ Compiladas na *sunna*. CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

¹⁸⁶ DEMAND, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

Segundo Hourani, a disputa pelo poder foi inicialmente travada por três grupos que estavam ligados a Maomé através de distintos laços:

“Entre os seguidores de Maomé estavam os primeiros companheiros que haviam acompanhado o Profeta durante a hégira, interligado por relações endogâmicas; os homens importantes da cidade de Medina, que haviam feito uma aliança com o Profeta e os membros das principais famílias de Meca, recém-convertidos¹⁸⁷.”

Nos primeiros anos que sucederam a morte do Profeta surgem os Califas, pessoas escolhidas através da reunião dos três grupos ligados a Maomé. Os califas Abū Bark, ʿUmar e ʿUṭmān foram os primeiros a ocupar este cargo e são conhecidos pela maioria dos muçulmanos como os *Rashidun*, ou “corretamente guiados”¹⁸⁸. Estes assumem a obrigação de manter a comunidade como um elo central na configuração da sociedade muçulmana.

Autores, como Schuon, abordam o tema da consolidação da religião relacionando seus aspectos com a política e com o social:

Era de natureza do Islão ou da sua missão colocar-se, desde início, em terreno político, no que respeita à sua afirmação (...) A religião é comparável a um organismo vivo, que se desenvolve segundo leis necessárias e precisas. Poderíamos, portanto, chamar-lhe um organismo espiritual, ou social no seu aspecto mais exterior; mas sempre um organismo, e não uma construção de convenções arbitrárias¹⁸⁹.

Com isso, o primeiro califa escolhido logo de início sentiu o peso de manter as diversas alianças feitas com os diferentes chefes tribais por Muhammad. Diante desse desafio, segundo Hourani, o primeiro califa afirmou sua autoridade pela ação militar, através das “guerras de *ridda*”¹⁹⁰

[...] se criou um exército, que o impulso da ação levou às regiões fronteiriças dos grandes impérios, e depois, quando a

¹⁸⁷ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

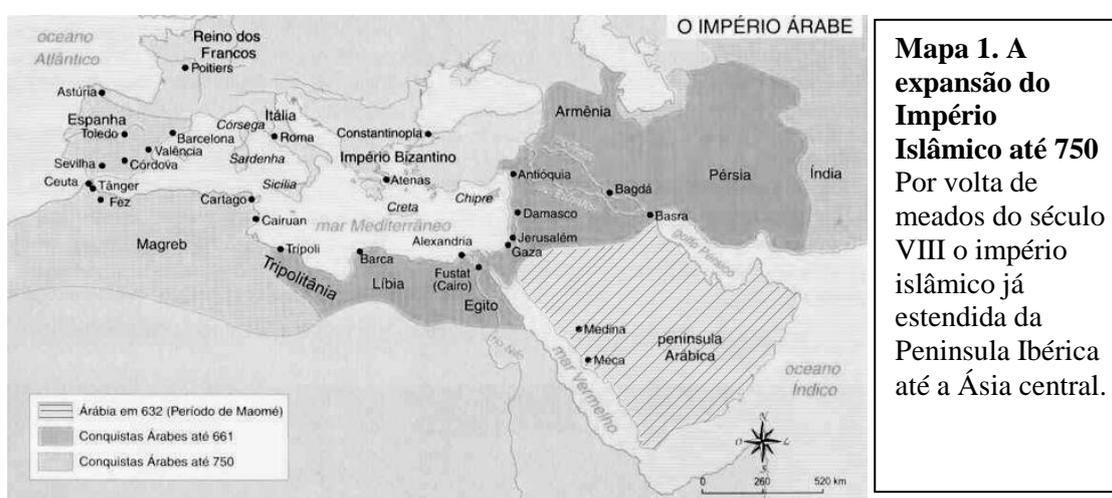
¹⁸⁸ SCHUON, Josef. *Para compreender o Islã: Originalidade e universalidade da religião*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

¹⁸⁹ SCHUON, Josef. *A unidade transcendental das religiões*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1991.

¹⁹⁰ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

resistência se revelou fraca, ao próprio âmago desses impérios.¹⁹¹

Para além das questões internas havia também um universalismo implícito na Doutrina Islâmica e nos atos que, desde Muhammad, reivindicavam uma autoridade universal, estabelecendo assim, o *haram* que não tinha limites naturais¹⁹². Com o segundo califa, as fronteiras do Oriente Próximo já haviam mudado. Os árabes que invadiram as terras dos impérios Bizantinos e Sassânidas eram uma força organizada e bastante militarizada; o que sobrou das terras sassânidas foram ocupadas logo depois como mostra o mapa 1:



Segundo Hourani, há indícios que mostram que a prosperidade e a força do mundo mediterrâneo se achavam em declínio devido às invasões bárbaras, a falta de manutenção da estrutura agrícola e ao encolhimento do mercado urbano, conjecturas que auxiliaram na expansão do império islâmico¹⁹³. Apesar do enfraquecimento desta região, as forças árabes que invadiram os impérios bizantinos e sassânidas não eram uma horda tribal, mas sim uma força organizada¹⁹⁴.

Entretanto, à medida que se ampliava a área conquistada, necessariamente mudava-se também a forma de governar de cada soberano

¹⁹¹ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁹² ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹⁹³ HOURANI, Albert. *Ibidem*.

¹⁹⁴ ANTES, Peter. *O Islã e a Política*. São Paulo: Paulinas, 2003.

que subia ao poder. Com isso, administrar a comunidade com a espacialidade e diversidade que ela adquiria tornou-se uma tarefa de importância central. O problema da sucessão, todavia, foi inicialmente enfrentado apenas no plano prático, imediato; as reflexões filosófica e teórica começaram relativamente tarde e só atingiram uma maturidade expressiva no século XI¹⁹⁵. O autor Massimo Campanini apresenta uma justificativa para tal retardo:

Isto aconteceu porque, por um longo período, o poder se legitimou mediante o seu exército e não por meio de uma ciência sistematização teórica. Enquanto o poder – entenda-se, a estrutura do califado – se manteve sólido, a questão da legitimação era vista apenas como uma disputa interna de poderes.¹⁹⁶

Essa necessidade se apresentou quando as circunstâncias históricas – a decadência do califado – impeliram pensadores políticos a buscarem um enunciado de princípios gerais de funcionamento do Estado¹⁹⁷.

O problema sucessão pode ser considerado um fator histórico que determinou a fundação e o desenvolvimento da doutrina política árabe¹⁹⁸. Além disso, acompanhou o desencadeamento dos fatos que levaram o império islâmico tanto ao apogeu quanto à decadência. Torna-se, assim, essencial apresentar as constantes disputas pelo poder que se desenrolaram desde o princípio da questão da sucessão até o século VIII, concentrando o foco na disputa de poder entre as dinastias Omíada e Abássida¹⁹⁹.

**

Como foi dito, Muhammad não escolheu sucessores. A primeira tentativa de resolver a questão foi temporariamente decidida em uma assembléia pública, na qual os contrastes entre os grupos dos representados das cidades

¹⁹⁵ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

¹⁹⁶ CAMPANINI, Massimo. *Ibidem*

¹⁹⁷ ISBELLE, Sami Armed. *O Estado Islâmico e a sua Organização*. Rio de Janeiro: Azaan, 2008.

¹⁹⁸ ANTES, Peter. *O Islã e a Política*. São Paulo: Paulinas, 2003.

¹⁹⁹ Como apresentado na introdução, o recorte cronológico desta pesquisa se concentra entre as primeiras décadas do século VIII até o ano de 750.

de Medina e Meca eram claros²⁰⁰. Os primeiros Companheiros do Profeta criticavam os grupos de convertidos posteriormente e que haviam adquirido certo poder; as alegações de conversão antiga e laços estreitos com o Profeta chocavam-se com as pretensões a uma nobreza antiga e honorável ancestralidade²⁰¹.

Primeiramente Abū Bark, cuja filha A'isha era esposa de Muhammad, foi escolhido como *khalifa* – sucessor do Profeta²⁰² e permaneceu no cargo durante dois anos (632-634). De seu lado, Abū Bark designou diretamente Umar Ibn 'Adb al-Khatta para ser o segundo califa e que, segundo Campanini, “seria uma recompensa pelo apoio recebido anteriormente”²⁰³.

Contudo, a escolha do terceiro califa foi cercada de tensões. ʿUmar constituiu um conselho consultivo composto por seis membros e elegeu, não sem disputas, o aristocrata mecano ʿUtmān, no lugar de ʿAlī Ibn Abi Talib, genro e primo do Profeta, causando uma forte tensão entre os dois grupos²⁰⁴. Segundo Schuon, as tensões se agravaram quando ʿUtmān foi assassinado, sendo ʿAlī acusado de tal crime:

Alguns grupos consideraram ʿAlī, com ou sem razão, conivente com o crime, dando início assim, ao primeiro período de guerra civil na comunidade.²⁰⁵

O pretendente a sucessão ʿAlī, era coraixita, e os aliados de ʿUtmān opunham-se a ele, mas também se opunham outros que contestavam a validade de sua eleição²⁰⁶. ʿAlī estabeleceu-se como califa em Kufa, enquanto os dissidentes concentraram-se em Basra. Ele os derrotou, mas logo se viu diante de um novo desafio vindo da Síria, o governador Muʿawiya Ibn Sufyan,

²⁰⁰ AYAD, A.S.. *A Civilização árabe*. Bahia: Fundação Gonçalo Moniz, 1965.

²⁰¹ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977.

²⁰² HOURANI. Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁰³ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁰⁴ DUCCELLIER, Alain, KAPLAN, Michel, MARTIN, Bernadett, MICHEAU, Françoise (Col). *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão, dos bárbaros aos otomanos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

²⁰⁵ SCHUON, Josef. *Para compreender o Islã: Originalidade e universalidade da religião*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

²⁰⁶ HOURANI. Albert. *Ibid.*

parente próximo de ʿUṭmān²⁰⁷. As duas forças se enfrentaram, em Siffin e Alī foi assassinado. Muʿawiya assume assim, o título de califa e dá início a dinastia dos Omíadas.

Dessas complexas vicissitudes, Massimo Campanini aponta o surgimento de dois problemas de valência contemporaneamente política e teológica: o problema do estatuto do pecador e o problema da legitimação dos califas²⁰⁸. A busca pela razão entre ʿUṭmān e ʿAlī, depois entre ʿAlī e Muʿawiya, levou a Comunidade a identificar quem errou como pecador, mas isso representava um problema ulterior: seria lícito obedecer ao pecador? Segundo o autor, esta questão gerou duas correntes doutrinárias, a murji'itas e a muʿtazilitas. A primeira defendia que o pecador é de qualquer forma um crente e não deve ser expulso da Comunidade, pois os homens não teriam o direito de julgá-lo, sendo assim, será Deus a prescrever a pena daquele que de fato for culpado. A doutrina muʿtazilitas que, de acordo com Campanini, é a corrente teológica mais importante dos primórdios do Islã²⁰⁹, chegou a uma conclusão divergente. Neste caso, o pecador, mesmo permanecendo pecador, não poderia ser considerado nem crente tampouco descrente, devendo ser aceito na Comunidade. Desse modo, postergando ou suspendo o julgamento, todos os reinados dos protagonistas da “grande discórdia”, ʿUṭmān, ʿAlī e Muʿawiya, resultavam substancialmente legítimos²¹⁰. Objetivamente, as soluções murji'itas e muʿtazilitas aceitavam e consolidavam o poder das dinastias governantes e aspiravam garantir a paz na Comunidade dilacerada por conflitos fratricida.

Entretanto, um terceiro grupo, os *ḥārijitas*, apontado por Campanini como os ex-apoiadores de ʿAlī, assumiram uma posição mais radical, defendendo que o pecador deva ser considerado um descrente, sendo expulso da Comunidade. Para eles o califa a ser escolhido deve ser o melhor homem da Comunidade, graças aos seus dotes morais e religiosos, não devendo pertencer necessariamente à tribo do Profeta, os Coraixitas. Tais propósitos

²⁰⁷ DEMAND, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

²⁰⁸ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁰⁹ CAMPANINI, Massimo. *Ibidem*.

²¹⁰ CAMPANINI, Massimo. *Ibid*.

levaram os *hārijitas* a punir ʿAlī, considerado pecador, com a morte e a enunciar uma doutrina em certo sentido democrática, segundo o autor, do califado e do poder. De fato, para eles, a legitimação da autoridade deriva das massas e isso evoca a sociedade perfeita de Medina; o soberano corrupto e descrente deve ser deposto e, se necessário morto²¹¹.

A consolidação omíada no trono califa não resolveu, contudo, a questão fundamental da legitimação do próprio califado, os adeptos de ʿAlī continuaram a professar que seu chefe deveria ser o “Príncipe dos Crentes”²¹². O segundo filho de ʿAlī, Ḥusayn, foi assassinado pelos omíadas em Karbala em 680 por uma reivindicação que não era apenas política, mas também religiosa. Assim, Ḥusayn tornou-se o mártir que se sacrificara para restaurar a justiça aviltada, tornando-se o herói para um grupo que conclamava ʿAlī e seus descendentes como os verdadeiros soberanos da Comunidade.

Percebem-se, a partir deste balanço, que a questão da sucessão do poder e sua legitimação foram conflitos que configuraram a formação da Comunidade islâmica e não tendo um desfecho, arrastou-se para os governos futuros. Sem solução aparente, estas disputas abriram uma fenda política-religiosa na Comunidade, protagonizada pelos dois principais grupos que disputavam o poder, surgindo assim as correntes xiita e sunita.

2.2 As dissidências religiosas: as doutrinas xiitas e sunitas

O Islã, assim como todas as religiões, sofreu as influências dos embates políticos e culturais das regiões em que se instalou. Além do mais o Islã, mais explicitamente do que qualquer outra cultura religiosa, é uma proposta política, um modo particular de organização do poder na sociedade²¹³. A diversidade étnica, cultural e política de um vasto império impuseram à ordem do dia a dia

²¹¹ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²¹² CAMPANINI, Massimo. Op. Cit.

²¹³ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

uma questão de unidade, tanto religiosa quanto política e, sobretudo, da interpretação do Alcorão, produzido num meio social e cultural da Arábia. Era preciso buscar um modo de interpretação do livro sagrado para manter a unidade religiosa e política ao mesmo tempo. As lutas pela sucessão e legitimação do poder provocaram a ruptura política-religiosa conhecida por dar origem às duas grandes vertentes do Islã: os xiitas e os sunitas.

2.2.1 A articulação da doutrina xiita e a questão do imamato

O Xiismo se articula fundamentalmente a partir da perspectiva política de shiahi-Ali, isto é, partidários de Ali. Eles acreditam que Ali ibn Abi Talib, o parente mais próximo do profeta, deveria ter governado a comunidade no lugar dos califas rashidun (Abū Bakr, ʿUmar e Uthman). Reverenciam também muitos imãs (líderes da comunidade muçulmana) que são descendentes masculinos diretos de Ali e de sua esposa Fatimah, a filha do Profeta²¹⁴.

O movimento xiita nasce, portanto, da contestação da legitimidade dos califas. Segundo Demant além de Ali, seu filho Hassan e seu neto Hussein e outros governantes xiitas foram sucessivamente assassinados pelas autoridades sunitas.

Esta corrente política-religiosa se desmembra em três ramos, com suas respectivas expressões políticas. Primeiramente o *zaydismo*, uma vertente que se apresenta de forma mais moderada. Reportam-se a um bisneto de Ḥusayn, precisamente Zayd, morto pela dinastia omíada e assumem o controle do lêmên.

Após o assassinato, em 740, de Zaid, o quinto imã, seus seguidores, os zaiditas, conseguiram o controle do Irã setentrional. Depois se instalaram no lêmên, onde se mantiveram no poder até o século XX. A morte do sexto imã, Jafar al-sadig, em 765, coincidiu com uma nova onda de perseguições aos xiitas desencadeada pelo regime abássida.²¹⁵

²¹⁴ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²¹⁵ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

Entretanto, a corrente *imāmita* representa o corpo principal do Xiismo. É definida como duodecimana, por reconhecer uma sucessão de doze imãs a partir de ʿAlī até Muḥammad al-Mahdī e entra em ocultação em 873 quando há o desaparecimento do décimo e último imã²¹⁶. O desaparecimento do último imã, chamado de a Grande Ocultação, marcou profundamente a teologia e as atitudes políticas do Xiismo. Se ele está oculto, ele voltará. E acende nos fiéis a chama da esperança e a paciência para sofrer com resignação os reveses, as humilhações e as perseguições de seus inimigos sunitas. Por um milênio, a partir do século 9º, os xiitas viveram da esperança messiânica do retorno do imã oculto Muhammad al-Mahdi –o esperado²¹⁷.

O Xiismo *imāmita*, professado, sobretudo no Irã, onde foi imposto como religião oficial pela dinastia dos safávidas, no século XVI, mas também adeptos no Iraque e no Líbano²¹⁸. Há, enfim, o *ismāʿīlismo*, que reconhece uma sucessão inicial de sete imãs a parti de ʿAlī – razão por que às vezes é chamado de setemano, conquanto a denominação seja imprópria²¹⁹ –, cuja principal realização política foi o império dos fatímidas, no Norte da África e no Egito²²⁰.

A principal doutrina que distingue os xiitas entre si é a do imamato, isto é, ainda uma vez, uma doutrina política. Em linhas gerais, para os xiitas, o *imām*, isto é, o chefe religioso e político da Comunidade, deve ser um membro da família de Muhammad. Particularmente, para os *zayditas*, é o suficiente que seja um ʿalīda – partidário de ʿAlī e deve ser o melhor dos muçulmanos do ponto de vista ético e moral, mas não há nenhuma qualidade particular que o distinga dos outros²²¹. Além disso, segundo Campanini, os *zayditas* apontam que o pretendente ao imamato deve saber reivindicar seu próprio direito com as forças das armas, se necessário²²². Trata-se de uma concepção moderada,

²¹⁶ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²¹⁷ FARAH, Paulo D. *O Islã*. São Paulo: Publifolha, 2001.

²¹⁸ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²¹⁹ CAMPANINI, Massimo. *Ibid.*

²²⁰ CAMPANINI, Massimo. *Ibidem.*

²²¹ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²²² CAMPANINI, Massimo. *Op. Cit.*

de acordo com o autor, que de um lado implica a possibilidade de surgir em qualquer momento histórico e em qualquer lugar, o que, contrasta com a opinião dos outros xiitas, e, de outro pressupõe a legitimidade de, pelo menos, Abū Bakr e ʿUmar como califas, ainda que inferiores em qualidades morais a ʿAlī. É a assim chamada doutrina do “imamato dos inferiores”²²³.

Massimo Campanini aponta que a doutrina do *imām* segundo os imamitas é muito mais complexa e elaborada. O autor baseia seu argumento segundo Al-Mufīd, um dos maiores teólogos da corrente imamita que define as qualidades e funções do chefe da Comunidade:

“Os imamitas estão de acordo sobre a necessidade da existência permanente de um *imām* que, como prova, serve a Deus diante dos seus fiéis – os crentes – e que, com sua própria existência, mantém perfeitamente a integridade da religião [...] Os imamitas estão de acordo sobre o fato de que o *imām* deverá ser impecável, impossibilitado de opor-se a Deus, sabedor de todas as ciências religiosas e de uma virtude perfeita. [...] Os imamitas estão de acordo sobre o fato de que o imamato não pode ser conferido a quem quer que seja senão em virtude de um texto que designe expressamente o seu detentor, ou em virtude de um testamento (da parte do *imām* precedente). [...] Estão de acordo sobre o fato de que o imamato, após o Profeta, esteve nas mãos de ʿAlī, de Hasan (o primeiro filho de ʿAlī), e de Ḥusayn e de seus descendentes, excluídos os de Ḥassan, até o fim do mundo. [...] Os imãs, depois do Enviado de Deus, são doze”²²⁴.

Evidentemente, essa concepção do *imām* privilegia a sua investidura divina – é o chamado princípio do naṣṣ ou designação textual²²⁵ - garantindo-lhe até a impecabilidade. Como homem perfeito, investido da iluminação de Deus, o *imām* é a fonte do conhecimento secreto e único intérprete autorizado da Lei religiosa. De fato, um dos pilares da concepção xiita é que, na religião e na Escritura, existe um significado literal ou exotérico (*zāhir*) e um significado

²²³ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²²⁴ SOURDEL, Dominique. *L'imamisme vu par Le Cheikh al-Mufid*. Paris: Geuthner, 1974. P. 41-43. In CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²²⁵ CAMPANINI, Massimo. *Ibid.*

alegórico ou esotérico (*bāṭin*); este último representa a efetiva penetração do autêntico conhecimento interpretativo²²⁶.

A sucessão de ʿAlī é determinada com rigor até ao duodécimo *imām*. Além da exclusão dos descendentes de Ḥassan em favor dos de Ḥusayn, reconhece-se a legitimidade somente de ʿAlī al-Riḍā como oitavo *imām*, sucessor de Mūsà al-Kāzīm, em relação a um outro pretendente²²⁷. O duodécimo *imām*, Muḥammad, é o último da *silsila* – cadeia – do imamato²²⁸. Logo após ele entra em ocultação a partir de 873 e permanecerá oculto até que, segundo a vontade de Deus, retorne como messias no fim do mundo e traga a paz e justiça sobre a Terra. Campanini aponta que a doutrina do *imām* esperado tem, pois, um profundo significado escatológico e projeta a dimensão política numa esfera transcendente. Com efeito, a política e a realização prática do Estado devem confrontar-se com a perspectiva de um porvir indeterminado, supondo uma historicidade que se reveste de ânsia messiânica. Trata-se de uma perspectiva que poderia parecer utópica, mas o fato de projetar a ideia da sociedade reta e justa numa dimensão escatológica, segundo o autor torna tal utopia não só impraticável, mas no final, também um pouco “política”²²⁹.

**

A doutrina do imamato xiita apresenta ainda diversas questões de valência política. A primeira se formula a partir da ausência do *imām*, questionando-se a validade do Estado perante esta situação. Para solucionar este embate, o autor Massimo Campanini aponta que o Xiismo imamita responde que todo tipo de Estado é na realidade *ilegítimo* na ausência do *imām*, que é o único que tem o direito de dirigir a Comunidade e sancionar suas leis. Esta teoria, segundo o autor, trata-se de um princípio abstrato sem validade prática, sendo assim, o Estado, ou melhor, os Estados continuam a

²²⁶ FARAH, Paulo D. *O Islã*. São Paulo: Publifolha, 2001.

²²⁷ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

²²⁸ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

²²⁹ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

existir e é necessário governá-los. Por isso, o Xiismo imamita desenvolveu uma arculada e complexa doutrina do vicariato do *imām* - *wilāya*²³⁰.

Esta concepção é sistematizada na idade contemporânea por Ḥumaynī, sobre *wilāya al-faqīh*, o vicariato dos jurisperitos, segundo o qual os doutores da Lei tem a faculdade de substituir o *imām* nas funções políticas. Esta realidade é fruto, segundo o autor, de uma longa evolução do pensamento político doutrinal iniciado na Idade Média. Tal concepção foi favorecida por dois elementos que, segundo Campanini, aparecem com a persuasão de que a opinião concorde dos jurisperitos seja sempre válida e através do dever do crente de recorrer à autoridade de personagens dotados da necessária sabedoria religiosa auxiliem para dirimir as dificuldades e afrontar as necessidades da vida social²³¹.

O segundo desdobramento político da doutrina do *imām* oculto, apontado por Campanini, consiste no comportamento substancialmente quietista que por longos séculos os fiéis xiitas imamitas mantiveram em relação aos regimes de poder. Na ausência do *imām* torna-se lícito suportar o soberano ilegítimo ou descrente, encobrendo as próprias convicções religiosas – o chamado princípio da *taqiyya* ou dissimulação²³².

Já o *ismāʿīlismo* tem uma concepção menos rígida em relação à questão do *imām* oculto. Segundo Paulo Pinto, alguns acreditam poder interromper a sucessão de ʿAlī no sétimo imã, Muḥammad ibn Ismāʿīl, que teria entrado em ocultação depois de 766²³³. Mas a maior parte dos ismailitas, desde os fatímidas até os fiéis da atualidade, segundo o autor, acreditam no *imām* presente e ativo “a guiar diretamente a Comunidade”²³⁴. O *imām* presente, contudo, não necessariamente reivindica o poder político, ele pode conduzir a Comunidade através do meio religioso ou de forma administrativa²³⁵. Outra diferença ainda mais substancial em relação aos imamitas consiste no fato de

²³⁰ CAMPANINI. Massimo. Ibidem.

²³¹ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²³² CAMPANINI. Massimo. Ibidem.

²³³ PINTO, P. G. Hilu da Rocha, *Islã: Religião e Civilização – uma abordagem antropológica*. São Paulo, Editora Santuário, 2010.

²³⁴ PINTO, P. G. Hilu da Rocha. Ibidem.

²³⁵ CAMPANINI. Massimo. Idem.

que, no *ismāʿīlismo*, o *imām* não é apenas um homem perfeito, mas uma viva encarnação de Deus²³⁶.

A doutrina *ismāʿīlita* das relações entre Profeta e *imām* prevê que o Profeta, como o próprio Muḥammad, seria tão somente o portador da Lei exterior ou exotérica – “loquente” –, seria o responsável por informar a todos os homens acerca das regras do culto exterior e da vida social. Já o *imām* é o herdeiro do Profeta, sendo responsável pela interpretação esotérica da Lei exterior – *ṣāmit* – e a comunica somente a um restrito círculo de privilegiados²³⁷. De acordo com Paulo Pinto esta interpretação possui graves consequências, pois o *imām* torna-se superior e até mais importante que o Profeta e, segundo o autor, considerado um exagero e, até mesmo herético, para a doutrina sunita. Esta perspectiva não é nem mesmo compartilhada pelos xiitas imamitas e zayditas.

Em segundo lugar, os *ismāʿīlitas* acreditam que a história seja hiero-história, sendo a explicação de ininterruptos eventos de desvelamento e ocultação da verdade divina²³⁸ e que durante curso da vida da humanidade sucederam-se diversos ciclos de profetas e de imãs. O ciclo profético dos imãs termina com uma “grande ressurreição”, um momento de entendimento dos fiéis acerca da Revelação, com prevalência do esotérico e da sabedoria sobre o exotérico e o literal²³⁹. Assim, na espera do momento da ressurreição, os *ismāʿīlitas* professam a necessidade da dissimulação, que induz tanto os *ismāʿīlitas* quanto os imamitas, ao quietismo político, sendo este o motivo pelo qual seus imãs não tem mais reivindicado o poder²⁴⁰.

²³⁶ PINTO, P. G. Hilu da Rocha, *Op. Cit.*

²³⁷ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²³⁸ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²³⁹ ARMSTRONG, Karen. *Idem.*

²⁴⁰ CAMPANINI, Massimo. *Ibid.*

2.2.2 As bases da doutrina sunita e a questão da legitimação do poder

A tradição sunita é conhecida em árabe como Al- Sunnah – o povo da Sunna –, um termo que, segundo as primeiras fontes clássicas, surgiu no século IX²⁴¹. A palavra Sunna significa costume, método do caminho ou exemplo e que se refere particularmente aos exemplos do profeta Maomé, encontrado no Hadith. Assim, a Al- Sunnah são aqueles que seguem a tradição do Profeta e seus companheiros na compreensão da fé islâmica²⁴².

Durante os primeiros séculos após a morte do Profeta, estudiosos da corrente sunita procuram consolidar e sistematizar a crença e a prática islâmica. Um dos desafios enfrentados foi a sistematização da Comunidade, tendo como base os muitos hadith atribuídos ao Profeta e seus companheiros eram autênticos²⁴³. No século IX, dois estudiosos sunitas, Muhammad Ismael al-Bukhari (870 d.C.) e Ibn al-Hajjaj (875 d.C.), coletaram e vasculharam um grande número de tradições a fim de compilar dicionários contendo as tradições autênticas do Profeta. Baseando suas decisões sobre a fiabilidade dos transmissores particulares, al-Bukhari e al-Hajjaj reduziram o número enorme de tradições a vários milhares. No século X, estas coleções foram elevadas a status canônico pela comunidade muçulmana²⁴⁴.

Em linhas gerais, a doutrina sunita está fundamentada em dois pilares, a utilização da Sharia e as quatro escolas jurídicas. A Sharia é o termo árabe que significa "caminho", mas que, historicamente dentro da religião islâmica, tem sido continuamente empregado para se referir ao conjunto de leis da fé, compreendido pela Sunna, pelo Alcorão além de sistemas antigos de direito local, tradições orais e o trabalho de eruditos muçulmanos ao longo da

²⁴¹ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

²⁴² CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁴³ CAMPANINI, Massimo. Idem.

²⁴⁴ GIBB, H. A. R., AND KRAMERS, J. H. *Shorter Encyclopaedia of Islam*. Leiden: E. J. Brill, 1953. Apud.: CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

formação do Islã²⁴⁵. Sintetizando, a Sharia é um sistema político-religioso detalhado por estudiosos muçulmanos e ainda em vigor entre os fundamentalistas hoje²⁴⁶.

Numa visão bem estrita do Islamismo, a Sharia, como lei revelada de Deus, deve ser respeitada obrigatoriamente por todos os indivíduos da sociedade e do Estado em todos os seus detalhes²⁴⁷. A Sharia procura descrever em detalhes todos os possíveis atos humanos, dividindo-os em "permitido" – *halal* – e "proibido" – *haram*²⁴⁸. Em seguida, os mesmos atos são classificados ainda em vários graus como obrigatório, recomendável, neutro, censurável ou proibido²⁴⁹. Essa vasta coleção de regras regula todas as questões da vida devocional, adoração, pureza ritual, casamento e herança, infrações penais, comércio e conduta pessoal²⁵⁰.

Dentre outras funções, ela é responsável por regular os atos do soberano e suas relações com os não-muçulmanos no interior do território, bem como para os inimigos fora deste²⁵¹. Apesar disso, muitas partes da Sharia possuem pouca ou nenhuma importância na maioria das sociedades muçulmanas modernas, exceto naquelas que passaram por uma fase de islamização (caso de Sudão, Irã, Arábia Saudita). A Sharia permanece, porém, como lei pertinente em questões judiciais particulares, como o casamento, família e herança²⁵².

Outro pilar da doutrina sunita são as quatro escolas jurídicas. Estas cumprem a função de sistematizar regras particulares, abordando questões que não são tratadas pelas leis gerais da Revelação²⁵³.

²⁴⁵ JANSEN, Hans. What is Sharia?. Disponível em: <<http://frontpagemag.com/2012/dr-hans-jansen/what-is-sharia/>>. Acesso: 16/01/13.

²⁴⁶ JANSEN, Hans. Ibid.

²⁴⁷ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁴⁸ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977.

²⁴⁹ MANTRAN, Robert. *Idem*.

²⁵⁰ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁵¹ CAMPANINI, Massimo. Ibid.

²⁵² JANSEN, Hans. What is Sharia?. Disponível em: <<http://frontpagemag.com/2012/dr-hans-jansen/what-is-sharia/>>. Acesso: 16/01/13.

²⁵³ Rippin, Andrew. *Muslims: their religious beliefs and practices*. Vol. 1 London: Routledge, 1990. Apud. CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã*

A primeira das quatro escolas legisladoras sunitas é a Hanafiyyah. Esta se distingue das outras escolas, pois recorre menos às tradições orais como fonte do conhecimento jurídico²⁵⁴. Segundo Penay, ela desenvolveu a exegese do Alcorão através do método de raciocínio analógico conhecido como Qiyas²⁵⁵. Este princípio fundamenta-se na tentativa de determinar como os princípios do Alcorão e da Sunnah poderiam ser aplicados a uma situação claramente não abordada através destas fontes. Um exemplo de tal decisão é a extensão do decreto do Alcorão contra as atividades de mercado durante as orações de sexta, para uma proibição geral de todas as atividades de negócios neste momento²⁵⁶.

Também estabeleceu o princípio de que a concordância universal da Ummah – comunidade – do Islã sobre o direito, representado por juristas e religiosos, constituíram prova da vontade de Deus²⁵⁷. Este processo é chamado ijma', ou seja, consenso baseado no princípio de que, quando há uma clara orientação dada pelo Alcorão ou na Sunnah em relação a um princípio do direito, o consenso da comunidade seria utilizado²⁵⁸. Todas as escolas jurídicas aceitam estes princípios baseando-se na Shariah. Assim, a escola estabeleceu definitivamente que o Alcorão, as tradições do Profeta, ijma' e qiyas constituíam a base da lei islâmica. Além destes, Abu Hanifa aceitou os costumes locais como uma fonte secundária do Direito²⁵⁹.

A escola foi fundada por Nu'man Abu Hanifa (767 d.C.) em Kufa, no Iraque. É derivado, em sua grande maioria, da antiga escola de Kufa e também da antiga escola de Basra²⁶⁰. Abu Hanifa pertencia ao período dos sucessores

*clássico: itinerários de uma cultura. Org.:*Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁵⁴ Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec.* Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

²⁵⁵ Bülent Penay. *Op. Cit.*

²⁵⁶ Rippin, Andrew. *Muslims: their religious beliefs and practices.* Vol. 1 London: Routledge, 1990. Apud.: CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura. Org.:*Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁵⁷ Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec.* Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

²⁵⁸ Bülent Penay. *Op. Cit.*

²⁵⁹ Rippin, Andrew. *Ibid.*

²⁶⁰ Watt, W.M. *The Formative Period of Islamic Thought.* Edinburgh: Edinburgh University Press, 1973. Apud.: CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: O

(*tabiin*) do Sahabah – os companheiros do Profeta. Após ter se originado no Iraque, a escola Hanafi foi favorecida pelos primeiros califas abássida²⁶¹.

A posição privilegiada que a escola gozava no âmbito do califado abássida foi perdida com o declínio do califado abássida. No entanto, a ascensão do império otomano levou ao renascimento de Hanafiyyah²⁶². Sob o jugo dos otomanos os assentos dos juristas foram ocupados pelos seguidores de Abu Hanifa, enviados a partir de Istambul, mesmo para países onde a população seguia outra corrente teórica – *madhhab*²⁶³. Conseqüentemente, a *madhhab* Hanafi se tornou o único código de autoridade da lei na vida pública e administração oficial de justiça em todas as províncias do império otomano. Ainda hoje o código Hanafi prevalece nos países que foram ocupados pelos otomanos e também é dominante na Ásia Central e Índia²⁶⁴.

Malikiyyah é a segunda das escolas islâmicas de jurisprudência. As fontes de doutrina Maliki são o Alcorão, as tradições do Profeta – *hadith* – , o consenso – *ijma'* – e analogia – *qiyas*²⁶⁵. Ao longo do tempo, no entanto, a escola passou a entender a *ijma'*, não mas como o consenso da Comunidade e sim como a opinião dos doutores da lei, conhecidos como eruditos²⁶⁶.

Malikiyyah foi fundada por Malik ibn Anas (795 d.C.) , um especialista legal da cidade de Medina²⁶⁷ . Tal era a sua estatura que, segundo Watt, três abássida califas visitaram Malik, enquanto eles estavam em peregrinação a Medina . O segundo califa abássida , al- Mansur (d. C. 775) , aproximou-se do jurista Medina com a proposta de estabelecer um sistema judicial que uniria os diferentes métodos judiciais que estavam operando naquele momento todo o mundo islâmico²⁶⁸.

*Islã clássico: itinerários de uma cultura. Org.:*Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁶¹ Watt, W.M. *Ibid.*

²⁶² Watt, W.M. *Ibidem.*

²⁶³ Watt, W.M. *The Formative Period of Islamic Thought*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1973. Apud.: CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura. Org.:*Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁶⁴ Watt, W.M. *Ibid.*

²⁶⁵ Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec*. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/tw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

²⁶⁶ Bülent Penay. *Op. Cit.*

²⁶⁷ Watt, W.M. *Ibid.*

²⁶⁸ Bülent Penay. *Ibid.*

A principal contribuição de Malik à lei islâmica é seu livro *al-Muwatta*²⁶⁹. O Muwatta é um código de lei com base nas práticas jurídicas que estavam operando em Medina. Abrange diversas áreas que vão desde rituais prescritos de oração e jejum até a conduta correta de relações comerciais²⁷⁰. A escola se espalhou para o oeste através de discípulos de Malik, tornando-se dominante no Norte da África e Espanha²⁷¹. Mesmo com o império otomano e a predominância da doutrina Hanafiyah, o norte da África manteve-se fiel à sua herança Malikite. Hoje a doutrina e prática Malikite continua a ser generalizada em toda a África do Norte, Sudão e regiões da África Ocidental e Central²⁷².

Shafi'iyah foi a terceira escola de jurisprudência islâmica. Foi nomeada por Muhammad Ibn Idris al-Shafi (767-819 d.C.)²⁷³. Ele pertencia originalmente à escola de Medina e foi também um aluno de Malik ibn Anas (795 d.C.), o fundador da Malikiyah²⁷⁴.

De acordo com a escola de Shafi'i, as fontes primordiais de autoridade legal são o Alcorão e a Sunnah²⁷⁵. Em segundo plano encontram-se a *ijma'* – pensamento da comunidade e dos estudiosos (*Ijtihad*) – exercido através das *qiyas*²⁷⁶. Segundo Bülent, os teóricos da Shafi'iyah deve interpretar as passagens ambíguas do Alcorão de acordo com o consenso dos muçulmanos, e se não houver consenso, de acordo com as *qiyas*²⁷⁷.

A escola de Al-Shafi'i trouxe uma maior clareza para as diferentes bases de decisões judiciais²⁷⁸. Ele considerou de extrema importância todos os princípios gerais, bem como os mandamentos específicos no Alcorão²⁷⁹. Igualmente importantes foram as práticas proféticas registradas no Hadith, que ele considerava mais importante do que as práticas acumulativas das comunidades. Para ele, o caminho do Profeta era a manifestação da vontade

²⁶⁹ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁷⁰ CAMPANINI, Massimo. Idem.

²⁷¹ Watt, W.M. *Ibidem*

²⁷² Watt, W.M. *Idem*.

²⁷³ Watt, W.M. *Ibid*

²⁷⁴ Watt, W.M. *Ibidem*

²⁷⁵ Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec*. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

²⁷⁶ Bülent Penay. Idem.

²⁷⁷ Bülent Penay. *Ibidem*.

²⁷⁸ Watt, W.M. *Ibid*.

²⁷⁹ Watt, W.M. *Ibidem*.

de Deus, amplamente confirmada ou elaborada sobre o Alcorão. As palavras e ações do Profeta auxiliaram na disposições do Alcorão , e assim a Sunnah complementa o Alcorão²⁸⁰

Bagdá e Cairo foram os principais centros do Shafi'iyah . A partir destas duas cidades, o ensino de Shafi'i espalhou para várias partes do mundo islâmico²⁸¹. No século X, Meca e Medina passaram a ser consideradas como principais centros da escola fora do Egito²⁸². Foi somente sob os sultões otomanos, no início do século XVI, que o Shafi'i foi substituído pelo Hanafiyyah, que recebera autoridade judiciária em Constantinopla²⁸³. Apesar destes desenvolvimentos, o povo no Egito, a Síria e a Hidjaz ccontinuaram a seguir o madhhab Shafi'i. Hoje continua a ser predominante no sul da Arábia, Bahrain, arquipélago malaio, África Oriental e várias partes da Ásia Central²⁸⁴.

A escola Hanbali é a quarta escola ortodoxa dentro do Islamismo sunita . Deriva seus decretos do Alcorão e da Sunnah , que coloca acima de todas as formas de consenso , opinião ou inferência²⁸⁵. A escola aceita como autoridade um parecer dado por um companheiro do Profeta, desde que não haja discordância com outros grupos²⁸⁶. Segundo Campanini, no caso de tal desacordo , a opinião do companheiro mais próximo ao do Alcorão ou na Sunnah prevalecerá²⁸⁷.

A escola Hanbali foi estabelecida por Ahmad Ibn Hanbal (855 d.C.). Estudou Direito com diferentes mestres, incluindo al-Shafi'i – fundador da escola Shafi'iyah²⁸⁸. Sua escola se fundamenta principalmente nos estudos baseados nas tradições do que na jurisprudência. Sua principal contribuição

²⁸⁰ Bülent Penay. Ibid.

²⁸¹ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁸² Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec*. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14

²⁸³ Watt, W.M. *Idem*.

²⁸⁴ Bülent Penay. Ibid.

²⁸⁵ Bülent Penay. Ibidem

²⁸⁶ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁸⁷ CAMPANINI. Massimo. *Idem*.

²⁸⁸ Bülent Penay. *Idem*.

para a doutrina de estudos islâmicos é uma coleção de cinquenta mil tradições conhecidas como Musnadul Imam Hanbal.²⁸⁹

Apesar da importância do trabalho da Hanbali sua escola não possui a popularidade das três anteriores escolas sunitas de lei²⁹⁰. Os seguidores de Hanbal foram considerados como reacionários e problemáticos por causa da sua relutância em dar opinião pessoal sobre questões de direito, sua rejeição à analogia, sua intolerância ao fanatismo das outras escolas e sua exclusão dos adversários de poder e funções jurisdicionais. Sua impopularidade levou a crises periódicas e perseguição contra eles²⁹¹.

De tempos em tempos Hanbaliyyah se tornou uma escola ativa e numericamente forte em determinadas áreas sob a jurisdição do Califado abassida, mas a sua importância diminuiu gradualmente sob os turcos otomanos²⁹². Hoje a escola é oficialmente reconhecido como autoridade na Arábia Saudita e áreas dentro do Golfo Pérsico. Ibn Hanbal , a quem é atribuída a escola Hanbali, usou a fundação da Al- Shafi para o desenvolvimento de sua linha de pensamento. Ele enfatizou métodos de escolha de Hadith, preferindo um fraco Hadith sobre uma analogia forte²⁹³.

O Islã sunita foi definido a partir de 750 d.C. e incluiu os seguidores das quatro escolas jurídicas²⁹⁴. Em contraste com os xiitas, os sunitas acreditam que a liderança está nas mãos da comunidade muçulmana em geral²⁹⁵. Em teoria, um muçulmano pode escolher qualquer escola de pensamento islâmico que ele queira seguir e pode mudar esta escolha à vontade²⁹⁶. O respeito e a popularidade que os eruditos religiosos tinham perante a Comunidade fez com que estes se tornassem propagadores eficazes do poder social, auxiliando

²⁸⁹ Watt, W.M. *Ibid.*

²⁹⁰ Bülent Penay. *Ibidem*,

²⁹¹ Bülent Penay. Overview of World Religions Projec. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

²⁹² Watt, W.M. *Ibidem*

²⁹³ Watt, W.M. *Idem*.

²⁹⁴ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira*. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁹⁵ CAMPANINI. Massimo. *Idem*

²⁹⁶ Bülent Penay. Overview of World Religions Projec. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

assim, a ascensão dos abássidas e a composição de questões determinantes como a sucessão e legitimação do soberano.

**

Os sunitas não compartilhavam a prospectiva hiero-histórica e escatológica dos xiitas no que se refere à questão da sucessão e o papel do soberano na Comunidade²⁹⁷. A doutrina política sunita deu seus primeiros passos para tentar solucionar esta questão no final do século VIII e início do século IX com os juristas Abū Yūsuf e Aḥmad Ibn Ḥanbal²⁹⁸. Foi, sobretudo, este último, como aponta o estudo de Massimo Campanini, quem tornou dogmática a aceitação, pelos sunitas, da sucessão dos califas, os quatro “bem guiados” e, depois, os omíadas e os abássidas²⁹⁹. Ademais, segundo este os “bem guiados” se sucederam segundo a correta ordem de legitimidade e qualidade de moral³⁰⁰. Contudo, é somente com Al-Māwardī, autor do livro *al-ahkām al-sultāniyya* (Os Princípios do Poder)³⁰¹, que foi formulada a doutrina “ortodoxa” do califado³⁰².

Um dos primeiros pontos evidenciados por Al-Māwardī, segundo Campanini, é a negação da visão de que o califado é uma instituição natural ou racional, e sim uma prescrição divina imposta pela Revelação, ou seja, “o califado é expressamente desejado por Deus para o bem da Comunidade”³⁰³. Segundo este, o califa deve pertencer à tribo de Muḥammad, a dos Coraixitas, e deve ser dotado de profundas qualidades morais, doto em ciências religiosas

²⁹⁷ CAMPANINI, Massimo. Idem.

²⁹⁸ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

²⁹⁹ CAMPANINI, Massimo. Ibid.

³⁰⁰ CAMPANINI, Massimo. Ibidem

³⁰¹ AL-MĀWARDĪ. *Al-Aḥkām al-sultāniyya wa-al-Wilāyāt al-Dīniyya. The Ordinances of Government*. London: Garnet Publishers LTD., 1996 apud.: CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³⁰² MIKHAL, Hanna. *Politics and Revelations. Mawardī and after*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/104516915/Al-Mawardi%E2%80%99s-Ordinances-of-Government-written-during-the-decline-of-the-Muslim-state-was-not-about-the-development-of-a-comprehensive-political-theo.pdf>. Acesso em 22/11/2013 às 14:30.

³⁰³ CAMPANINI, Massimo. Idem.

e ser capaz de travar a guerra³⁰⁴. Contudo, para a doutrina sunita o califa é comparado a um sucessor do Profeta, não o substituto de Deus³⁰⁵, o que significa que sua função não tem nenhum caráter sagrado. O califa é visto como um substituto do Profeta somente no plano executivo e não legislativo ou religioso. O califa não é um mensageiro transmissor da Revelação e muito menos pode modificar ou intervir na Lei revelada por Deus e comunicada aos homens por Muḥammad. Sua tarefa é exclusivamente aplicar e fazer respeitar a Lei islâmica³⁰⁶.

Na teorização da doutrina sunita, a eleição do califa é fruto exclusivo da “livre escolha” – *iḥtiyār* – da Comunidade, princípio alternativo ao *naṣṣ* na doutrina xiita, estabelecido pelo consenso, *ijma*³⁰⁷. Contudo, esta questão torna-se apenas aplicável no plano teórico, pois seria impraticável chegar a uma autêntica escolha por consenso comunitário. Na prática, a doutrina sunita acerca da sucessão e legitimação do soberano ganhou espaço ao mesmo tempo em que aumentava a insatisfação com o governo omíada.

2.3 A consolidação do Califado Abássida e a valorização do conhecimento pelos árabes

2.3.1 Os motivos para a queda da Dinastia Omíada

A consolidação omíada perante o império se dá a partir da ascensão de Mu’awiya ao poder (661-80) e foi compreendida como o fim de uma fase e o início de outra. Segundo Hourani, os quatro primeiros califas de Abu Bark a ‘Alī, são conhecidos pela maioria dos muçulmanos como os *Rashidun* ou

³⁰⁴ MIKHAL, Hanna. *Idem*.

³⁰⁵ Bülent Penay. Overview of World Religions Projec. Texto acessado através da página <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Em 22/10/2013 às 22:14.

³⁰⁶ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³⁰⁷ Watt, W.M. *Idem*.

“Corretamente guiados”³⁰⁸, mas os califas que se sucederam após este período são vistos por outro ângulo:

Os califas posteriores são vistos sob uma luz um tanto diferente. Embora continuasse havendo certa idéia de escolha, ou pelo menos reconhecimento, pelos líderes da comunidade, na verdade a partir de então o poder fica nas mãos de uma família conhecida como os omíadas.³⁰⁹

A mudança não foi só de governantes. Para assinalar a ruptura com a fase anterior, Muawiyah transferiu a capital do Império para Damasco, na Síria, cidade que ficava numa zona rural capaz de proporcionar o excedente necessário para manter uma corte, governo e exército³¹⁰.

Após a morte de Mu'awiya seu filho assume o poder, numa tentativa de manter uma prática hereditária para legitimar o mesmo³¹¹, contudo, após um segundo período de guerra civil o trono passou a outro ramo da família omíada³¹². A guerra civil desencadeada pela sucessão do governo da comunidade, como observa Peter Demant, impactou a nova sociedade:

O derramamento de sangue desmanchou a ilusão de unidade entre os muçulmanos e os chocou profundamente. Iniciou-se então uma nova leitura da época do profeta e de seus sucessores imediatos, idealizada como era de religiosidade, proximidade a deus e, portanto, de sucessos, tanto espirituais quanto mundanos. Após a guerra civil, a maioria dos árabes aceitou a pacificação sob os omíadas.³¹³

Os califas omíadas tiveram um papel essencial para a continuidade da expansão e consolidação do Império. Segundo Jacques Heers:

Os califas omíadas, homens de guerra, duros políticos ou artistas amantes do luxo, rompem decididamente com as tradições dos primeiros sucessores de Maomé. Foram os verdadeiros fundadores do Estado muçulmano e, em muitíssimos pontos, inspiraram-se em princípios e práticas do Império Bizantino.³¹⁴

³⁰⁸ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁰⁹ HOURANI, Albert. *Ibid.*

³¹⁰ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³¹¹ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³¹² HOURANI, Albert. *Idem.*

³¹³ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

³¹⁴ HEERS, Jacques. *História medieval*. São Paulo: Difel/EUSP, 1974.

Adotou-se uma política de tolerância religiosa, garantindo aos cristãos, judeus e persas a liberdade de culto e, inclusive, de manter suas próprias leis e costumes a partir do pagamento de um imposto por cabeça e um imposto territorial. A condição política dos não-árabes do Império, no entanto, é de flagrante inferioridade:

[...] proibição de possuir armas, de celebrar seus ofícios – cultos – publicamente; de pregar aos muçulmanos; impossibilidade de testemunhar na justiça, obrigação de usar sinais ou vestimentas distintas.³¹⁵

Os omíadas igualmente empenharam-se na unificação e arabização do Império. Para tal tomaram medidas como a proibição da língua grega e a adoção de um novo padrão monetário, necessário para facilitar a circulação de mercadorias.

Contudo, ao longo do governo ocorreram diversas mudanças na sociedade islâmica que, segundo Mantran, dificultaram a manutenção do poder por esta dinastia:

A administração se transformou, a vida urbana tornou-se a característica essencial do período, tendo como corolários um considerável desenvolvimento comercial e um importante impulso intelectual genuinamente original.³¹⁶

Aliadas às mudanças na estrutura da sociedade árabe, a expansão territorial do império proporcionou uma maior abertura para outros povos, que participavam constantemente das questões políticas e sociais, tornando-se também autores das modificações desta sociedade:

De todas estas modificações, os árabes não foram os únicos autores, mas participaram delas amplamente ao lado de povos de outros horizontes, sobretudo iranianos; conviria lembrar que, antes de tudo, eram todos muçulmanos.³¹⁷

O Império, então, padecia dos males próprios deste tipo de organização política: uma imensa heterogeneidade de povos, o crescimento

³¹⁵ HEERS, Jacques. *Ibid.*

³¹⁶ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XI*. Tradução de Trude Von Laschan Solstien. São Paulo: Pioneira, 1977.

³¹⁷ MANTRAN, Robert. *Idem*.

das comunidades, as ambições pessoais, conflitos partidários que se manifestavam em mais de um plano – etnia, tribo e religião³¹⁸. A unidade do Império era uma realidade ameaçada pelas forças centrífugas que se manifestam quando o poder central já não mais conta com os recursos da força para coibi-las.

Os últimos reinados Omíada foram marcados por revoltas e por um descontentamento persistente. A forma de governo implementada por estes trazia à tona um império com uma base economia sólida, mas à custa de um estado mais rigidamente centralizado e de um governo autocrático³¹⁹. Contudo, este tipo de autocracia era abominável para os devotos, constituindo-se um governo não islâmico³²⁰.

Aliando-se às estas questões políticas, surgia uma historiografia islâmica³²¹. Ao procurar chegar a uma solução para as dificuldades daquele momento, os muçulmanos estavam descobrindo que tinham que se voltar para o período do Profeta e dos *rashidun*. Segundo Karen Armstrong, neste período tornou-se novamente necessário analisar a questão da sucessão e legitimação do califa. Eruditos, como Muhammad Ibn Ishaq entre outros pertencentes à corrente xiita, começaram a recolher *hadith* que explicavam algumas passagens do Corão e a relacioná-las às circunstâncias históricas em que o Profeta recebera uma determinada revelação³²². Estes eruditos buscavam na história uma justificativa religiosa que legitimasse a oposição ao regime omíada³²³. Com isso os xiitas tornavam-se cada vez mais ativos. Seus líderes se proclamavam descendentes de ‘Alī e acreditavam que sua ascensão, devido ao parentesco com o Profeta, possibilitaria aos muçulmanos inaugurar uma sociedade justa³²⁴.

³¹⁸ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³¹⁹ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³²⁰ CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³²¹ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³²² ARMSTRONG, Karen. *Idem*.

³²³ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

³²⁴ ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Havia entre os convertidos ao Islã – e os iranianos em particular – um ressentimento contra os privilégios fiscais e outros concedidos aos de origem árabe e isso aumentou à medida que a lembrança das conquistas se tornava fracas³²⁵. Alguns dos convertidos ligaram-se a líderes tribais árabes como “clientes” – *mawalis* –, mas isso não eliminou a distância entre eles e os árabes³²⁶. Havia também divisões tribais entre os muçulmanos árabes, alguns se estabeleceram e integraram-se aos povos dominados, enquanto outros queriam continuar as velhas guerras expansionistas, contudo, estes conflitos acabam adotando, quase sempre, uma ideologia religiosa³²⁷.

Entretanto, de importância mais duradoura foram as disputas acerca da sucessão do Califado e a natureza da autoridade na comunidade muçulmana. Para tal formaram-se duas frentes. A primeira reunia os vários grupos que haviam retirado seu apoio a ʿAlī antes da batalha de Siffin³²⁸, chamados de *kharijīs*³²⁹. Estes grupos, em oposição às pretensões dos chefes tribais, afirmavam que não havia precedência no Islã, a não ser a da virtude. Segundo Hourani “*só o muçulmano virtuoso devia governar como imã e, caso se desviasse, devia-se retirar a obediência a ele*”³³⁰.

O segundo grupo era representado pelos que apoiaram as pretensões da família do Profeta ao governo, contudo, esta era uma ideia que podia assumir muitas formas diferentes³³¹. Segundo Campanini, a mais importante foi a que via ʿAlī e uma linha de seus descendentes como chefes legítimos da comunidade, ou imãs. Em torno dessa ideia, agruparam-se outras, algumas trazidas das culturas religiosas dos países conquistados³³². Outra linha acreditava que ʿAlī e seus herdeiros tinham recebido por transmissão de Maomé uma qualidade especial de alma e um conhecimento do significado

³²⁵ HOURANI. Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³²⁶ HOURANI. Albert. *Idem*

³²⁷ ARMSTRONG, Karen. *Ibid.*

³²⁸ A batalha de Siffin foi travada no alto Eufrates entre ʿAlī e seus seguidores contra Muawiyah em meados do século VII.

³²⁹ HOURANI. Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³³⁰ HOURANI. Albert. *Idem*.

³³¹ CAMPANINI. Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³³² CAMPANINI. Massimo. *Ibid.*

profundo do Corão, e que um deles se ergueria para inaugurar o governo da justiça³³³.

Assim, durante as primeiras décadas do século VIII, os governantes omíadas empreenderam uma série de tentativas de controlar esses diversos movimentos de oposição, e de lidar com os problemas inerentes à administração de um Império vasto e heterogêneo. Então, na década de 740 seu poder desaba diante de mais uma guerra civil e uma coalizão de movimentos com objetivos diferentes, mas unidos por uma oposição comum a eles³³⁴.

Uma liderança mais eficaz veio de outro ramo da família do Profeta, os descendentes de seu tio ‘Abbas, os abássidas. Segundo Karen Armstrong, este ramo conquistou apoio ao se apresentarem de maneira xiitas, mas, uma vez no poder, despiram-se dessa camuflagem e se mostraram determinados a conquistar totalmente o Império:

“Abu al-Abbas al-Saffah (750-54), o primeiro da abássida, massacrou todos os omíadas que pode apanhar. Até então, a matança indiscriminada de uma família de nobres árabes teria sido impensável. Abu Jafar al-Mansur (754-75) matou todos os líderes xiitas que considerou representante de uma ameaça para seu governo³³⁵”.

Assim, a dinastia omíada é subjulgada e uma família governante sucedeu a outra, e a Síria foi substituída como centro do Califado muçulmano pelo Iraque.

2.3.2 Os anos iniciais do Califado Abássida, califados de al-Saffah (750-54) e al-Mansur (755-775) e a valorização do conhecimento

A dinastia Abássida proporcionou ao mundo árabe uma mudança de perspectiva no sentido político-religioso, pois, pela primeira vez ascendeu ao poder um descendente da família do Profeta. Contudo, a partir desta mudança, cumpre-se ver, de um lado, a manifestação violenta de uma oposição religiosa

³³³ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³³⁴ HOURANI, Albert. *Idem*.

³³⁵ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

que levou os abássidas a conquistarem o poder, de outro o enfraquecimento de um tipo de governo, sua impotência para lutar contra as forças antagonistas³³⁶. É a partir deste cenário que o governo abássida inicia sua legitimação, que sob certos aspectos não diferiu muito dos últimos omíadas.

Desde o início os abássidas precisavam transformar uma coalizão instável de interesses distintos em algo mais estável e duradouro³³⁷. Tinha conquistado o califado graças a uma combinação de forças unidas apenas através da oposição aos omíadas, e as relações de força dentro da coalizão precisava ser definida. Para a instalação definitiva do novo califado foi preciso efetuar a completa derrubada da dinastia omíada. Segundo Lyons, esta retaliação revolucionária que se seguiu tornou-se um dos episódios mais sangrentos do Império:

Saffah – ‘derramador de sangue’ – mandou suas forças, sob as bandeiras negras típicas dos abássidas, caçar os membros remanescentes da Casa dos Omíadas. A única figura significativa que conseguiu escapar viva foi o príncipe Abd al-Rahman, que fugiu para o norte da África e mais tarde criaria o califado ocidental no sul da Espanha.³³⁸

Outra medida importante era controlar o poder diante de um território que chegava até as terras da Índia e da China. Para tal Abu al-Abbas al-Saffah (750-754), primeiro califa tentou diminuir as chances de revoltas locais através da distribuição das principais províncias aos membros de sua família como Kufã e Basra³³⁹. Contudo, no governo de Al-Mansur alguns destes familiares que controlavam as províncias mais importantes sublevaram o poder do Califa, provocando conflitos e abrindo mais uma vez a ferida da sucessão do poder³⁴⁰. Para reagir a tal revolta, segundo Hourani, “o governante Al-Mansur livrou-se

³³⁶ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XI*. Tradução de Trude Von Laschan Solstien. São Paulo: Pioneira, 1977.

³³⁷ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³³⁸ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³³⁹ E que mais tarde serão palco para a vida de Ibn al-Muqaffa, tradutor da obra *Kalila e Dimna*. Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

³⁴⁰ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

daqueles cujo por intermédio chegará ao poder”³⁴¹, evitando que estes se utilizassem da diversidade das províncias para tomar-lhe o poder.

Em algumas destas províncias os árabes muçulmanos deixaram de ser a maioria tiveram que competir com uma imensa colcha de retalhos de comunidades étnicas e religiosas, grandes populações urbanas persas, tanto muçulmanos convertidos recentemente como zoroastristas tradicionais, falantes do aramaico, tanto cristãos como judeus³⁴². Contudo, este mosaico não representava somente insegurança, mas também alianças e um novo horizonte apoiado na valorização do conhecimento, uma das bandeiras levantadas pela dinastia Abássida.

Muitos muçulmanos recém-convertidos e também outras etnias reagiram com entusiasmo à propaganda abássida que afirmava vínculos familiares diretos entre eles e o Profeta e exigiam um governante aceitável da família de Maomé³⁴³. Segundo Lyons, com o colapso da velha ordem o caminho estava aberto para outras etnias:

[...] especialmente persas, mas também para sabeus, judeus e muitos outros – assumissem um papel cada vez mais influente nos assuntos políticos e intelectuais do Império.³⁴⁴

A conquista abássida e a construção do Império também renovaram os encontros entre antigos centros históricos de civilização através de um imenso território. O autor Jonathan Lyons chama atenção para os contatos que, antes haviam sido rompidos, e que agora se restabeleceram, criando assim um ambiente propício para o intercâmbio de conhecimento que auxiliasse na manutenção do poder dos abássidas:

[...] restauraram laços criando um valioso caldeirão para tradições intelectuais que haviam sido forçados a ficar separados durante séculos por divisões políticas: de um lado, o saber helenístico que evoluiu na Grécia e depois Alexandria; de outro, a sabedoria suméria, persa e indiana. Muçulmanos, cristãos, judeus, zoroastristas, os sabeus que adoravam as

³⁴¹ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁴² MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XI*. Tradução de Trude Von Laschan Solstien. São Paulo: Pioneira, 1977.

³⁴³ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³⁴⁴ LYONS, Jonathan. *Idem*.

estrelas e vários outros grupos de pagãos puderam intercambiar ideias e ensinamentos.³⁴⁵

Outros encontros, agora no lado oriental, também proporcionaram ao califado abássida a capacidade de ampliar e difundir o conhecimento de acordo com seus interesses. Com a aquisição da tecnologia chinesa do papel³⁴⁶ foi possível baratear os custos, elevando assim a produção e difusão de manuscritos em todo o Império e fora de suas fronteiras³⁴⁷. A fabricação do papel também fomentou uma profunda cultura do livro entre os árabes. Segundo Gustave Le Bon, o conhecimento e a erudição sempre foram valorizados pelos árabes, contudo esta tecnologia revolucionou a distribuição deste:

Agora, os bazares de livros e lojas especializadas se tornavam um traço habitual da vida urbana. A produção de livros, encadernação e os serviços de transcrição floresceram junto com a escrita, a pesquisa e a tradução.³⁴⁸

De acordo com Lyons, iniciou-se a partir desta produção, um patrocínio da elite a autores e livros que abordavam as temáticas mais diversas:

Obras gregas e cristãs sobre alquimia, medicina, astrologia, matemática, astrologia entre outras ciências; narrativas, obras de cunho jurídico, filosófico e literário.³⁴⁹

E tal como muitos outros aspectos da vida pública muçulmana, grande parte da indústria do livro árabe girava em torno da Mesquita³⁵⁰. Segundo Le Bon, palestras, debates e discussões sobre uma ampla gama de questões religiosas, científicas e filosóficas da época eram comuns nessas casas de culto, que também serviam de centros de procedimentos judiciais³⁵¹.

Contudo, podemos associar ao governo de Al-Mansur (755-75) o período de maior valorização do conhecimento e busca pela erudição do

³⁴⁵ LYONS, Jonathan. *Ibid.*

³⁴⁶ Para mais informações a cerca deste tema consultar o capítulo 2, item 1.3 “O que podemos chamar de literatura na Idade Média”.

³⁴⁷ LYONS, Jonathan. *Ibidem*

³⁴⁸ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

³⁴⁹ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³⁵⁰ LE BON, Gustave. *Op. Cit.* .vol. 3.

³⁵¹ LE BON, Gustave. *Idem.*

Império Abássida. O califa resolveu, segundo Lyons, transformar seus domínios díspares numa superpotência científica ampliando o espaço para as Ciências e garantindo o futuro dos abássidas associando seu novo Estado às grandes tradições clássicas que existiram antes deles. O historiador árabe Said al-Andalusi, que morreu em 1070, confirma a intenção do califa:

Houve uma explosão do espírito e um despertar da inteligência. O primeiro dessa dinastia a cultivar a ciência foi o segundo califa, Abu Jafar al-Mansur[...] Ele – que Alá tenha misericórdia –, além de seu profundo conhecimento de lógica e direito, estava muito interessado em filosofia e na astronomia observacional; gostava de ambas e das pessoas que trabalhavam nesses campos.³⁵²

Assim, o califa al-Mansur também invocou elementos fundamentais da cultura imperial zoroastrista, entre eles seu elaborado protocolo e forte confiança na Astrologia, ciência que está muito presente nas cortes abássidas³⁵³. A jovem corte de al-Mansur estava cercada por centros já estabelecidos de saber cristão, persa e pagão, mas, segundo Lyons, ele teve de buscar um elemento importante para o movimento que poderia ser chamado de política intelectual abássida, o saber hindu:

A convite do califa, uma delegação de eruditos indianos versados nos movimentos das estrelas chegou a Bagdá levando textos científicos hindus, propiciando um importante salto para a astronomia e a matemática árabes primitivas. Os sábios hindus resolviam equações baseados na função trigonométrica do seno e haviam inventado maneiras engenhosas de prever eclipses. O califa encomendou uma tradução oficial do material hindu para o árabe, parte de um esforço cada vez mais organizado para absorver conhecimento.³⁵⁴

Outro cronista observa que o califa coordenou as traduções de línguas estrangeiras para o árabe, inclusive de obras clássicas de eruditos hindus,

³⁵² Said al-Andalusi, *Science in the Medieval World: "Book of the Categories of Nations"*. Trad.: Semaan I. Salem e Alok Kumar. Austin, University of Texas Press, 1991 Apud.: LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³⁵³ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977, apud. Corão III, 106.

³⁵⁴ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

persas e gregos, e estabeleceu a direção para futuras pesquisas³⁵⁵. Todos estes trabalhos e o crescente número de volumes foram reunidos em uma única instituição, a Casa da Sabedoria. Uma instituição pública criada no governo de Al-Mansur para dar suporte ao projeto político e intelectual oficial do Estado dos abássidas³⁵⁶. Uma grande quantidade de fundos públicos foi dedicada à Casa da Sabedoria e a projetos de enriquecimento cultural e intelectual a ela relacionados. Textos relacionados às estratégias diplomáticas e a guerra foram muito aproveitados na busca de mais conhecimento³⁵⁷. Delegações abássidas foram enviadas a várias cortes, inclusive de Bizâncio, de acordo com Lyons, a fim de conseguir cópias de valiosos textos gregos, obras de Platão, Aristóteles, Hipócrates etc.:

Consta que um exemplar da obra-prima de astronomia de Ptolomeu, que logo ficou famosa entre os árabes e, depois, entre os latinos com o título de *Almagesto*, teria sido uma das condições de paz entre as duas potências.³⁵⁸

Também o influente erudito e tradutor do início do século IX, Hunayn ibn Ishaq, nos dá uma ideia do esforço que os sábios árabes eram capazes de empreender para obter exemplares, neste caso de medicina:

Eu mesmo procurei com grande empenho por esse livro na Mesopotâmia, em toda a Síria, na Palestina e no Egito, até chegar a Alexandria. Não encontrei nada, exceto cerca de metade dele, em Damasco.³⁵⁹

O desejo de se instruir era tão grande que os califas também recorriam a uma prática antiga e princípio muito importante do Corão, a consulta ou a

³⁵⁵ Al-Masudi. *The Meadows of Gold*. Trad. Paul Lunde e Caroline Stone. Londres, Kegan Paul, 1989. Apud.: LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³⁵⁶ LYONS, Jonathan. *Idem*.

³⁵⁷ LYONS, Jonathan. *Ibidem*.

³⁵⁸ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011

³⁵⁹ Hunayn ibn Ishaq, *Risalat*, In.: MEYERHOF, Max. *New light on Humain ibn Ishaq and his period*. Isis 8, n.4, 1926. Apud.: LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

prática do aconselhamento³⁶⁰. Muitas obras literárias acerca desta temática foram produzidas ao longo do Império e, sendo dotadas de sabedoria e erudição, estas obras traziam conselhos acerca da administração, política e do trato com os súditos. O tradutor e professor doutor Jarouche aponta, em sua análise, não só *Kalila e Dimna*³⁶¹, como também dezenas de obras que circularam entre os árabes e que chegaram até a contemporaneidade:

Entre os livros de prosa feitos com base no mesmo modelo [aconselhamento] e que chegaram até os dias de hoje estão: *Sulwan almuta fiudwan al atba* (Consolo do poderoso quando da traição dos vassalos), do siciliano Muhammad Ibn Zafar (497 H./1104 d.C.); *Fakihat alhulafawa mufakahat azzurafa* (Delícia dos poderosos e distração dos airosos), de Ahmad Ibn Arabxa (791 H./1392 d. C.); *Al'asad wa algawwas* (o leão e o [chacal] interpretador), obra de autoria desconhecida cujo manuscrito mais antigo data de 950 H.; “Lampiã dos reis”, de Abu Bark Atturtusi (973 H./1126 d.C.), “Conselho sobre o decoro do poder”, de Almuradi (1086 d.C.); “Consolo do poderoso quando da hostilidade dos comandos”, de Ibn Zafar Assiqali (1104-1169 d.C.), “Os decoros dos reis”, de Attaalibi (961-1038 d.C.); “Ouro trançado no aconselhamento dos reis”, do teólogo Algazali (1111 d.C.); “Pérola valiosa na política do líder”, de Ibn Alhaddad (1251 d.C.); “Esplendor da escrituração no que tange à política e administração”, de Ibn Samak Alamili (1350 d.C.); “O caminho trilhado na política dos reis”, de Assayzari (1193 d.C.), entre outros.³⁶²

A erudição e outros esforços intelectuais tornaram-se um meio importante de avanço social, rompendo ainda mais o que restava da hierarquia tradicional árabe³⁶³. Também estimulou a competição por patrocínio entre eruditos de diferentes tradições, principalmente árabe e persa, fenômeno que garantiu a alta qualidade científica e literária das obras por vários séculos³⁶⁴.

³⁶⁰ ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Al-Qu'ân: O Corão, o livro divino dos muçulmanos*. Apud.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³⁶¹ A análise a cerca da obra *Kalila e Dimna* e sua repercussão no mundo árabe como obra literária se encontra disposta no Capítulo 2 desta pesquisa.

³⁶² Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

³⁶³ LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

³⁶⁴ Mesmo seguindo esta visão, não podemos ignorar fatores geopolíticos, ambientais e econômicos em geral.

Ao longo do Califado abássida o árabe foi substituindo o grego como língua universal da pesquisa científica³⁶⁵. A educação superior ficou cada vez mais organizada a partir do século IX e a maioria das cidades muçulmanas tinha algum tipo de universidade³⁶⁶. Os eruditos viajavam grandes distâncias para estudar com os mestres mais famosos espalhados pelo Império.

Percebe-se, a partir deste breve balanço, que a dinastia abássida, e principalmente os primeiros califas, propuseram ao mundo árabe novos caminhos acerca da legitimação do poder, aos quais permaneceram pautados a valorização do conhecimento e a aglutinação de tradições que estavam imersas no mosaico cultural e étnico que compreendia as linhas fronteiriças do Império. A partir desta visão geral, pode-se adentrar no mundo particular da produção e valorização do conhecimento protagonizado pela corte abássida, como também pelo letrado, figura central que introduziu e promoveu a obra *Kalila e Dimna* desde o dado período até os dias de hoje.

2.4 A corte abássida: suas contribuições para o projeto político de enriquecimento intelectual

O grande período da civilização árabe começou depois de terminadas suas conquistas sobre a dinastia omíada. As atividades que os abássidas começaram despendendo nos combates passaram a ser empregadas nas Letras, nas Ciências e na valorização do conhecimento, fazendo tão rápidos progressos nas artes pacíficas como antes o conseguira nas bélicas³⁶⁷.

Após a estabilização do poder, o califa abássida Al-Mansur decide abandonar a cidade de Damasco e fazer sua nova capital na Mesopotâmia, ratificando mudanças fundamentais no coração do mundo árabe³⁶⁸. A

³⁶⁵ MONTADA. Josep Puig. *A língua árabe*. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

³⁶⁶ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011

³⁶⁷ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

³⁶⁸ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ascensão da nova cidade, segundo Lyons, reconhecidamente moderna abrigava cidadãos etnicamente diferentes, sem parentescos, interagindo uns com os outros³⁶⁹.

Cercada pelos muros e portões fortificados, o califa pode dar continuidade ao seu projeto político de valorização do conhecimento. Contudo, segundo Robert Mantran, o califa e seus eruditos oficiais não eram os únicos por trás dessa campanha:

O esforço tornou-se uma característica integrante da própria sociedade abássida e era apoiado com entusiasmo pela elite social e política, de príncipes a mercadores, banqueiros e oficiais militares.³⁷⁰

A corte abássida também se constitui como uma significativa instituição que auxiliava o projeto político erudito da dinastia³⁷¹. Os califas de Bagdá podiam considerar sua corte o exemplo de pujança no mundo medieval. Segundo Le Bon, mesmo não se encontrando mais os monumentos do início da dinastia abássida, é possível se ter uma ideia do luxo e da opulência que representava a corte abássida a partir da descrição de uma recepção ao embaixador do imperador do Oriente na corte do califa no século VIII feita pelo historiador árabe Abu al-Feda:

Todo o exercito do califa, posto em armas, formando a cavalaria e a infantaria um corpo de dezesseis mil homens, além de seus grandes oficiais envergando os trajes mais vistosos, e cavaleiros em animais relampejantes de ouro e pedrarias, estavam formados ao redor de seu chefe supremo; primeiro eram sete mil eunucos, entre os quais quatro mil brancos; vinham depois setecentos guardas de câmara, enquanto numerosas chalupas e gôndolas, enfeitadas do modo mais rico, defraldavam suas bandeirolas no Tigre. Só se viam coisas suntuosas no interior do palácio; contavam-se trinta e oito mil tapetes, dos quais doze mil e quinhentos de seda bordada a ouro; havia também vinte e duas mil almofadas. O califa mantinha cem leões, cada qual com seu guarda, e entre outros refinamentos de um luxo maravilhoso cumpre não esquecer a árvore de ouro e prata com dezoito ramos, nos quais, como se fossem ramos naturais, posavam pássaros de todas as qualidades, que, assim como as folhas, eram dos metais mais preciosos. Essa árvore balançava como as dos

³⁶⁹ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁷⁰ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977, *apud*. Corão III, 106.

³⁷¹ LYONS, Jonathan. *Ibid.*

nossos bosques, e então ouviam-se gorjear todos aqueles passarinhos. Tal foi o aparato através do qual o vizir conduziu o embaixador até o trono do califa.³⁷²

Apesar dos claros exageros descritos pelo historiador, é possível ter uma noção do esplendor e da riqueza que a corte abássida ostentava junto ao Califado.

Como todas as cortes, a dos abássidas residia no palácio do soberano e o auxiliava em várias questões. Esta era composta por funcionários da administração pública, a quem o califa ou soberano delegava parte de sua autoridade, membros do gabinete administrativo, poetas e contadores de histórias, astrólogos e astrônomos, alquimistas, conselheiros, letrados, sábios, filósofos, músicos etc.³⁷³.

Um dos funcionários mais conhecidos era o vizir, a instauração deste cargo se dá justamente na dinastia abássida. Este membro da corte era responsável, principalmente, pela administração civil do Império³⁷⁴. Assim que o cargo foi criado, o vizir era como os outros funcionários a quem o califa delegava uma autoridade; porém, como ocupava o primeiro posto na hierarquia, foi atribuída a ele uma maior autoridade³⁷⁵.

Era tido como o homem de confiança do soberano, detinha poderes civis e por vezes militares³⁷⁶. Seu poderio era grande e adquiriu um caráter hereditário, instituindo uma verdadeira dinastia de vizires³⁷⁷. Por muitas vezes é retratado na literatura de corte como o conselheiro oficial do soberano³⁷⁸.

Contudo a vida na corte não era só retratada através de funcionários da administração e burocracia, mas também atraía poetas e homens do saber religioso e secular, artistas, sábios, homens de letras de origens diversas como

³⁷² Abu al-Feda, *Les déterminations de la ville*. Trad. Gaston Wiet, Cairo, L'Institut Français d'Archéologie Orientale, 1937. Apud.: LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965.vol. 3.

³⁷³ MANTRAN, Robert. *Ibidem*

³⁷⁴ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

³⁷⁵ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004

³⁷⁶ HOURANI. Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁷⁷ HOURANI. Albert. *Ibid.*

³⁷⁸ Obras do tipo *As Mil e uma Noites*.

gregos, persas, hindus etc., que afluíam para a grande cidade, convertendo-a no verdadeiro centro intelectual do mundo medieval³⁷⁹.

Tal como muitos outros aspectos do mundo áulico, a poesia e a literatura tinham seu lugar de destaque. A poesia desempenhou um papel muito importante na cultura dos soberanos e das cortes. Na época abássida ficou conhecida como forma de louvar os soberanos a *qasida*³⁸⁰. Outra forma literária bastante presente no mundo cortesão é o *muwashshah*, que surgiu no final do século X e continuou sendo cultivada por centenas de anos³⁸¹. Era um poema estrófico, um poema no qual todos os versos não acabavam na mesma rima, mas havia um esquema de rimas em cada estrofe, e isso se repetia ao longo de todo o poema.

As grandes poesias eram escritas em linguagem estritamente gramatical, celebrava certos temas e lembrava poemas do passado. Além da literatura erudita, havia também outra largamente difundida entre as cortes e a população, e era chamada de “popular”³⁸². Grande parte dela não possui registro, pois era simplesmente veiculada através da oralidade, com isso muitos materiais foram levados com o tempo.

Durante a sucessão de dinastias, as diversas cortes desenvolveram também por todo o mundo islâmico tradições de escrita de histórias locais. Sábios, funcionários ou historiadores da corte escreviam os anais de uma cidade ou região³⁸³. Nessas obras podia haver resumos de histórias universais, conhecidas desde as antigas tradições do deserto ou também extraídos dos grandes autores da época áurea dos abássidas³⁸⁴. Eram seguidas por crônicas de acontecimentos locais ou de uma dinastia, registrados ano a ano. Acrescentavam-se biografias dos que morriam nos anos correspondentes as crônicas. Assim, na Síria, Ibn al-Arthir (1163-1233) situou acontecimentos de seu tempo e lugar no contexto de uma história universal³⁸⁵.

³⁷⁹ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011

³⁸⁰ HOURANI, Albert. *Ibidem*, p. 201.

³⁸¹ *Idem*, p. 201.

³⁸² HOURANI, Albert. *Ibidem*, p. 203.

³⁸³ HOURANI, Albert. *Idem*, p. 208

³⁸⁴ BELATO, Dinarte. *Civilizações clássicas I*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

³⁸⁵ BELATO, Dinarte. *Ibidem*.

Dentre essa literatura popular o gênero mais difundido era o romance. Composto por ciclos de histórias, contavam aventuras de heróis no decorrer de séculos, outras são aventuras de viagens contadas pelo simples prazer da história³⁸⁶. Outras evocavam um universo sobrenatural na qual aparecia a figura mais popular das histórias árabes, os *djins*³⁸⁷. Porém, esse gênero também era transmitido de forma oral, tendo assim poucas versões que sobreviveram ao tempo. E ainda assim algumas delas possuem versões diversas, dependendo das tradições culturais nas quais passaram.

O ciclo de histórias mais conhecido no mundo ocidental é a compilação *As Mil e uma Noites*. Embora em muitos aspectos diferentes do gênero romance, reflete alguns de seus temas. Segundo Jamil Almansur, esta compilação pode ter surgido de forma semelhante ao romance³⁸⁸. Essa obra não era composta por histórias em torno da vida e das aventuras de um mesmo personagem, mas uma coletânea de narrações de vários tipos, reunidas pela narradora que conta as histórias a seu marido a fim de entretê-lo. Este é apenas um dos exemplos de literatura de corte que chegou até os dias de hoje.

Outra área bastante presente no cotidiano da corte real era a Astronomia.³⁸⁹ Esta possuía um valor prático, pois oferecia um meio de calcular datas e horas. Essa era uma das esferas em que o uso da língua árabe numa área extensa, do Mar Mediterrâneo ao oceano Índico, tornou-se possível aglutinar a tradição grega com as árabes e indianas³⁹⁰.

A astrologia era uma prática bastante difundida não só entre as cortes como também entre várias camadas sociais³⁹¹. As pretensões astrológicas baseavam-se numa ideia aceita e respeitável dentro da comunidade islâmica: o regimento do mundo humano, sublunar, através da determinação do mundo

³⁸⁶ BELATO, Dinarte. *Idem*, p. 203.

³⁸⁷ HOURANI, Albert. *Ibidem*, p.211. “Os *djins* eram espíritos com corpo de vapor ou chama que apareciam aos sentidos muitas vezes sob a forma de animais, e podiam influenciar as vidas humanas; às vezes eram maus, ou pelo menos travessos e, portanto era necessário controlá-los.”

³⁸⁸ Id. Introdução ao Conto Árabe. In: HADDAD, Jamil Almansur. (Introdução, seleção e notas). *Contos Árabes*. São Paulo: Edições de Ouro, [s.d.].

³⁸⁹ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

³⁹⁰ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³⁹¹ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

celeste³⁹². A fronteira entre os dois mundos era ilustrada pelos planetas e estrelas. O estudo destes corpos poderia não explicar a vida e a morte, mas talvez pudesse modificá-la. Astrólogos muçulmanos, segundo Lyons, desenvolveram técnicas de previsão e influência como, por exemplo, a inscrição de figuras ou mesmo letras em certos materiais, como as borras de café³⁹³. É devido a estes resultados que a prática da Astrologia foi tão difundida entre os soberanos.

A partir destes exemplos, nota-se que a corte abássida contribuiu continuamente para o avanço do projeto político de enriquecimento cultural que promoveram os primeiros califas abássidas. Toda via, nota-se que esta elite financiava e promovia a produção de um material bastante específico que pudesse resultar não só em entretenimento, como também em informações estratégicas para a manutenção do poder.

Visto esta proposição, a história de Ibn Almuqaffa letrado e tradutor da obra *Kalila e Dimna*, cruza-se com o momento histórico descrito acima, sendo um exemplo singular da vida de um letrado em meio à corte abássida do século VIII.

2.4.1 As vicissitudes de um autor: Uma análise biográfica acerca do tradutor de *Kalila e Dimna*

Como se expôs no item anterior, a presença de eruditos e letrados no mundo abássidas era frequente e até mesmo estimulada pelo califa ou pela própria corte. O caráter essencial desta figura se situa para além do divertimento e frivolidade. Segundo Lyons, estes eruditos satisfaziam as demandas da elite que iam desde soluções de conflitos internos ou de caráter diplomático até a ampliação das fronteiras do saber científico e literário:

Os eruditos árabes desfrutavam efetivamente de um monopólio global do conhecimento dos confins do mundo que permaneceu sem rival até a Era dos Descobrimentos europeia.
³⁹⁴

³⁹² HOURANI, Albert. *Ibidem*, p. 211.

³⁹³ LYONS, Jonathan. *Idem*.

³⁹⁴ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

Imerso neste meio encontramos a figura de Ibn Almuqaffa, erudito que compôs a corte dos abássidas, até a sua morte ainda no governo de Al-Mansur – 755 a 775. Sua causa remete aos jogos de interesses e conflitos políticos internos, inerentes ao meio cortesão³⁹⁵. Contudo, a historiografia é escassa no que diz respeito às biografias de eruditos, principalmente dos que se encontram nos preâmbulos da dinastia abássida e poucos são os relatos históricos em que aparece a figura de Ibn Almuqaffa. Todavia, o estudo de Mamede Mustafá Jarouche³⁹⁶ aparece neste cenário como uma contribuição original para a temática da valorização do conhecimento pelos árabes e da relação dos letrados com o poder e a natureza ética das ações³⁹⁷. A partir deste estudo entre outros mais acredita-se ser possível analisar a trajetória do letrado Ibn al-Muqaffa e as conjunturas históricas que contribuíram para o aparecimento da obra em questão *Kalila e Dimna*.

Segundo Jarouche, baseado em relatos históricos, o nascimento deste personagem está estimado entre os anos 80H (700 d.C.)³⁹⁸, na aldeia persa de Gūr – atual Fayruzabad, pertencente ao distrito de Xīrāz³⁹⁹. Neste período a cidade estava sob o comando dos omíadas e seu pai, “Dadawayh”, assim como muitos persas, era encarregado de recolher os impostos (*ḥarāj*) na região⁴⁰⁰. Esta prática era muito comum, pois, segundo Le Bon, assim como no período abássida, cada província possuía seu governador dependente da autoridade central, porém era comum a participação de não convertidos nas atividades administrativas e burocráticas do local⁴⁰¹. Contudo, a família de

³⁹⁵ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

³⁹⁶ Mamede Mustafá Jarouche é doutor em literatura brasileira e livre docente em literatura árabe pela Universidade de São Paulo, em cujo Departamento de Línguas Orientais leciona. É o primeiro tradutor de língua portuguesa a traduzir diretamente do original o *Livro das mil e uma noites* entre outras obras como: *O leão e o chacal mergulhador*, *O livro do Tigre e da raposa*, além da obra em questão *Kalila e Dimna*.

³⁹⁷ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Idem.

³⁹⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. Normalmente os historiadores situam a data de nascimento do autor em 106 H. (724 d.C.). Contudo, os estudos de Jarouche seguem a análise do pesquisador iraniano Muhammad Gufrani Alhuraani, que, baseado em argumentos bastantes plausíveis, segundo Jarouche, sugere o período entre 80H. e 85H., o que, segundo o autor, desfaz o mito muito caro a alguns pesquisadores, do “grande autor” abatido em plena juventude promissora aos 36 anos, conforme aponta Ibn Hallikan.

³⁹⁹ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

⁴⁰⁰ Ibn al-Muqaffa. *Ibid*.

⁴⁰¹ LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3.

Dadawayh estabelece-se em outra província devido ao que aponta o historiador levantino Ahmad Ibn Hallikan, as complicações com o governo local:

Seu pai [de Ibn Almuqaffa] era coletor de impostos na Pérsia, por nomeação de Alhajjaj Ibn Yusuf Attaqafi, governador do Iraque [de 75 a 95 H.]. Porém, quando ele se pôs, segundo diz, a manipular verbas para gastá-las com luxo e opulência, provocou a cólera de Alhajjaj, o qual determinou que ele sofresse um doloroso espancamento, até que sua mão se atrofiou, e por isso ficou conhecido como *almuqaffa* [o de mãos atrofiadas].⁴⁰²

Este episódio afetou o modo como ficou conhecido o letrado, pois, antes era chamava-se Rūzbīh, entretanto, após este episódio tornou-se conhecido pela alcunha pouco honrosa de Ibn Almuqaffa – filho do homem de mãos atrofiadas⁴⁰³.

Perante este acontecimento, a família estabeleceu-se na cidade de Albasra, que segundo Jarouche seguia como um centro florescente da cultura árabe:

Albasra era então um próspero centro intelectual e econômico para onde afluíam aos magotes não só os muçulmanos, “antigos” e recém-convertidos, como também beduínos, persas, cristãos e indianos.⁴⁰⁴

De acordo com o pesquisador contemporâneo M.G. Alhurasani, Ibn Almuqaffa teria se beneficiado com o pujante ambiente cultural da cidade, ampliando seu conhecimento em todos os campos do saber e estreitando contatos com gente de diversas etnias, assim como também com o escriba dos omíadas, Abdulhamid Ibn Yahya Alkatib⁴⁰⁵.

Apesar deste indício da aproximação do letrado Ibn Almuqaffa com o governo Omíada, este, segundo M.G. Alhurasani, passou intato pela revolução que levou ao poder a dinastia abássida. Assim, o letrado se coloca à

⁴⁰² *Wafayat al' ayan wa 'amba 'abna azzaman* (A morte do notável e as notícias dos filhos de cada época), Cairo, Maktabat Annaḥda Akmisritta, 1948, vl. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴⁰³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Idem.

⁴⁰⁴ Addin, Laylā Hasan. *Kalila wa Dimna fi al'adab al arabi* (*Kalila e Dimna* na literatura árabe). Amã, Arrisala, s/d. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴⁰⁵ Abdullah Assawi. Cairo, Matba'at Abdulhamid, 1938. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

disposição do novo governo alcançando, como aponta o pesquisador Alhurasani, uma posição importante:

Ora escolhido como guia, 'em Albasra, a fama de Ibn Almuqaffa [como letrado] chegou a todos os círculos e pairou por todo o canto. O governador abássida da cidade, Sulayman Ibn 'Alī, tio do califa Al-Mansur, conheceu-o, aproximou-o da corte local e ficou muito admirado com ele, tomando-o como mestre para um de seus filhos.⁴⁰⁶

Também trabalhou, segundo o pesquisador Alhurasani, como escriba para outro tio do califa, Isà Ibn 'Alī governador abássida da região de Kirmān, residindo em Kufā, por alguns anos entre 139 a 145H (756-762 d.C.)⁴⁰⁷. Esta cidade, de acordo com Lyons, permaneceu como capital do Império até o fim da construção da capital Bagdá⁴⁰⁸.

Durante a sua estadia na cidade de Kufā, Jarouche aponta que o letrado decidiu converter-se ao Islamismo⁴⁰⁹. Esta afirmação abre precedentes para uma série de análises no que tange a motivação deste ato, conforme observa Alhurasani:

Os historiadores mencionam um repentino encantamento com a recitação do Alcorão, ouvida por acaso quando passava pela rua; dirigiu-se então a Isà Ibn 'Alī e anunciou: 'o islamismo encontrou sei caminho para o meu coração, quero converter-me pelas tuas mãos', o que foi providenciado logo no dia seguinte, na presença de testemunhas.⁴¹⁰

Segundo Karen Armstrong, era um número grande de pessoas de outras etnias que se converteram ao Islã após suas cidades e províncias serem conquistadas⁴¹¹. Entretanto, o pesquisador Alhurasani classifica o relato acima como inverossímil porque, vendo numa cidade muçulmana, não parece razoável que somente naquele instante, entre os anos de 756 que viveu em

⁴⁰⁶ ALHURASANI, M.G. *Kalila wa Dimna. The Enciclopaedia of Islam*. v.IV, 2ª Ed., 1990. Apud. Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴⁰⁷ ALHURASANI, M.G. Idem.

⁴⁰⁸ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

⁴⁰⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴¹⁰ ALHURASANI, M.G. *Kalila wa Dimna*. Ibid.

⁴¹¹ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Kufā, Ibn Almuqaffa tivesse se dado conta da beleza da recitação do texto sagrado muçulmano. Embora os motivos não sejam claros, Alhurasani aponta que as fontes conferem importância a tal atitude “*que seja na presença de [muitas] pessoas e de homens versados em religião, disse-lhe Isà*”.⁴¹²

Todavia, o progressivo envolvimento com a corte e, principalmente com os tios do califa Al-Mansur, acabaram culminando em sua sentença de morte por volta da década de 760-70 d.C. Durante o governo dos primeiros califas, principalmente de al-Mansur (755-775), houve algumas rebeliões proporcionadas pelos governadores das principais províncias, que como tal eram ligados ao califa através de laços sanguíneos. Jarouche aponta que um dos tios de Al-Mansur, Abdullah Ibn ʿAlī, irmão do já citado Sulayman Ibn ʿAlī, sublevou-se contra o governo do sobrinho, reivindicando para si o califado – ao qual julgava fazer jus por ter sido sob seu comando que os Abássidas infligiram decisiva derrota. Segundo Jarouche, o talento militar não lhe foi de grande valia contra o sobrinho:

SuaS tropas foram desbaratadas após cinco meses de combate, e ele se viu obrigado a refugiar-se em Albasra, na casa do irmão Sulayman, ainda governador da cidade.⁴¹³

O autor aponta ainda que, a partir do estabelecimento da posição de Abdullah Ibn ʿAlī, o califa pressionou Sulayman Ibn ʿAlī para que entregasse o irmão⁴¹⁴. Após algumas tentativas, segundo Jarouche, chegou-se a um acordo, o califa daria garantias de vida ao tio mediante um termo de compromisso (*ʿahd*), que seria assinado entre o ano de 757 d.C.

Assim, o letrado Ibn Almuqaffa reaparece nestas circunstâncias, segundo Alhurasani, como o encarregado de ser o redator do termo, já que nesta época trabalhava como escriba do governador Isà Ibn ʿAlī, outro tio do califa⁴¹⁵. Conforme o pesquisador aponta em seu texto, Ibn Almuqaffa foi muito cuidadoso com o texto, fazendo-o em termos tais que não permitissem nenhuma interpretação equívoca. O historiador Muhammad Ibn Aljahiyari, morto em 331H./932 d.C. possui o relato mais antigo acerca do ocorrido:

⁴¹² ALHURASANI. M.G. Idem.

⁴¹³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴¹⁴ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴¹⁵ ALHURASANI. M.G. *Kalila wa Dimna*. Ibid.

Ibn Almuqaffa era escriba de Sulayman Ibn ʿAlī, que lhe ordenou redigir o compromisso de garantia de vida para Abdullah Ibn ʿAlī, e então ele o redigiu com muito cuidado, prevenindo-se de toda interpretação possível; as cópias escritas circularam entre o califa Al-Mansur e a família de Sulayman Ibn ʿAlī, até que por fim o compromisso se consolidou com todas as cautelas que eles quiseram, não sendo possível a Al-Mansur lançar mão de nenhuma artimanha em razão dos excessivos resguardos de Ibn Al-muqaffa [...]⁴¹⁶

Segundo Jarouche, os relatos histórico apontam que teria sido a cruzeza dos termos utilizados por Ibn Al-Muqaffa que suscitou a cólera do califa contra ele:

[...] deve-se ser assinado com a própria letra [do califa] no fim do acordo: se caso eu atingir Abdullah ou quem quer que ele traga consigo com algo ruim, pequeno ou grande, ou se acaso eu provocar danos a qualquer um deles, secreta ou abertamente, de qualquer modo que seja, mediante autorização direta ou indireta, ou por meio de qualquer artimanha, perderei a paternidade de Muhamma Ibn ʿAlī Ibn Abdillah e terei sido gerado mediante adultério, estando autorizados todos os muçulmanos a me depor, fazer guerra contra mim e isentar-se de minha pessoa; os muçulmanos não mais deverão reconhecer meu direito ao governo, nem ter fidelidade ou compormisso comigo; os muçulmanos deverão subtrair-se da obediência a mim e auxiliar qualquer criatura que se oponha a mim; ser-me-á subtraída tod força ou poder, serei ímpio em todas as religiões; encontrarei Deus sem ter religião alguma ou lei, proibido de comer e de beber, de casar e cavalgar, de ter escravos, poder e vestimentas, de qualquer maneira que seja. Assino de próprio punho, e não tenho outra vontade que não este compromisso, que eu seja fiel a ele.⁴¹⁷

Muito embora, explica Jarouche, tal contrato, se é que um dia foi redigido, não surtiu efeito, pois Al-Mansur através de uma artimanha, conseguiu prender o tio Abdullah Ibn ʿAlī, conforme mais um relato do historiador Ibn Aljahxiyari:

[...] Perguntou o califa: 'quem lhe redigiu esta garantia de vida?' Responderam-lhe: 'Ibn Al-Muqaffa, escriba de Isà Ibn ʿAlī'. Disse o califa: 'e quem poderia livrar-me dele?' Sufyan Ibn

⁴¹⁶ SOURDEL. Dominique. *La biographie d'Ibn Al-Muqaffa d'après les sources anciens*. Beirute, Dar Almasira, 1988. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴¹⁷ SOURDEL. Dominique. *La biographie d'Ibn Al-Muqaffa d'après les sources anciens*. Beirute, Dar Almasira, 1988. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Muᶜawiya Ibn Yazīd tinha ódio a Ibn Almuqaffa por vários motivos. [...] Certo dia, Isà Ibn ᶜAlī disse a Ibn Almuqaffa: ‘vai até Sufyan e transmite-lhe a mensagem tal e tal’. Respondeu: ‘envia comigo ‘Ibrahim Ibn Jabala, pois não confio em Sfyar’; disse Isà Ibn ᶜAlī: de modo algum; vai sem medo, pois, conhecendo a posição que deténs junto a mim, ele nada fará contra ti’. E Ibn Almuqaffa disse a ‘Ibrahim Ibn Jabala: ‘vamos até Sufyan para transmitir-lhe uma mensagem de Isà Ibn ᶜAlī e cumprimentá-lo, pois eu não fui até lá desde que voltamos [de Kūfa], e temo que ele suponha ser isso fruto de alguma raiva ou inimizade’. Foram então e se sentaram na sala do conselho [...] surgiu à porta um criado de Sufyan, olhou para eles, tornou a entrar e logo retornou. Umar Ibn Jamil [o escriba] mandou que ‘Ibrahim Ibn Jabala entrasse na sala do conselho, e ele entrou. Em seguida, o criado veio com a autorização para Ibn Almuqaffa, que entrou, mas foi desviado para outro aposento onde estavam Xibrawayh Almaladist e Uttab Almuhammadi, os quais o pegaram, subjulgaram e amarram [...].⁴¹⁸

A partir destes exemplos, acredita-se que é possível entender a trajetória de Ibn Almuqaffa na corte abássida. Ele teria alimentado, segundo Jarouche, por causa de sua arrogância e eventualmente participação na política, ressentimentos e ódio tanto do califa como de outros membros da elite cortesã. Assim, a legenda sobre a incapacidade de adequar o saber intelectual aos procedimentos políticos, seja neste contexto histórico, ou em qualquer outro momento de fragilidade do poder, custou a Ibn Almuqaffa e tantos outros a vida⁴¹⁹.

⁴¹⁸ SOURDEL. Dominique. *La biographie d'Ibn Al-Muqaffa d'après les sources anciens*. Beirute, Dar Almasira, 1988. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁴¹⁹ ALHURASANI. M.G. *Kalila wa Dimna*. Ibidem.

***KALILA E DIMNA: AS ESTRUTURAS E CONFIGURAÇÕES DA PRÁTICA
DO ACONSELHAMENTO***

3.1 Kalila e Dimna: Os processos de composição e tradução da obra

Os sábios árabes introduziram conhecimentos, principalmente no mundo abássida, através da convergência das diversas etnias e culturas espalhadas pelo Império e muitas delas foram propagadas mediante a fala de poetas e no desenrolar de histórias. *Kalila e Dimna* compõe o projeto político intelectual dos abássidas por se tratar da primeira obra em que se registram sistematicamente as fábulas, possuindo também uma temática política⁴²⁰. Sua estrutura remete aos textos sânscritos do *Pāncatantra*, ou os “Cinco Livros”, do século I, sendo introduzida ao árabe através da versão de Ibn Almuqaffa.

A obra é composta de quinze capítulos em forma de texto narrativo, com fábulas e máximas estruturadas sobre o que os críticos chamam de “conto moldura”⁴²¹, do qual se abre espaço para outras histórias, com o objetivo de ilustrar e particularizar os enunciados.

O livro tornou-se célebre por meio da adaptação feita para o árabe no século VIII d. C., realizada por um letrado de origem persa, chamado Rūzbīh⁴²², cujo pai prestava serviços aos governantes Omíadas recolhendo impostos na cidade de Gūr. Ao se converter ao Islamismo⁴²³, adotou o nome de Abdullāh, porém era mais conhecido pela alcunha pouco honrosa de Ibn Almuqaffa – *filho daquele que tem a mão atrofiada* –, pois seu pai teria se apropriado dos impostos que recolhia e devido a isto sofrera torturas que lhe atrofiaram a mão.

O título da obra é metonímio⁴²⁴, que toma uma parte pelo todo, pois os dois chacais Kalila e Dimna, personagens que dão nome a obra, figuram no texto somente nos dois capítulos.

⁴²⁰ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴²¹ JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e de seu autor*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴²² Este nome significa “feliz e bem aventurado em todos os dias”. Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e de seu autor*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴²³ As razões e explicações para a sua conversão serão explicitadas no capítulo 2.

⁴²⁴ JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e de seu autor*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Pelas suas características, que foram expostas ao longo do capítulo, a obra proporciona não só os estudos das concepções políticas medievais, mas também ao simples deleite com suas narrativas fluentes e agradáveis. Ao longo da Idade média, o *Livro de Kalila e Dimna* constituiu uma espécie de enciclopédia na qual saberes e decoros eram apresentados em chave alegórica mediante ações e diálogos de animais, mas também de seres humanos⁴²⁵.

A obra transcende em muito ao âmbito da cultura árabe-islâmica⁴²⁶. Seu texto foi traduzido para quase trinta idiomas e não raro mais de uma vez é considerado uma das mais importantes fontes do fabulário universal⁴²⁷. Neste sentido, só para as línguas ocidentais, existem dele uma tradução grega (século X), três traduções latinas – duas delas no século XII e uma no século XIV – quatro traduções espanholas (séculos XIII, XV, XVII e XVIII) e três italianas (século XVI)⁴²⁸.

Todas as traduções e, muitas outras, foram feitas do árabe ou a partir de alguma tradução cuja origem era o árabe, e que segundo Jarouche, transformando-se em uma “cadeia de transmissão por vezes extensa”⁴²⁹. Para ilustrar este pensamento toma-se como exemplo a tradução inglesa de 1570, esta foi produzida a partir de uma tradução italiana de 1552, que por sua vez, tinha sido feita sobre a tradução hebraica do rabino Joel, em 1270, a qual, enfim, provinha da tradução árabe do século VIII⁴³⁰.

No entanto, não podemos afirmar que todas as traduções seguiram este caminho. Temos como exemplo dado por Jarouche o caso da tradução espanhola, feita no século XIII por ordem de Afonso X, diretamente do texto árabe. Esta tradução teve importante consideração segundo Jarouche, pois auxiliou no desenvolvimento da prosa espanhola, fato que, dentre muitos

⁴²⁵ JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Epílogo*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴²⁶ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p. XVII.

⁴²⁷ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p. XVII.

⁴²⁸ JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e de seu autor*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴²⁹ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p. XVII.

⁴³⁰ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p. XVII.

outros, amplia a relevância do texto árabe e do estudo de suas apropriações no interior da cultura ibérica⁴³¹.

No que se refere à tradução⁴³² do *Livro Kalila e Dimna* para o árabe, reza a tradição que pode ser situada por meados do século II H./VIII d.C.⁴³³. E, até pouco tempo, não se conhecia uma edição crítica desta obra, sendo o primeiro trabalho deste tipo produzido por Mamede Mustafá Jarouche⁴³⁴, que transcreve a obra para a Língua Portuguesa, baseando-se principalmente, na edição adotada pelo filólogo egípcio Abdulwahhāb Azzām, que toma como texto-base o manuscrito datado de 618H/1221 d.C.⁴³⁵

Também foram utilizadas como material de apoio quatro edições diferentes que pudessem complementar o texto-base. A primeira edição foi a do padre jesuíta turco-libanês Luis Cheikho⁴³⁶. Segundo Jarouche, este foi o principal texto de apoio para a tradução em virtude da antiguidade de seu manuscrito, datado de 739H/1339 d.C. Introduziu-se a partir deste manuscrito, alguns capítulos que não constavam no texto-base, tornando o trabalho de

⁴³¹ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p XVIII.

⁴³² A expressão traduzir, que vem de *cum grano salis*, também pode ser entendida por interpretar, já que essa era uma prática comum aos árabes. Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p XVIII.

⁴³³ A contagem muçulmana do tempo começa no ano que, segundo o calendário cristão, corresponde ao ano de 622 d.C., com a Hégira, saída, do profeta Muhammad de Meca para Medina. Mas, para fazer a conversão do ano muçulmano para o ano cristão não basta subtrair 622 do último para obter o resultado. O calendário muçulmano é mais curto do que o nosso, pois, seu ano é em função da lua; diferente do nosso calendário Ocidental, que é regido pelo sol. Sendo assim, para fazer a conversão utiliza-se da fórmula $H=C-622+ [(C-622) \div 32]$, quando a letra H representa o ano muçulmano e a letra C o ano cristão. Para obter o inverso, $C=H-(H\div 33) + 622$.

⁴³⁴ Bacharel em Letras (Português & Árabe) pela Universidade de São Paulo (1988); doutor em Letras (1997) e Livre-Docente (2009) em Literatura Árabe pela mesma universidade. Atualmente é professor efetivo da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1992. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Literatura Árabe, atuando principalmente nos seguintes temas: orientalismo, narrativa árabe, cultura árabe, Oriente Médio e tradução do árabe. Tradutor de obras como: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005; ANÔNIMO. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009 e *Livro do Tigre e do Raposo*. Tradução: Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Amaral Gurgel Editorial, 2010, além da coletânea das *Mil e uma Noites*: ANÔNIMO. *Livro das mil e uma noites*. Introdução, notas apêndice e tradução de Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Globo, 2006

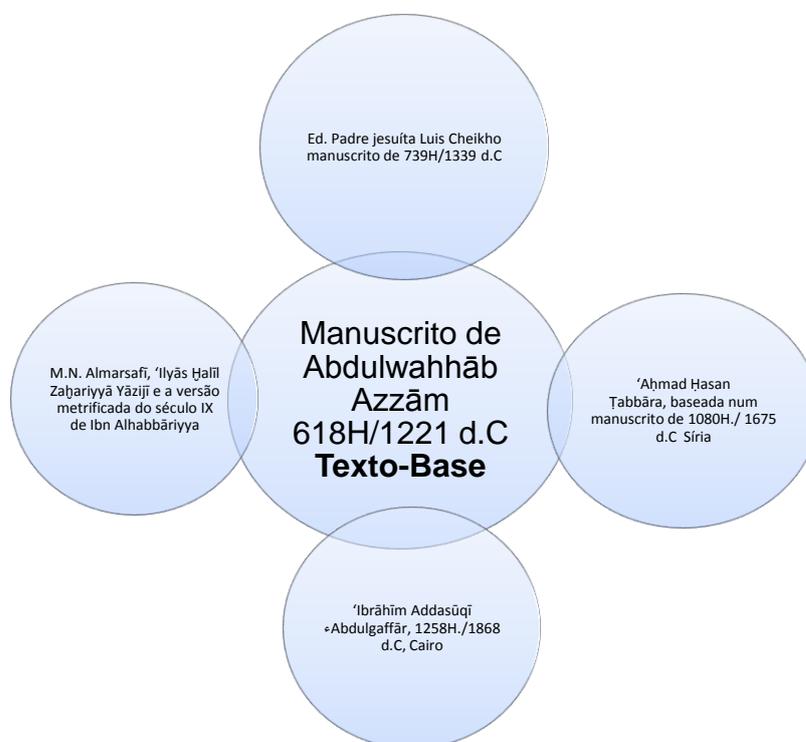
⁴³⁵ Jarouche consultou tanto a primeira edição (Cairo, Dār Alma-ārif, 1941), quanto a segunda (Argel/Beirute, Ministério da Educação/ Dār Axxurūq, 1973), na qual se operam algumas modificações no *corpus* fixado por «Azzām. JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e de seu autor*. In.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴³⁶ Beirute, Almatba-a Alkātūlīkiyya, 1905. Apud.: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005

tradução e compilação mais completo. Uma segunda edição de apoio foi a de ‘Aḥmad Ḥasan Ṭabbāra⁴³⁷, baseada num manuscrito de 1080H./ 1675 d.C.. A terceira edição é do Cairo, com ultima revisão de ‘Ibrāhīm Addasūqī C.d 8681/.H8521 ,rāffaglubA*é baseada na muito criticada edição do arabista francês Silvestre de Sacy, Paris, 1816⁴³⁸. Além dessas foram consultadas outras edições árabes correntes, como as de M.N. Almarsafī, ‘Ilyās Ḥalīl Zaḥariyyā Yāzījī e a versão metrificada do século IX de Ibn Alhabbāriyya.

Para melhor ilustrar o trabalho de compilação dos manuscritos, feito por Mamede Mustafa Jarouche, segue abaixo um esquema da utilização das fontes usadas na tradução e adaptação desta edição de *Kalila e Dimna*:

ESQUEMA 3:



Processo de tradução da obra *Kalila e Dimna*

Neste sentido, pode-se perceber que é excessivo o número de manuscritos e edições, por isso o trabalho de tradução e adaptação desta obra, na edição compilada por Jarouche se faz tão completa e torna possível e acessível o mundo literário árabe para as pesquisas acadêmicas.

⁴³⁷ Síria, sem indicação de cidade, data ou editora. A *Encyclopaedia of Islam* refere “Beirute, 1904”.

⁴³⁸ Cf. JAROUCHE, Mamede Mustafa. p. XIV.

Tendo em vista as constantes dificuldades de se trabalhar com manuscritos no medievo, e ainda mais no Oriente, algumas perguntas ficam ainda sem respostas.

Não se sabe ao certo a quem a obra *Kalila e Dimna* foi dedicada ou oferecida, contudo, devido às diversas disputas pelo controle do poder que vigoravam pelo ainda instável Califado Abássida, pelo controle do poder é certo que este tipo de literatura cumpria um propósito político bem claro: orientar e instruir o soberano. Inserindo-se assim, num conjunto literário, convencionalmente chamado de literatura de aconselhamento, parenética ou “espelhos de príncipe”.

3.2 A apresentação do conteúdo da obra

Primitivamente elaborado na Índia, o livro *Kalila e Dimna*⁴³⁹ é considerado um dos clássicos da Literatura Árabe Medieval, possuindo um fundo político bastante consolidado e ao mesmo tempo composto por um dos mais populares gêneros textuais existentes, as fábulas. Contudo, segundo Jarouche, por se tratar de uma adaptação, a tradução árabe é praticamente outro texto, com adições importantes, com capítulos acerca da origem do livro e a introdução do autor, feitas pelo tradutor para criar afinidades entre o texto e o contexto árabe da época⁴⁴⁰.

O plano de fundo para a composição do texto e seus objetivos é exposto na apresentação da obra através de uma história que remota ao tempo dos Brâmanes e da Índia. Neste momento, aparecem cobertas sobre o manto do “ouvir dizer que aconteceu assim”, questões que faziam parte do cenário político dos primeiros anos como a legitimação do poder, a tentativa de consolidação do mesmo, a participação constante do conhecimento dos eruditos e suas posições perante a corte e ao soberano. Assim, a trama desenvolve-se a partir da intervenção do filósofo hindu Bayabã, chefe dos

⁴³⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas: Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁴⁴⁰ ANÔNIMO. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

Brâmanes, que articula uma estratégia para se aproximar do governante, a fim de desferindo-lhe conselhos, na tentativa de tornar seu reinado justo e moderado⁴⁴¹. Entretanto, é preciso detalhar melhor o conteúdo desta obra.

O autor inicia o enredo voltando ao tempo de *Iskandar*⁴⁴², ou Alexandre o Grande, apresentando um cenário de conquistas em todo o mundo, inclusive nas terras que compreendiam o Império Abássida:

Apenas deu cabo dos reis do lado ocidental, o *rūmī* 'Iskandar Bicore avançou almejando os reinos orientais, persas entre outros. Não deixou de guerrear quem se lhe opunha, nem de enfrentar quem o enfrentava, nem de fazer a paz com quem lhe oferecia a paz [...].⁴⁴³

Ao mesmo tempo em que as batalhas de Iskandar são descritas, é apresentado na narrativa o rei da Índia. Este é descrito como um rei soberbo e que dispõe a combater o avanço do inimigo:

Neste período a Índia era governada por um rei tirânico e violento, de muita crueldade e força, chamado Fawr. Quando este foi informado da iminente chegada de 'Iskandar a seu reino, preparou-se para combatê-lo e enfrentá-lo, agrupando forças dispersas e forcejando por unificá-las além de igualmente, ajuntar recursos no prazo mais rápido possível. Foram preparados e equipados elefantes, feras, corcéis, espadas e lanças.⁴⁴⁴

Assim, inicia-se o primeiro embate da trama entre um rei prepotente com muitos recursos materiais e um conquistador experiente e estrategista:

Quando 'Iskandar se aproximou do rei da Índia, foi informado da quantidade de forças que haviam se juntado contra ele, que constituía uma força jamais vista por rei algum das redondezas, aparentando “pedaços escuros da noite”, temeu cometer um erro que viesse ser fatal, caso se precipitasse ao combate. Além de precavido e experiente, devido às tantas conquistas, 'Iskandar optou por lançar mão de artimanhas e ardis a fim de ganhar tempo. Cavou trincheiras para seus soldados, instalando-se no local a fim de elaborar seus planos para lançar uma ofensiva às forças indianas. Convocou então os astrólogos, para que estes determinassem um dia

⁴⁴¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P.267

⁴⁴² Ibidem., p. 267. Este é o nome árabe associado à figura de Alexandre O Grande.

⁴⁴³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P.267

⁴⁴⁴ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P.264

auspicioso para combater o rei Fawr e vencê-lo. Como estratégia de combate, 'Iskandar, que não passava pelas cidades sem capturar os mais conhecidos e hábeis artesãos de cada ofício, ordenou-lhes que construíssem cavalos ocos de cobre com estátuas de homens sobre seus dorsos, e que estes fossem sobrepostos em rodilhas para que deslizassem com agilidade sobre seu comando. Determinou que quando findada a construção, encharcassem de betume e enxofre o dorso desses cavalos, e que as estátuas fossem vestidas como soldados; e os artesãos assim fizeram.⁴⁴⁵

Através de estratégias, 'Iskandar conseguiu subjugar o exército do rei da Índia, poupando esforços e também a vida de seus soldados:

“No campo de batalha o equipamento de 'Iskandar foi colocado na linha de frente de seu exercito, e quando se iniciou o enfrentamento, os homens atearam fogo nos dorsos das estátuas. Os elefantes de Fawr avançaram e nelas enrolaram suas trombas, mas logo que sentiram o ardor do fogo, atiraram ao solo e pisotearam todos os quem levavam e fugiram, esmagando tudo que se encontrava em seu caminho. As tropas de Fawr foram perseguidas e massacradas pelos soldados de 'Iskandar, o qual gritou: ó rei da Índia, aparece e poupa tuas tropas e os teus; não os conduzas a destruição, pois não é um procedimento de brio que o rei leve seus soldados ao esgotamento e à aniquilação, mas sim que os sustente com os seus próprios cabedais e os defenda com sua própria vida.⁴⁴⁶”

Após a vitória, 'Iskandar dominou o país, entronizando uma pessoa de sua confiança. Permaneceu na Índia até lograr sua total submissão e concordância e depois saiu de lá, deixando aquele homem como governante e dirigiu-se para onde pretendia ir.⁴⁴⁷

Quando 'Iskandar e seus exércitos encontravam-se longe da Índia, a população modificou seu comportamento obediente em relação ao rei que ele havia imposto:

“Não se coaduna com o bom governo, nem é bom para a nobreza ou para o vulgo, ter um rei imposto que não pertença à

⁴⁴⁵ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 264

⁴⁴⁶ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 266

⁴⁴⁷ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 267

sua raça nem seja de seu meio, porquanto ele sempre os oprimirá e desprezará.”⁴⁴⁸

Então a população se reuniu e entronizou um homem chamado Dabxalīm, que era descendente de um de seus reis, depondo assim, o rei que ‘Iskandar lhes havia imposto.

Logo que a situação se normalizou e o reino se estabilizou, Dabxalīm tornou-se tirânico, opressor, injusto e prepotente, passando a hostilizar os monarcas vizinhos. Mesmo tendo se transformado, continuava apoiado, vitorioso e vencedor, pois os súditos o temiam. Percebendo o poder tirânico que possuía, Dabxalīm oprimia seu povo e desprezava seus interesses, mantendo uma péssima relação com seu reino. E, tanto mais sua situação pessoal melhorava quanto mais ele se tornava arrogante e assim permanecendo durante boa parte de seu reinado.

Havia em seu tempo um filósofo brâmane, bondoso e sábio, conhecido por sua generosidade e por todos consultados, seu nome era Bayabā. Este, observando o comportamento tirânico do rei em relação aos seus súditos pensou numa estratégia para mudar esse estado de coisas e “devolver o rei à justiça e à moderação”⁴⁴⁹. Para isso, reuniu seus discípulos e tenta convencê-los de que é obrigação dos dotados de sabedoria ajudar os reis na prática do bem governar:

“Quando os reis se comportam mal, esforçamo-nos por fazê-los volver à prática do bem e da observância da justiça. Caso negligenciemos isso, ficaremos expostos a ocorrências abomináveis e perigosas, pois diante dos ignorantes seremos mais ignorantes do que eles e a seus olhos, inferiores a eles próprios”⁴⁵⁰.

Investido de tais propósitos o filósofo Bayabā escolheu um dia para visitar-se com o rei. Bayabā recebeu autorização, entrou, estacou diante do rei, curvou a cabeça, prosternou-se, levantou-se e permaneceu calado. Diante de tal silêncio o rei pensativo, tentando supor quais seriam os motivos para o sábio estar ali, diante dele e sem nada pronunciar. Passa então a fazer

⁴⁴⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 267

⁴⁴⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 267

⁴⁵⁰ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 267

diversas considerações em seus pensamentos, tentando entender o porquê do silêncio do brâmane diante de seu trono. Supôs que o sábio estivesse ali numa tentativa de subir na vida ou por algo muito ruim que lhe tivesse acontecido. Após alguns instantes, o rei inicia a exposição de seus pensamentos diante da situação:

Ver-te calado, Bayabã, sem expor tuas demandas nem mencionar teu pedido, fez me ponderar: 'o que produz este silêncio é um temor que o paralisou ou uma dúvida que o assaltou'. Analisei então tua longa espera e pensei: 'Bayabã não nos terá procurado, contra todo o hábito, senão por algo premente, pois ele é um dos melhores do seu tempo [...]'.⁴⁵¹

Devido a este reconhecimento do rei perante sua posição, Bayabã sente-se mais seguro e inicia a justificativa de sua visita ao rei, evocando a prática do aconselhamento como um direito inerente aos sábios e que os reis devem respeitar:

O assunto que me traz aqui – arriscando-me e atrevendo-me a dirigir a palavra ao rei – é um conselho que dedico a ele e não a qualquer outro. Quem tiver notícias a respeito disso saberá que eu não me furtei a uma das condições que regem o direito dos governantes sobre os sábios. Será legítimo que o rei me permita falar e me dê ouvidos, mas, se acaso ele não der importância, terei cumprido minha obrigação e estarei livre de qualquer censura que me seja assacada.⁴⁵²

Após a justificativa de sua presença, o filósofo principia os conselhos ao soberano, partindo do universal:

Verifiquei que as coisas que singularizam o ser humano entre todos os animais são quatro, síntese de todo conhecimento: a sabedoria, a austeridade, a inteligência e a justiça. A ciência, o decoro e a ponderação pertencem a esfera da sabedoria; a magnanimidade, a paciência e a dignidade pertencem à esfera da inteligência; o pudor, a generosidade, a precaução e a altivez pertencem à esfera da austeridade; e a sinceridade, a benemerência, o temor a Deus e o bom caráter pertencem à esfera da justiça [...] Quando um homem chega a tal estágio de perfeição, uma diminuição da boa fortuna jamais o conduzirá ao meu destino neste mundo ou desdouro na outra vida.⁴⁵³

⁴⁵¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 271.

⁴⁵² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 271.

⁴⁵³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 272.

Com base na máxima de caráter universal aplicada, inerente a todos os homens, Bayabã expõe diretamente a má conduta que seu soberano vem apresentando diante de seu reino:

[...] E tu – ó rei de venturosa ascendência, cuja estrela da sorte resplandece – herdaste as terras, mansões, fortuna e posições que pertenciam a eles, apossando-te do reino por ti recebido e das riquezas e do exercito herdados, mas não cumpriste, apesar disso, com teus deveres; pelo contrário, tu te tornaste tirano, injusto, violento e prepotente com os súditos, e tuamã conduta gerou grande intensificação de calamidades.⁴⁵⁴

Mal Bayabã encerrou seu discurso e concluiu o bom aconselhamento, o peito do rei se encheu de cólera, e ele lhe dirigiu grosserias e injúrias. Em seguida, o rei ordenou que o filósofo fosse morto e crucificado, mas assim que os guardas o levaram, pensou bem no que ele havia decidido e voltou atrás, ordenando que ele fosse preso e acorrentado.

Isso feito determinou que os discípulos e seguidores de Bayabã fossem procurados, mas eles dispersaram-se pelo país e se isolaram em algumas ilhas do grande oceano. Bayabã permaneceu na prisão por dias sem que o rei perguntasse por ele ou dele se lembrasse e sem que ninguém tivesse coragem de mencioná-lo diante dele.

Certa noite, entretanto, o rei teve forte e prolongada insônia e perdido em seus pensamentos recordou-se de Bayabã, pensou no que lhe havia dito e chegou à conclusão de que tinha cometido uma injustiça para com o sábio. Em seguida, mandou que alguém fosse buscá-lo. Quando este se apresentou, o rei perguntou-lhe por que havia pronunciado aquele conselho. O filósofo lhe respondeu que seu papel era alertar quanto às coisas boas que continham o rei e seu reino, no intuito que este continuasse a pertencer ao soberano. Ao ouvir aquelas palavras o rei ordenou que Bayabã fosse libertado das correntes, vestiu-o com uma das túnicas e o tratou com receptividade, oferecendo-lhe o cargo de governador de todos os extremos do reino. Contudo, o filósofo recusou o cargo e partiu.

⁴⁵⁴Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 274.

Porém, quando partiu o rei percebeu que sua atitude não fora de bom parecer, mandou que fossem atrás do filósofo e o trouxessem de volta ao reino. Então Bayabā foi nomeado vizir, julgando a favor do depauperado e contra o nobre, estabeleceu leis justas, dando um basta à opressão, fazendo o rei Dabxalīm abandonar a má conduta.

3.3 Uma obra, duas faces: Os objetivos do livro segundo Ibn Almuqaffa

Como foi visto anteriormente, o texto *Kalila e Dimna* representa uma interpolação entre as culturas hindu, por ser uma adaptação do texto original do Pāncatantra e da cultura persa, por seu tradutor ser de origem persa e da cultura árabe. Contudo, para além da importância cultural, podemos observar outra característica significativa desta obra, os objetivos pedagógicos fixados pelo autor-tradutor Ibn Almuqaffa ao longo do texto.

Este artifício pode ser visto como uma forma de justificar a necessidade, tanto da obra quanto do autor, de estar presente no projeto político intelectual promovido pelos soberanos abássidas⁴⁵⁵. Todavia, divergindo dos rígidos modelos da literatura pedagógica ocidental que só atendem a demanda cortesã ou régia⁴⁵⁶, o texto de *Kalila e Dimna* possui duas faces que atendem a perspectivas e públicos diferentes. Esta proposição pode ser ilustrada a partir da descrição da gênese da obra, em que Dabxalīm, rei da Índia, pede ao seu filósofo Baydaba que lhe faça um livro que:

Em sua face manifesta, seja sobre a arte de governar o povo na obediência aos reis; em sua face oculta, seja sobre o caráter dos reis e como conduzir os súditos, pois me falecem e

⁴⁵⁵ Esta questão será analisada ao longo do segundo eixo deste capítulo, através do estudo dos conselhos.

⁴⁵⁶ “*textos difíceis, algumas vezes truncados, e de conteúdo árido, moralista, pouco atrativo aos olhares e sensibilidades*” Segundo Márcio Muniz este tipo de literatura, sendo explícito pelo nome, atende somente as questões relativas a educação dos reis e príncipes. MUNIZ, R.C. Márcio O *Leal conselheiro*, de Dom Duarte, e a tradição dos *Espelhos de príncipe*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2003.

aos outros muitos fundamentos de que necessitamos para zelar pelo reino.⁴⁵⁷

Em sua apresentação, o narrador que é representado pela figura do filósofo hindu Bayabā, chefe dos brâmanes, redige para Dabxalīm, rei da Índia, o livro que denominou *Kalila e Dimna*. Este, expõe e justifica, brevemente, a composição do livro e sua estrutura:

Compondo-o na linguagem de alimárias e aves a fim de proteger suas intenções mais extremas do vulgo, impedir o acesso da escória a seu conteúdo e elevar a sabedoria, seus ramos, seu mérito e sua distinção, pois a sabedoria é deleite acessível ao filósofo, a cujo pensamento está aberta, constituindo-se em refinamento para quem a ama e honraria para quem a procura.⁴⁵⁸

A partir desta justificativa o narrador apresenta as características que são necessárias para que o leitor desta obra consiga aproveitá-la da forma ampla e sábia:

[...] é necessário àquele que consulta: agudez na leitura, realização de estudos e exame o sentido oculto das palavras, caso não seja assim, nenhum proveito dele se extrairá.⁴⁵⁹

Porém, como traçado habitual aos livros de sabedoria no mundo Árabe medieval⁴⁶⁰, os textos são compostos por duas faces, uma oculta na qual se expõe o conteúdo dedicado aos leitores nos parâmetros impostos supracitados e uma face manifesta, dedicada ao público geral, ao vulgo.

A face manifesta foi estrategicamente desenvolvida e dirigida aos súditos populares, que eram em sua maioria alfabetizados devido às exigências da vida religiosa muçulmana. De acordo com o filósofo, esta face abordaria questões como a incitação e o adestramento à obediência aos reis, como na narrativa “*Mihrāyaz, o rei dos ratos*”:

⁴⁵⁷ ANÔNIMO. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁵⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 263.

⁴⁵⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 263

⁴⁶⁰ Nota de M.M.Jarouche em Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

“O caminho de todos os ratos [povo], e particularmente nosso [conselheiros] é dar o máximo, zelar e envidar esforços para fazer realizar-se o desejo do rei [...] ainda que com o sacrifício de nossas vidas”⁴⁶¹

Assim, através de narrativas e subnarrativas recheadas de humor e diálogos entre quadrúpedes e aves o narrador transmite suas mensagem de obediência e adestramento do povo de forma sutil, buscando o entretenimento do vulgo, mascarando os conteúdos destinados aos soberanos, pois, estes:

Prestariam atenção as suas sentenças e deixariam de lado os quadrúpedes e o entretenimento, por saberem que se tratava de simples artifício para a elaboração do livro.⁴⁶²

Já a face oculta da obra, destinada somente aos soberanos, mostrar-se-ia um livro eloquente, no qual demonstraria toda a inteligência e abordaria as questões acerca do comportamento dos reis e fundamentos essenciais para o bem conduzir de seus súditos:

“[...] acrescentou-lhe igualmente tudo de que o homem necessita para governar a si próprio, aos próximos e afins, além de tudo que necessita quanto a sua vida espiritual e material, a seu fim e a seu início [...]”⁴⁶³

No quadro abaixo, pode-se ter uma noção dos diferentes objetivos que esta obra pretende abarcar, tanto de forma explícita como implícita:

⁴⁶¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 202.

⁴⁶² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 282.

⁴⁶³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P. 282.

QUADRO 1: Faces do livro *Kalila e Dimna*

Face Manifesta	Face Oculta
Objetivos:	Objetivos:
Apresentar um modelo de governo	Apresentar um modelo de soberano
Adestrar o povo na obediência dos reis	Questões acerca da condução dos súditos
Pilhéria (humor)	Fundamentos necessários para a manutenção do reino
Destinado ao entretenimento dos nobres e vulgo	Destinado às reflexões dos filósofos
Incitação à obediência dos reis alertando quanto aquilo cujo abandono é melhor	Seriedade
	Sabedoria
	Adestramento para a inteligência

A partir desta breve análise podem-se perceber duas características diferentes que são apresentadas ao mesmo tempo ao longo de *Kalila e Dimna*. A primeira é a tentativa de exportar esta produção para além dos muros do palácio, pois, em sua face manifesta são expostas, claramente, características ligadas aos súditos, visando tanto o divertimento – humor – quanto uma incitação à obediência aos soberanos, contudo, somente aos soberanos que agirem de acordo com as regras do Islã.

A segunda característica, que aparece ao longo dos exemplos expostos, se apresenta somente através da face oculta da obra. Seu objetivo é a formulação de um manual pedagógico no qual apresenta diversos procedimentos, reflexões e conhecimentos destinados aos soberanos.

É a partir da identificação destas duas faces que o objetivo central deste

estudo se configura, pois, pode-se perceber que é ao longo da face oculta da obra *Kalila e Dimna* que o autor apresenta os fundamentos necessários para a manutenção do poder.

Contudo, ao delinear uma obra cujo objetivo é auxiliar o governo, sua manutenção e legitimação, o autor necessita de estratégias que o faça alcançar seus propósitos. Estas estratégias aparecem configuradas ao longo do texto através da aproximação do letrado ao soberano, como também através do aconselhamento, prática enraizada no mundo Árabe.

3.4 A Prática do Aconselhamento: A aproximação entre letrado e soberano

Uma das questões principais de *Kalila e Dimna*, como em muitas outras obras que possuem o mesmo perfil, é a aproximação do letrado ao poderoso mediante a prática do aconselhamento. Tal aproximação levanta entre outras questões uma que convém ressaltar: por que levar o conselho ao soberano?

A prática do aconselhamento ao rei é recorrente na Literatura árabe, justificado não somente pelo Alcorão⁴⁶⁴, como também através das inúmeras obras que fazem parte do empreendimento intelectual que o Império Abássida procurou desenvolver e que tratam a prática do aconselhamento como obrigação do erudito e direito do soberano⁴⁶⁵. Como exemplo encontra-se o trecho da obra "*O aconselhamento dos reis*":

Os reis são, dentre os homens, os que detêm a primazia no recebimento de aconselhamentos e exortações, pois, em sua boa situação está a boa condição dos súditos, e em sua corrupção está a corrupção dos humanos; [...]; e se dizia: Trai a si próprio quem esconde do soberanos o seu aconselhamento, dos médicos a sua doença, e dos amigos os motivos do seu pesar; [...] no aconselhamento do soberano está o aconselhamento do público, e no aconselhamento do público

⁴⁶⁴ A justificativa religiosa acerca da prática do aconselhamento encontra-se exposta no capítulo 2, item 2.3.1.

⁴⁶⁵ Anônimo. *O leão e o chacal mergulhador. O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

está o encaminhamento ao interesse do mundo inteiro, e a ordem das coisas do todo está em sua totalidade [...].⁴⁶⁶

Neste trecho, fica clara a obrigação dos homens de auxiliar e aconselhar o soberano em seu governo e esta prática deve trazer benefícios ao reino, excluindo pretensões pessoais.

Outra obra que aborda a prática do aconselhamento aos soberanos é a enciclopédia "*O extremo da inteligência nas artes do decoro*", do letrado egípcio Anuwayri (1287-1332 d.C.):

Quem colabora com o soberano não lhe deve ocultar o conselho, ainda que este o desdenhe; e que as suas palavras ao soberano sejam delicadas, e não invasivas, até deixá-lo a par dos seus defeitos [...].⁴⁶⁷

Neste outro texto, o autor salienta a perseverança no conselho alertando que este pode não ser bem visto, inicialmente, pelo soberano, mas que o conselheiro deve insistir em sua prática enquanto os problemas não são solucionados.

Já em *Kalila e Dimna*, o autor trabalha com dois exemplos primordiais em que envolve a aproximação do letrado ao soberano. A primeira se apresenta como uma narrativa exemplar, que está contida no enredo narrado pelo personagem principal, sendo propagada através de fábulas e falas de animais. Nesta, são apresentados dois chacais onde um deles, *Dimna*, almeja aproximar-se do soberano, porém com objetivos duvidosos. A segunda situação aparece de forma oculta na obra, porém com o objetivo de ilustrar a relação do narrador principal ou ao tradutor da obra com o soberano.

A versão que aparece em primeiro plano é a narrativa de *Dimna*, um chacal "dotado de muita sagacidade e decoro"⁴⁶⁸ entretanto, movido por ambição e egoísmo se aproxima do soberano a fim de alcançar maior status social:

⁴⁶⁶ Anônimo. *Nasihah almuluk "O aconselhamento dos reis"*, Cairo, 1988. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁶⁷ Anuwayri. *Nihayat alarab fi funun aladab "O extremo da inteligência nas artes do decoro"*. Cairo, s.d., v. 6. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁶⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005

Entre os animais que ali viviam, estavam dois chacais, um chamado *Kalila* e outro *Dimna*: eram ambos dotados de muita sagacidade e decoro. Mais ambicioso, os desígnios de *Dimna* tinham maior alcance, e mais acentuada era sua insatisfação com a condição em que vivia.⁴⁶⁹

Devido à insatisfação com a sua condição e ao desejo de melhorar seu status pessoal, o letrado desviou-se de sua função de conselheiro. Com isso a aproximação do poder, com objetivos indevidos, condena sua relação com o soberano a um categórico fracasso, levando à aniquilação do letrado, representado pelo chacal *Dimna*. Segundo Jarouche, este final foi escolhido mediante a conduta e objetivos traçados pelo personagem:

[...]Diga-se, pelo chacal Dimmna, cujas ações, retratadas como mesquinhas e desprezíveis, pois, voltadas para a manutenção exclusiva de seu status, sem consideração alguma pela comunidade em que esta inserido, levam-no a perpetrar atitudes criminosas pelas quais será punido, sem mais nem menos, com a liquidação física, da qual se encarrega o próprio poderoso a cujo serviço o letrado tanto anelara por manter-se.⁴⁷⁰

Apesar da conduta do personagem *Dimna* não ser digna, o autor defende a prática do aconselhamento através da cena do julgamento do chacal, relacionando-a não só a uma posição social dos conselheiros, como também a obrigação moral dos indivíduos da comunidade, que possuam sabedoria e busquem o bem comum:

[...] Em seguida, a mão do leão retirou-se e mandou chamar o leopardo, que atendeu. Ela, depois de lembrá-lo da prestigiosa posição de que desfrutava perante o rei e de suas obrigações como mestre e bom auxiliador na busca da verdade, disse que alguém como ele não poderia subtrair-se a prestar testemunho, pois também seria sua obrigação socorrer o injustiçado [...].⁴⁷¹

Na face oculta da obra *Kalila e Dimna*, que é a que interessa para esta pesquisa, aparece outro exemplo de relação entre letrado e soberano, representada na trama por Bayabā, o filósofo brâmane, e Dabxalīm, rei da Índia. Nesta relação a aproximação entre o letrado e o rei se dá devido à má

⁴⁶⁹ Ibn al-Muqaffa. *Ibid.*

⁴⁷⁰ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁷¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

conduta do soberano com seu reino, constituindo-se um tirano opressor, obtendo respeito da comunidade somente através do medo.

Observado tal comportamento do soberano, o letrado manifesta o seu dever de modificar o estado do governo e devolver o rei à justiça e à moderação, através da aproximação e do conselho:

Quando os reis se comportam mal, esforçamo-nos por fazê-los volver à prática do bem e à observância da justiça. Caso negligenciemos isso, ficaremos expostos a ocorrências abomináveis e perigosas, pois diante dos ignorantes seremos mais ignorantes do que eles, e, a seus olhos, inferiores a eles próprios.⁴⁷²

Como estratégia, para convencer o soberano a modificar seu comportamento, o filósofo utiliza-se do seu conhecimento e da sabedoria que serão transmitidos através dos conselhos ao soberano:

Não podemos combatê-lo senão com palavras, pois mesmo que procurássemos nos aliar a outros não nos seria possível enfrentá-lo, e, se ele percebesse nossa oposição e condenação de seu pérfido comportamento, ai estaria nossa ruína.⁴⁷³

Ao aproximar-se de fato do soberano, o letrado, que não possuía nenhum tipo de vínculo ou posição política junto ao rei, também justifica sua aproximação, utilizando-se do direito de aconselhar, inerente aos sábios e letrados:

O assunto que me traz até aqui - arriscando-me e atrevendo-me a dirigir a palavra ao rei - é um conselho que dedico a ele e não a qualquer outro. Quem tiver notícias a respeito disso saberá que eu não me furtei a uma das condições que regem o direito dos governantes sobre os sábios. Será legítimo que o rei me permita falar e me dê ouvidos, mas, se acaso ele não der importância, terei cumprido minha obrigação e estarei livre de qualquer censura que me seja assacada.⁴⁷⁴

Por fim, todos estes exemplos fundamentam a prática do aconselhamento e a aproximação do letrado ao poderoso como uma obrigação moral, baseado tanto nas tradições, como no direito islâmico⁴⁷⁵, de contribuir

⁴⁷² Ibn al-Muqaffa. *Idem*.

⁴⁷³ Ibn al-Muqaffa. *Ibid*.

⁴⁷⁴ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

⁴⁷⁵ Os estudos acerca do direito islâmico relacionados a prática do aconselhamento estão expostos no Capítulo 2.

para o bom desempenho do soberano e de seu reino. Em *Kalila e Dimna* nota-se que a intenção segue esta perspectiva. O letrado percebendo a má conduta do governante, aproxima-se do soberano a fim de desferir conselhos e designar-lhe procedimentos que o auxiliem para a volta da boa governança.

O que se pretende nesta pesquisa é identificar quais são os procedimentos necessários, apresentados através dos conselhos, que quando são seguidos resultam na manutenção do poder e na legitimação do governante perante seus súditos. Entretanto, para que estes procedimentos sejam seguidos é necessário que o conselho seja bem visto pelo soberano, que contemple seus ouvidos e não os ofenda em qualquer instância.

Para que os conselhos sejam seguidos, o letrado utiliza-se de estratégias e artimanhas para obter sucesso. Esta estratégia está configurada no uso de paradigmas e provérbios ao longo do texto para exemplificar, agregar valor ou justificar certo conselho.

3.5 Paradigmas e provérbios: uma estratégia de veiculação do conselho

Ao longo da pesquisa comprovou-se a classificação de *Kalila e Dimna* como uma obra da tratadística política, devido ao seu conteúdo político e pedagógico, como também a sua inserção num conjunto literário árabe que possui características singulares e objetivos claros, segundo Radwan Assayyid:

Pretendem ensinar ao poderoso as tradições do exercício do poder, e as políticas que criam tradições de poder e governo, facilitando ao líder a condução das questões ligadas ao poder, bem como a sua preservação em suas mãos pelo maior período possível.⁴⁷⁶

Para realizar tal tarefa, o texto de Ibn Almuqaffa, tradutor de *Kalila e Dimna*, apresenta um conjunto de normas a serem seguidas pelo soberano ou

⁴⁷⁶ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

por sua corte. Este texto, assim como muitos outros de variável extensão⁴⁷⁷, foi produzido em forma de conselhos, prática muito comum na cultura árabe abordada anteriormente e utilizada para aliviar o pesado conteúdo que as obras abarcavam. Porém, apesar da prática do aconselhamento estar presente no cotidiano árabe, este não era o único recurso utilizado para convencer os soberanos.

Segundo Jarouche, a estrutura do conselho não pode se resumir a uma simples narrativa ficcional e baseada somente na palavra do letrado. De acordo com o autor, isto certamente deve as teorizações literárias da época, que desqualificavam a narrativa ficcional como forma inferior de conhecimento e as fontes árabes da Idade Média nos fornecem suporte para tal afirmação⁴⁷⁸. Como exemplo para a desqualificação das narrativas ficcionais segue os seguintes trechos apontados por Jarouche: o primeiro extraído de “*Deleitamento e afabilidade*”, do polígrafo Abu Hayyan Attawhidi (1024 d.C.); o segundo de “*Livro das folhas*”, do historiador Abu Bark Assuli (946 d.C.) e o terceiro de “*O aconselhamento dos reis*”, obra anônima:

Quando lhe perguntaram: ‘Você se aborrece com histórias?’, Halid Bin Safwan respondeu: ‘O que me aborrece são as velharias [*trocadilho com a palavra hadit, que pode significar tanto história como novo*], pois as histórias são amadas pelos sentidos como o auxílio do intelecto, e é por isso que os meninos e as mulheres as apreciam’.[...] Por causa da imensa necessidade que se tem de tais histórias, nelas foram introduzidas coisas falsa, misturadas a absurdos e relacionadas ao que agrada e causa o riso, mas não provoca questionamentos nem investigações, a exemplo do livro de Hazr Afsana [*Mil fábulas*], e todas as espécies de [*hurafat, fábulas*] que entraram em livros desse gênero.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ “Lampião dos reis”, de Abu Bark Atturtusi (973-1126 d.C.);, “Conselho sobre o decoro do poder”, de Almuradi (1086 d.C.); “Consolo do poderoso quando da hostilidade dos comandados”, de Ibn Zafar Assiqali; “Os decoros do rei”, de Attaalibi (961-1038 d.C.); “Pérola valiosa na política do líder”, de Ibn Alhaddad (1251 d.C.); “Ouro traçado no aconselhamento dos reis”, do teólogo Algazali (1111 d.C.); “Esplendor da escrituração no que tange à política e administração”, de Ibn Samak Alamili (1350 d.C.); “O caminho trilhado na política dos reis”, de Assayzari (1193 d.C.) In.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁷⁸ Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁷⁹ Abu Hayyan Attawhidi. *Deleitamento e afabilidade*. Edição do Cairo, v.1, 1953. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

Neste trecho, as histórias aparecem desvalorizadas, não aparentando estimular nenhum tipo de atividade intelectual, sendo relacionadas somente ao entretenimento. O segundo trecho corresponde à obra “*Livro das folhas*”, do historiador Abu Bark Assuli (946 d.C.):

Lembro-me de que certo dia, quando ainda era governador, ele [o califa Arradi, 910-940 d.C.] recitava para mim um trecho de poesia de Bassar [Ibn Burd, poeta do século VIII d.C.], tendo diante de si livros de gramática e de crônicas, quando chegaram alguns funcionários da senhora sua avó e levaram todos os livros que se encontravam diante dele, colocando-os numa trouxa que traziam consigo; não nos dirigiram palavra alguma e saíram. Notando que ele ficara soturno e irritado com aquilo, deixei-o em paz e lhe disse: ‘O príncipe não os deve condenar, pois alguém lhes disse que o príncipe lê livros que não devem ser lidos, e eles resolveram então examiná-los. Isso me deixou feliz, pois eles verão somente coisas belas e agradáveis’. Passaram-se algumas horas e eles devolveram todos os livros. Arradi disse aos funcionários: ‘Digam a quem lhe deu tal ordem que vocês já examinaram os livros, e que eles são de *hadit* [neste caso, *diálogos do profeta*], jurisprudência, poesia, gramática e história; são livros de sábios, pessoas a quem Deus concedeu a perfeição e o benefício por terem lido livros semelhantes; não se trata da mesma categoria de livros [cuja leitura] vocês abundam como é o caso de [livros das] maravilhas do mar, [do livro da] histórias de Sandiyar e [do livro do] gato e do rato.⁴⁸⁰

Segundo o trecho acima, somente são considerados obras de cunho intelectual os gêneros da poesia, textos de gramática, de direito e religiosos. As obras compostas por narrativas ficcionais são reduzidas às leituras sem qualquer importância. O terceiro texto corresponde à obra tratadística “*O aconselhamento dos reis*”:

Das crônicas, [o filho do rei] deve decorar as [*conquistas do islã*], as biografias [de reis] e as coisas sucedidas aos califas, e não aos amantes, nem as tolices do Livro de Sindabad, Hazar afsan [*Mil fábulas*] e assemelhados, pois com esses livros ele se distrai, porém mais deforma que se forma, ao passo que com aqueles atinge o nível dos sábios, e em sua fé ocupa a posição dos alfaquis, superando os de seu reino e comunidade e destacando-se na política; já tais livros [Sindabad, Hazar afsan e assemelhados] não lhe abrem essas portas senão pouco, ele talvez imagine que o que eles contêm da asneira é veraz, e as suponha verdade, e então da parte dele isso será estupidez e ignorância, e obrará ignaramente por sua fé, e despercebidamente passará pelas virtudes e benesses de sua

⁴⁸⁰ Abu Bark Assuli. *Livro das folhas*. Cairo, 1935. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

comunidade. Ademais, esses livros e histórias na lide serão úteis em sua política e governo, nem neles encontrará auxílio em seus debates religiosos, nem em seu ufanismo durante os seus encontros, nem em seu exame das queixas dos súditos. Um dos intérpretes do Alcorão já disse a respeito da seguinte fala de Deus: 'E dentre os homens, há quem compre histórias falsas a fim de desviar do caminho de Deus.'⁴⁸¹

A partir destes exemplos, acredita-se que as obras políticas tinham um lugar de referência junto às outras obras do saber intelectual e nelas não havia lugar para narrativas ficcionais. Portanto, *Kalila e Dimna* e outras obras que se utilizavam dos conselhos para transmitir seus conteúdos, precisavam de outros instrumentos para ratificar seus conselhos, transformando-os em sabedoria.

Tal estratégia pode ser identificada no uso de paradigmas e provérbios. Segundo Jarouche, a verdadeira sabedoria habitava nas máximas – provérbios – ou mesmo ante a capacidade de decidir o momento oportuno para a aplicação destes, papel desempenhado pelo letrado.⁴⁸² Os provérbios são um recurso muito utilizado pelos textos árabes, pois segundo Vargas, trazem ao discurso certa autenticidade, pois,:

Pretendem transmitir a sabedoria dos antigos, de autoridade indiscutível, funcionando, então, como modelo de conduta e constituindo-se, também, em testemunhos importantes do caráter e do comportamento humano.⁴⁸³

Ainda sobre a importância conferida aos provérbios, José Paulo Paes apresenta um estudo intitulado *A Ponte Necessária*⁴⁸⁴, no qual afirma que a credibilidade conferida aos provérbios remete aos primeiros tempos da humanidade que celebra a sabedoria:

Sob certo ponto de vista, as locuções proverbiais confirmam a introversão de Giambattista Vico de uma idade de ouro da humanidade quando, não dispo de ainda de 'raciocínio algum', mas tão-somente de 'robustos sentidos e vigorosíssimas fantasias', os homens, 'por comprovada necessidade natural, foram poetas e falaram por figuras poéticas'. Vico considerava as 'dicções tipicamente populares' como 'os testemunhos mais autênticos dos antigos costumes dos povos, celebrados ao

⁴⁸¹ Anônimo. *Nasihah al-muluk "O aconselhamento dos reis"*, Cairo, 1988. Apud.: Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁸² Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁸³ VARGAS, Maria Valéria A. de M. "A Fábula indiana e a sua expansão para o ocidente". *Revista de Estudos Árabes*, São Paulo, Centro de Estudos Árabes-FFLCH/USP, nº4.

⁴⁸⁴ PAES, José Paulo. *A Ponte Necessária*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

tempo em que esses povos se forjavam as próprias línguas’[...].
485

Além disso, Paes aponta a importância dos provérbios como fonte do conhecimento popular da realidade:

“no nível da fala popular, (o provérbio exerce a função) daquela função poética, apontada por Roman Jakobson (...) como ‘o enfoque da mensagem por ela própria’ que faz avultar em primeiro plano ‘o caráter palpável dos signos’.⁴⁸⁶

A partir de tais exemplos, pode-se entender a importância atribuída aos provérbios na cultura árabe e que sua utilização confere autenticidade aos textos.

Visto esta proposição, acredita-se que os provérbios e máximas são utilizados em obras como *Kalila e Dimna*, visando ratificar e autenticar os discursos e procedimentos propagados na obra através dos conselhos. Assim, o uso de discursos com tom preceptivo amiúde, seguidos de provérbios e máximas, ilustrava e fortalecia a posição do autor sobre os mais diversos assuntos políticos.

3.6 Tipologia dos Conselhos: Temáticas e conselhos aplicados em cada capítulo de *Kalila e Dimna*:

Ao analisarmos brevemente a obra *Kalila e Dimna* percebe-se que em sua estrutura configuram-se diversas narrativas e subnarrativas que abordam os mais diversos assuntos e conselhos. Através das vozes de animais e humanos os conselhos são apresentados com máximas, provérbios e fábulas com o objetivo de defender e constatar a sua veracidade.

Com os quadros abaixo, apresenta-se os conselhos chaves correspondentes a cada capítulo na forma de perguntas, por parte do narratário e aconselhado e as soluções para os problemas apresentados pelo narrador e aconselhador. Em suas respostas o aconselhador apresenta um paradigma de ordem universal, apoiando-se em provérbios, máximas e nas tradições que percorrem a Península Árabe desde a época pré-islâmica.

⁴⁸⁵ PAES. José Paulo. *Ibidem*.

⁴⁸⁶ PAES. José Paulo. *Ibid*.

Além dos conselhos chaves, são apresentados em forma de notas, os temas periféricos que são introduzidos nas narrativas. Estes estão ligados ou não ao tema principal do conselho, porém acrescentam doses de sabedoria e enriquecem o aconselhado ao longo da história que se desenrola durante o capítulo.

Os conselhos foram esquematizados de forma que as perguntas e respostas, que constam nos quadros abaixo, explorem as temáticas que se manifestam de forma oculta dentro do texto, pois a esta pesquisa interessa o conteúdo pedagógico veiculado aos reis e governantes.

QUADRO 2. Temática dos Conselhos em *Kalila e Dimna*

Capítulo:	Pergunta:	Resposta:	Conselho, Provérbios e máximas:
"O leão e o touro"	Como agir quando um mentiroso e traiçoeiro se interpõe entre dois homens, trazendo inimizade e ódio?	Quando este fato ocorre os homens irão dividir-se e o seu elevado apreço mútuo se corromperá, os inteligentes são os que mais devem recer-se da mentira, averiguando os fatos.	<p>"Nem todo aquele que se acerca dos reis o faz por causa de seu próprio estômago, pois este pode ser forrado em qualquer lugar [...] dentre os homens, somente os mais vis e os de menor brio se satisfazem [...] com pouco, tal como o cão esfomeado que consegue um osso seco e se contenta com ele". p.48</p> <p>"Quem leva a vida numa posição não olvidável, com dignidade para si e os seus terá vida longa, ainda que curta seja sua vida. E quem levar uma vida isolada e pobre, com poucos benefícios para si para os seus, terá vida curta, ainda que longa seja sua vida". P.49</p> <p>"Aqueles que detêm boas disposições diante de potentados nem sempre desfrutam dessa situação: aproximaram-se, mas antes estavam distantes e se acercaram". P. 50</p> <p>"O sábios já disseram: a três coisas não se atreve senão o néscio, e delas só poucos se salvam: acompanhar os potentados, confiar segredos às mulheres e tomar veneno para experimentar". P. 51.</p> <p>"O potentado não aproxima os homens porque seus pais lhe eram próximos, nem os distancia porque seus pais lhe eram distantes; ele observa o que eles tem e de quais deles poderia necessitar." P. 54</p> <p>"Costuma-se dizer: se o rei ficar</p>

			<p>sabendo que algum homem lhe equivale em engenho, posição, respeito, cabedais e seguidores, que o destrua, pois caso não o faça, será ele o destruído”p. 67</p> <p>“Quando se reúnem trapaceiros opressores contra o inocente íntegro, é bem possível que o destruam, ainda que eles sejam débeis, e ele forte.”p. 76</p> <p>“Quem não ouve as palavras benéficas dos amigos sofrerá.”p. 81</p> <p>“É estupidez buscar companheiros mediante deslealdade, reconhecimento mediante hipocrisia [...], auto-benefício mediante dano alheio, mérito e saber mediante comodismo e vida folgada”p. 86</p> <p>“Trapaça e a astúcia muitas vezes se voltam contra quem as urde”.p. 89</p> <p>“É o inteligente quem mais necessariamente deve recear-se da mentira daqueles, evitar-lhes o dano e averiguar todas essas coisas”. P. 92</p>
<p><i>Investigação acerca de Dimna</i></p>	<p>Quais são as consequências para o perito em intrigas e ardiloso?</p>	<p>Os governantes não devem preservar os traidores praticantes de perfídia que corrompem o homem, pois, a morte ou expulsão dos perversos constitui-se em conforto e bem para o rei e para seu rebanho.⁴⁸⁷.</p>	<p>“A pior pena é aplicada ao que se usa de estratagemas e arдил para separar a amizade e o apreço de dois amigos”p. 93</p> <p>“o rompimento da estima entre os dois [informante e informado], traição de confiança e o fim da confiança e início do temor, deixando assim de depositar os segredos ao informado”p. 96</p> <p>“O perdão deve ser concedido àqueles que perpetram delitos, mas desde que isso não ocorra em perdas de vidas, que não se trate de traição do vulgo, da qual sobrevêm danos que são sempre pretextados pelos vis quando perpetram más ações e que não se tente levar o rei a formular questões indevidas através de trapaça”p. 96</p> <p>“Aquele que trabalha com suspeitas sem contemplar com devido vagar nem delas se assegurar pode ser levado a crê naquilo que deve duvidas e a descrer daquilo em que deve crê”. P.100</p> <p>“A ambição e a cobiça do olhar derrotam o bom parecer do benevolente e a visão do sábio”p. 104</p> <p>“Os sábios já diziam: quando um</p>

⁴⁸⁷ “Quem busca benefício próprio mediante destruição do alheio – oprimindo-o com trapaças, estratagemas e embustes – não estará a salvo de que tal procedimento se volte contra si, nem de suas más consequências e resultados: cedo ou tarde, ele receberá a retribuição e recompensa, e de qualquer modo estará arruinado”.

			<p>interrogado corre o risco de perder a vida, ele não se limitará a dizer o que foi, mas no intuito de preservá-la, dirá também o que não foi”. P.104</p> <p>“Quem ajuda as traições dos criminosos associa-se a eles em suas ações.” P. 105</p> <p>“Cuida de ti próprio e só depois critique os outros, deixa as pessoas e conserta teus defeitos, que tu conheces bem.”p. 109</p> <p>“Quem possui atrevimento ou calunia o próximo cedo ou tarde será castigado”p. 115</p> <p>“Quem busca benefício próprio mediante destruição do alheio – oprimindo-o com trapanças, estratégias e embustes – não estará a salvo de que tal procedimento se volte contra si, nem de suas más consequências e resultados: cedo ou tarde, ele receberá a retribuição e recompensa, e de qualquer modo estará arruinado”.p. 116</p>
<p>“A Pomba de colar”</p>	<p>Como se iniciam as primeiras relações dos amigos sinceros?</p>	<p>As amizades são sinceras quando há auxílio mútuo, benefícios e comodidades que acarretam o bem e afastam o mal, sem risco para ambos.</p>	<p>“O inteligente nada equipara aos mais devotados amigos: nem tesouros nem quaisquer ganhos, pois tais amigos é que auxiliam em todo bem e consolam na adversidade.”p. 119</p> <p>“O inteligente não deve deixar-se iludir por acordos com o inimigo, nem por sua companhia”p. 123</p> <p>“O inteligente não fica em sossego ante seu inimigo, pelo contrário, mais e mais se põe desassossegado.” P. 123</p> <p>“Quem não tem amigos não tem companheiros, quem não tem filhos não deixa memória, quem não tem inteligência não tem este mundo nem o outro, e quem não tem cabedais é considerado falto de inteligência pelos outros, pois, o homem, quando assolado por danos e carência, é repellido pelos amigos e seus parentes rompem a estima para com ele passando a desprezá-lo”. P.129</p> <p>“As tribulações do mundo são conduzidas a quem delas padece pela ambição e cobiça, que põem o amigo do mundo em constantes e seguidas fadigas”P. 131</p> <p>“Homem de brio é muitas vezes dignificado mesmo sem dispor de cabedais, tal como leão é temido mesmo quando em repouso, já o rico não tem brios é desprezado conquanto vastos</p>

			<p>sejam seus cabedais”. P.133</p> <p>“O inteligente nunca considera um fardo o favor prestado, mesmo que seja pesado, e ainda que se arrisque ou se exponha ao perigo para prestar algum favor”.P.134</p>
<p>“Os corujões e os corvos”</p>	<p>Como deve o rei proceder acaso lhe chegue do inimigo ou de algum adversário, um pedido de acordo, embora tal inimigo ou adversário, em sua alma não seja honesto nem digno de confiança?</p>	<p>O rei não deve se sentir seguro em fazer uma aliança com o inimigo, mesmo que este lhe pareça arrependido ou busque proteção.</p>	<p>“A ninguém é lícito – caso seja solicitado pelo inimigo que o faz temer por si [...] ainda que esse inimigo afirme buscar a segurança e a concórdia e afete estima por seus soldados [...] a ninguém é lícito fiar-se e sentir-se seguro diante disso nem se iludir com tais dizeres, pois, ao lançar mão das coisas assemelhadas a esta, o inimigo talvez esteja à procura de oportunidade e chance adequadas para atacar.” “[...] e quem luta contra um rei arrojado e sagaz, bem assessorado, a quem as venturas não transformam nem assaltam os pavores, merece morrer”. P. 139</p> <p>“O rei que consulta e se aconselha pode conseguir, por meio da consulta os mais inteligentes dentre seus conselhos, triunfos que não conseguiria por meio de soldados e batalhas e abundância de equipamentos. O rei arrojado muito delibera, consulta e pede o parecer de seus conselheiros arrojados.”p. 142</p> <p>“Os reis só obtém triunfo com arrojos, e arrojo com firmeza de parecer, e firmeza de parecer com sólida proteção dos sigilos, os quais só se dão a cinco: a quem emite o parecer, a quem faz a consulta, ao enviado ou mensageiro, aos que ouvem as palavras do parecer, e aos que estudam, por meio de comparações e inferências, os efeitos do parecer e os modos de levá-lo a cabo” p. 143</p> <p>“Caso o rei proteja bem seus segredos, saiba escolher seus vizires, seja reverenciado pelo vulgo e evite dar a conhecer o que lhe vai pela alma, não porá a perder os bons resultados nem deixará a salvo os delinquentes, caso sopesse corretamente o que é útil e os recursos que investe, será natural que não lhe seja subtraído o melhor do que recebeu.” p. 144</p> <p>“o homem inteligente, quando acossado por algum perigo terrível que o faça temer a sinistra aniquilação de si mesmo e deu seu povo, não terá alternativa senão suportar incômodos, não o</p>

			<p>aflicindo a enorme paciência requerida, pois o que ele espera é chegar a um feliz resultado, não considerarás desagradável tal esforço, nem julgarás indigno submeter-se a quem é inferior a si até lograr seus objetivos.” P. 159</p>
<p>“O macaco e o cágado”</p>	<p>Como proceder quando se procura um objetivo, mas o perde após alcançá-lo?</p>	<p>O homem deve agir com inteligência para que o seu objetivo não lhe escape, pois se perdê-lo, dificilmente o alcançará novamente.</p>	<p>“Alcançar o objetivo é mais fácil do que preservá-lo, [...] o dotado de inteligência pouco fala e muito obra, reconhece os tropeços, certifica-se de todas as coisas antes de se lançar a elas e corrige os tropeços de sua obra com inteligência”. P.165</p> <p>“Se para chegar a grandes coisas um homem deve suportar coisas menores, será licito que essas coisas menores não o preocupem”.p. 166</p> <p>“Três coisas fazem aumentar o afeto e a confiança mútua entre os amigos: alimentar-se juntos, visitar a casa e conhecer os familiares e demais aparentados.”p. 167</p> <p>“O inteligente não deve negligenciar a busca do que vai pela alma de seus parentes, filhos, irmão e amigos em todos os assuntos, em todo instante e em toda palavra, no levantar-se e no sentar-se, e em todas as situações, pois tudo isso atesta o que vai pelos corações”. P. 169</p> <p>“O homem deve gastar seu dinheiro em três casos: com esmolas, caso almeje a outra vida; com adulações de potentados, caso almeje prestígio neste mundo, e com mulheres, caso almeje uma vida sossegada” p. 169</p>
<p>“O devoto e o mangust o”</p>	<p>O que acontece ao homem que age sem refletir e nem se certificar?</p>	<p>O homem que age sem refletir e nem se certificar acaba por se arrepender.</p>	<p>“Aquele em cujas ações não há reflexão e que tampouco se certifica de seus próprios mister não tardará a arrepender-se, [...] a pressa de quem não reflete as suas ações terá consequência irremediáveis” p. 173</p> <p>“O homem inteligente não se pronuncia a respeito do que não sabe nem julga por si mesmo o que lhe é destinado nem decretas o que lhe vai suceder.”p.173</p>
<p>“Iblād, Irāht e Xādarm, rei da Índia”</p>	<p>Quais dos procedimentos que, adotados pelo rei, irão nobilitá-lo ante seu rebanho, consolidand</p>	<p>Dentre todas estas virtudes é a magnanimidade dos reis, principalmente nos momentos de cólera que o auxiliam, fazendo-o tomar</p>	<p>“Aquilo com que melhor um rei preserva o reino, consolida o poder e dignifica a própria alma é a magnanimidade e o intelecto – que constituem a cabeça e o fundamento de todas as questões -, juntamente com a consulta a quem seja perspicaz, sutil e sábio. E o melhor de que os homens podem gozar é a magnanimidade, especialmente no</p>

	<p>o-lhe o reino e preservand o-lhe a terra: magnanimid ade ou brio ou liberalidade ou audácia?</p>	<p>a decisão correta acerca dos fatos, demonstrando assim sabedoria.</p>	<p>caso dos reis; nada é mais superior ou mais útil do que ela. E o melhor bem para a alma e a vida do homem é a mulher virtuosa⁴⁸⁸, de superior parecer e ponderada, pois caso o homem seja corajoso mas não magnânimo nem inteligente, ou magnânimo e inteligente mas consulte os não perspicazes, será abalado por qualquer ninharia, a tal ponto que deixará transparecer torpeza e debilidade, em razão dessa estultice e do equivocado parecer de seus companheiros e conselheiros. E, conquanto obtenham algum êxito [provisório] ou logrem um acerto qualquer por obra do acaso, o resultado final de suas ações será o arrependimento. Mas se, ao contrário, seu conselheiro possuir superioridade e nobreza – e o decreto divino o ajudar –, ele vencerá o adversário e derrotará o opositor e o regozijo será todo seu.” p.177 “O melhor alvitre para o rei, quando se dão sucessos que o angustiam, é consultar aqueles que o cobrem de bons conselhos e afeto e que se preocupam com seu estado e atribulações e com as coisas que o entristecem”.P. 181 “Todos devem ouvir as opiniões dos generosos, dos amigos e daqueles com tem parentesco, e aceitar suas recomendações.”p. 185 “Quem de fato for inteligente saberá que não deve apressar-se em torturar e castigar ninguém, especialmente aqueles em relação aos quais existe o temor do arrependimento [...]”p. 188 “São dois os que devem intensificar sua tristeza: aquele que comete crime e aquele que nunca exerce a piedade, pois a felicidade de ambos neste mundo é curta.”p. 189 “São dois os que nunca enxergam nada: o cego e o desprovido de inteligência, pois, assim como o cego não enxerga o céu [...], também o desprovido de inteligência não distingue o que o beneficia do que o prejudica, nem o inteligente do ignorante, nem o belo do feio, nem o bom do mau”.p. 190 ““São dois os que veem e merecem ter a</p>
--	---	--	--

⁴⁸⁸ No caso desta narrativa é a mulher que faz o papel de conselheira perspicaz e inteligente que auxilia o rei a tomar a melhor decisão.

			<p>felicidade intensificada: o clarividente e o sábio, pois, assim como o clarividente enxerga a luz do mundo e o que este contem, também o sábio enxerga o crime, evitando-o, e a piedade, exercendo-a, e o guia quem o segue pelo caminho do bem”.p.190</p> <p>“Os homens devem ser testados em dez coisas: o ousado, na batalha; o camponês, na lavoura; o escravo, na convivência com seu senhor; o rei, quando se encoleriza [demonstrando] qual é de fato seu saber e magnanimidades”. P. 198</p>
<p>“Mihrāyaz, o rei dos ratos”</p>	<p>Como deve o homem buscar um bom conselheiro, e qual o benefício proporciona do pelo conselheiro sapiente?</p>	<p>O governante deve sempre buscar o parecer de seus conselheiros leais e bons, ouvindo suas sugestões, pois um conselheiro sábio pode auxiliar o governante em todas as questões do reino, utilizando-se da inteligência e poupando esforços e sacrifícios.</p>	<p>“ouvi dos sábios que em duas questões o homem deve olhar para si mesmo, para seus filhos e sua gente, e consultar os bons conselheiros: um delas é não pensar mais sobre benefícios e danos passados, pretéritos e desaparecidos; e a segunda, não ter medo de aferrar-se aos benefícios que pode conquistar nem deixar de elaborar artimanhas para afastar o que é nocivo”. P. 202</p> <p>“Calamidades não podem ser afastadas senão mediante um planejador sapiente e certo”p. 202</p> <p>O caminho de todos os ratos [povo], e particularmente nosso [conselheiros] é dar o máximo, zelar e envidar esforços para fazer realizar-se o desejo do rei [...] ainda que com o sacrifício de nossas vidas” p. 202</p> <p>“O melhor caminho do homem, quando ele pretende dar prosseguimento a qualquer assunto, caso disponha de alguém sapiente por perto, é indagá-lo primeiramente e depois consultá-lo e tomar-lhe a opinião a respeito. Com tal método ser-lhe-á possível saber quais as consequências boas ou más desse assunto, por meio da perquirição e investigação minuciosa”. P.208</p>
<p>“O gato e o rato”</p>	<p>Se deve buscar uma conciliação ou pacto com um dos inimigos como escapatória de uma aniquilação? Como se</p>	<p>Se for o caso de fazer um acordo com um dos inimigos, certifique-se que esta seja a única escapatória, não o trate como amigo de verdade, porém se for preciso</p>	<p>“Não é toda hostilidade, lealdade, amizade e ódio que se firmam e perduram, pois muita amizade se transforma em ódio, e muito ódio se transforma em mor e amizade, conforme se sucedem incidentes e demais percalços. Quem é dotado de bom parecer e inteligência prepara para cada qual dessas ocorrências um parecer, buscando prevenir-se do que lhe pode suceder por parte do inimigo bem como</p>

	<p>deve dar tal conciliação ?</p>	<p>faça-o acreditar que existe uma amizade. Quando passado imediatamente o perigo, desfaça a aliança e retome-o como inimigo.</p>	<p>as aflições decorrentes do que se passa com o amigo. A inimizade que a alma carrega contra o inimigo não deve impedir quem é dotado de inteligência de aproximar-se de tal inimigo em busca do eventual benefício que ele possa proporcionar em caso de perigo do qual seja necessário safar-se, elaborando-se então parecer que dê ensejo à aproximação e conciliação. Assim, quem adotar um bom parecer a respeito, executando-se com arrojo, colherá aquilo de que necessita [...] o inteligente, quando deseja algum benefício da parte de seu inimigo, afeta-lhe amizade, e quando teme algum dano da parte do amigo, afeta-lhe inimizade”.p. 213 “O inteligente trata com fingidos modos seu inimigo caso se veja a isso obrigado, afetando-lhe amizade e fazendo-o crê que confia nele – caso não encontre alternativa –, apressando-se a afastar-se dele assim que encontre alguma maneira”. P. 218 “O inteligente é leal com quem fez acordo no limite dos termos aí estabelecidos, sendo a isso fiel com sua própria alma, mas não lhe permitindo fiar-se de maneira igual em ninguém; também não poupa nenhum esforço possível para manter-se afastado de seu inimigo”p. 219</p>
<p>“O rei e a ave Finza”</p>	<p>Em relação àqueles que nutrem ódio entre si, o que devem fazer para prevenir-se uns dos outros?</p>	<p>Neste caso a melhor solução é distanciar-se daquele que se nutre ódio, pois a aproximação neste caso só irá levar à aniquilação de um dos envolvidos ou de ambos. O homem deve procurar ser justo, generoso e zelar por suas amizades, pois quando o ódio recai sobre os homens dificilmente ele será revertido.</p>	<p>“Os homens de bom parecer já advertiram contra a permanência nas proximidades do ofendido, e disseram: que as gentilezas, delicadezas e honrarias que te presta o rancoroso não façam senão aumentar teu distanciamento em relação a ele, pois não encontrarás, para defender-te do ofendido rancoroso, nada mais firmemente seguro do que o horror, a distancia e a precaução”p. 222 “Os rancores ocupam, nos corações, lugares dolorosos e ocultos. As línguas não falam a verdade dos corações, e o coração testemunha mais corretamente”p.223 “Não é lícito que o dotado de bom parecer suponha o ofendido vá esquecer e deixar de lado a ofensa que lhe foi feita. O dotado de bom parecer deve rezear os ardis e as trapaças, e saber que, muitas vezes, os inimigos não são</p>

			<p>apanhados com força e arrogância, mas sim com sutileza e agrado, tal como o elefante selvagem é apanhado pelo elefante domesticado”.p. 223</p> <p>“O generoso não abandona suas companhias, nem rompe com seus irmãos, nem renuncia a conservá-los, malgrado tema pela própria vida[...]”p. 223</p> <p>“Também o ofendido, quando se aproxima do inimigo, estará se expondo à aniquilação”. P. 225</p> <p>“O pior dos cabedais são os que não se investem; a pior das mulheres é a que não trata bem o marido; o pior dos filhos é o que desobedece; o pior dos amigos é o que desampara seus amigos; o pior dos reis é o que provoca temor ao inocente; o pior dos países é o que não tem segurança nem fertilidade”. P. 226</p>
<p>“O leão e o chacal”</p>	<p>Aplica-me o paradigma no que tange às relações entre o rei e aqueles que lhe são próximos, e sobre a reconsideração das relações com quem dentre esses, tenha recebido punição ou tratamento grosseiro por causa de algum erro cometido ou injustiça sofrida.</p>	<p>Se o rei não reconsiderar suas relações com quem foi atingido por algum tratamento grosseiro ou punição por causa de uma falta que tenha cometido ou uma injustiça que tenha sofrido, isso será danoso para seus designos e obras. O bom governante deve reinar com o auxílio de seus vizires e bons conselheiros, estimando-os. Nas estruturas do poder, cada um deve ter a sua função de acordo com a capacidade de cada indivíduo.</p>	<p>“É lícito que o rei observe o estado de quem sofreu alguma dessas desgraças, e se tal pessoa dispõe de alguma utilidade da qual se possam esperar vantagens; assim se for alguém ao qual possa recorrer e em cujos pareceres e honestidade confiar, será lícito que o rei zeze por retomar suas relações com ele. A realeza não se exerce senão por meio de vizires e auxiliares, e estes não trazem vantagens senão por meio da estima e do bom conselho, e não há estima nem bom conselho senão por meio de pareceres firmes e de sobriedade.”P.227</p> <p>“Os afazeres do rei são muitos, bem como são muitos os encarregados e auxiliares que dele necessitam, embora sejam poucos os encarregados e auxiliares que reúnem os bons conselhos, os firmes pareceres e a sobriedade. E o único meio para atingir o modo pelo qual se obra retamente é que seja o rei conhecedor da estima daqueles de quem pretende auxiliar-se, de que utilidade e bom parecer cada um desses homens dispõe. Quando tiver certeza dessas coisas, por conhecimento próprio ou alheio, e souber o que é correto fazer, encaminhará para cada atividade quem, com seu conhecimento prévio, possuir lealdade, intrepidez e parecer correspondentes a tal atividade e defeitos que não prejudiquem a sua</p>

			<p>realização. Ademais, o rei deve estabelecer compromissos mútuos com aqueles a quem atribuiu encargos, e inspecionar as questões a eles atinentes a fim de que não se lhe ocultem suas boas ou más ações. Os reis tampouco devem, além disso, deixar o autor de alguma boa ação sem recompensa, e muito menos dar razão ao nocivo ou ao incapaz em sua incapacidade ou nocividade, pois, caso eles assim façam, o nocivo e o incapaz folgarão como folga o que bem obra e o que mal obra se tornará atrevido, corrompendo-se assim as coisas e perdendo-se a obra”.p.228</p> <p>“[...] quem pretenda fazer companhia ao potentado utilizando-se de veracidade, do bom conselho e da castidade, sem confundir isso com a adulação, não permanecerá muito tempo em sua companhia, pois se reunirão contra ele, com inimizade e inveja, tanto os amigos como os inimigos do potentado: os amigos porque disputarão sua posição, oprimindo-o e hostilizando-o por causa disso; já os inimigos do potentado irão detestá-lo por causa dos bons conselhos que lhe dá e do proveito que lhe traz”p.230</p> <p>“Fica sabendo que os reis, quando delegam a outrem aquilo que eles próprios deveriam empreender ou quando se encarregam a si próprio daquilo que deveriam encarregar a quem é capacitado a empreendê-lo, terão extraviado seus interesses e acarretado a corrupção para si. Os reis necessitam observar os diversos aspectos das questões; porém, caso deem preferência a determinados aspectos em detrimento de outros, não estarão a salvo dos erros de visão e deslizos de opinião [...]”p. 234</p> <p>“As coisas mais funestas para os homens em geral e para os governantes em particular são duas: impor privações aos bons ajudantes, conselheiros e fraternos amigos, e ter como conselheiros e fraternos amigos homens sem brio nem proveito” p.236</p>
‘O peregrino e o	Informa-me: a quem o rei deve	Convém aos reis e aos demais homens fazer o	“Os reis devem testar e experimentar, nos humildes e nos poderosos dentre os homens, tanto a gratidão e a lembrança

<p><i>ourives”</i></p>	<p>conceder favores? Em quem lhe é lícito ter confiança?</p>	<p>bem a quem merece, dando esperanças a quem apresenta gratidão. Convém aos reis que não prescindam de conceder favores àqueles que são fracos, que se fadigam e padecem necessidades. Deve-se ter bastante cautela em quem se confia e utilizar da inteligência para conceder favores e escolher as pessoas de confiança.</p>	<p>do apreço com a perfídia e a ingratidão. Depois, os reis deverão agir conforme as constatações que fizerem [...], é lícito que o homem inteligente, quando encontram pessoas que tenham lealdade e gratidão, bem proceda n que se refere às relações entre si e eles, pois talvez possa ter precisão deles em algum dia de sua vida, e então eles lhe retribuirão. Com efeito, o homem inteligente não raros se acautela dos homens, e não confia em nenhum deles; já se dizia: o dotado de inteligência não deve desprezar os pequenos nem os grandes dentre os homens nem dentre os animais, antes lhe convindo experimentá-los: assim, o que lhe fizer deve estar na medida daquilo que constata a respeito deles”. P. 241 e 242</p>
<p><i>“O filho do rei e seus companheiros”</i></p>	<p>Como um homem néscio pode alcançar honras e dignidades, ficando um sábio inteligente cheio de preocupações e fadigas?</p>	<p>Em algumas situações podem ser explicadas pelos homens e sim pela determinação divina.</p>	<p>“Tal como o homem não enxerga senão com seus olhos e não ouve senão com seus ouvidos, também o saber somente se complementa com a magnanimidade, inteligência e certificação; porém a predeterminação e o destino a tudo derrotam: a qualquer pretexto, enriquece ou destroem a quem pretendem alcançar”. P. 247 “Ninguém traz, para si próprio, bem algum ou expulsa mal algum, pois tudo provém de Deus”. P. 252</p>
<p><i>“A leoa e o animal Xa □har”</i></p>	<p>Fala-me acerca dos homens que só cessam de causar danos, agressões e injustiças aos outros quando lhe sucedem estes danos</p>	<p>Para alguns homens só é possível enxergar as coisas ruins que fazem, quando sofrem do mesmo mal que provocaram aos outros.</p>	<p>“Não se abalançam a procurar o que causa danos e males aos homens senão os ignorantes, os néscios, aqueles que enxergam mal as consequências das coisas neste mundo e na outra vida, aqueles que nada sabem sobre o que lhes sucederá quando chegar a hora do castigo e os atingir o funesto resultado do que até então lograram, castigo terrível que as palavras não podem abarcar. E, conquanto alguns deles se safem da punição que outros lhe aplicariam, por lhes suceder a morte antes da desgraceira resultante do que fizeram, servirá de lição para os demais o severo e enorme terror que emudece toda a palavra e descrição. Eventualmente, o ignorante poderá refletir sobre os desgostos que o</p>

			<p>atingem a partir de terceiros, tentando evitar que outros sejam vítimas de injustiças e agressões semelhantes as quem praticou e procurando na outra vida o beneficio daquilo que a renunciou". P. 253</p> <p>"conforma-te com a ação alheia da mesma forma que os outros se conformaram com as tuas ações, pois já se dizia: tal como avaliares serás avaliado". P. 254</p> <p>"Devido ao mau cuidado que tens com as consequências, à pouca reflexão que a elas dedicas, e à tua ignorância que os danos reverteram-se contra si". P. 254 e 255</p> <p>"É mais lícito que os seres humanos verifiquem bem as coisas nas quais tomarão alguma parte, pois já se dizia: o que não desejas para ti não o desejes para o alheio, e o que não queres que façam contigo não faça com os outros".P. 255</p>
<p>"O asceta e o hóspede"</p>	<p>Informa-me sobre aquele que para de fazer coisas que lhe são familiares e adequadas e procura fazer outras que não consegue, tentando depois voltar a fazer o que sabia; contudo acaba por se perder, quedando-se perplexo e hesitante.</p>	<p>Para os homens comuns as mudanças repentinas e a falta de planeamento em suas decisões podem acarretar dificuldades e problemas. Contudo, quando isto ocorre aos reis, as consequências podem ocasionar risco para o reino, pois demonstram um mal planeamento e falta de comprometimento com seus súditos</p>	<p>"Não se considera bem afortunado quem necessita do que não encontra nem lhe será possível encontrar, se mesmo assim sua alma o deseja, sua paciência diminui, e o ônus e as aflições disso decorrentes causam-lhe danos e acarretam-lhe fadigas. E tu serás muitíssimo bem afortunado e aquinhoado pela sorte caso te conformes com o que te coube e renunciés ao que não conseguirás nem alcançarás". P. 257</p> <p>"O governantes, em seu escasso comprometimento com os súditos no que se refere a isso e a coisas semelhantes, são mais censuráveis e de pior planeamento, porquanto a mudança dos homens de uma posição a outra impõe dificuldades e grandes sofrimentos. Ademais, nesse porém a oposição vai subindo de nível até colocar em grave risco o rei em seu reino". p.258</p>

A partir deste levantamento pode-se perceber que apesar da diversidade de temas abordados e do caráter humorístico e vulgar que também pode ser associado à obra, como vimos anteriormente⁴⁸⁹, estas características se tornam secundárias visto a abundância de conselhos relacionados ao âmbito do governo e ao aconselhamento do soberano. É possível notar que mais da metade dos capítulos que compõem a obra *Kalila e Dimna* possuem um conteúdo político-pedagógico direcionado exclusivamente para os procedimentos e ações do soberano em diversas situações que envolvem a governança e a manutenção do poder.

Assim, dentre os quinze capítulos que fazem parte da obra é possível diagnosticar que nove deles foram produzidos unicamente para o aconselhamento dos soberanos. Sendo este: “O leão e o touro”, “Investigação acerca de Dimna”, “Os corujões e os corvos”, “Iblād, Īrāht e Xādam, rei da Índia”, “Mihrāyaz, o rei dos ratos”, “O gato e o rato”, “O leão e o chacal”, “O peregrino e o ourives” e “O asceta e o hóspede”. Os outros sete capítulos trazem conselhos direcionados para o público em geral, homens comuns, a corte, sábios sem, no entanto, excluir os governantes nesta perspectiva.

Nestes capítulos destacados acima foram identificados conteúdos que expressam instruções acerca do bem governar, da justiça, das estratégias de governo e da manutenção do poder, do trato com os traidores e inimigos, regras de conduta para com o reino e os súditos e alertas quanto à escolha dos que serão próximos e que aconselharão o soberano. Com base neste levantamento foi possível observar que há uma presença maciça da temática relacionada ao aconselhamento dos soberanos, o que possibilitou caracterizar *Kalila e Dimna* como uma obra que se insere no gênero literário *espelhos de príncipe*.

⁴⁸⁹ Esta discussão foi apresentada em 3.2 “Uma obra, duas faces: Os objetivos do livro segundo *Kalila e Dimna*”

**KALILA E DIMNA: AS CARACTERÍSTICAS DO SOBERANO E AS AÇÕES
NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DO PODER**

Até o presente foram analisados os diversos contextos teóricos e históricos que envolveram a produção e a tradução da obra *Kalila e Dimna*. Todavia, após esta abordagem, segue-se para um segundo eixo no trato com a fonte.

Como foi identificada anteriormente, esta obra pode ser classificada como um *espelho de príncipes*, na qual se encontram instruções e conselhos dedicados aos soberanos e seus governos. Com o levantamento feito a partir do quadro temático no capítulo anterior⁴⁹⁰ foi possível identificar que nove dentre os quinze capítulos que compõem a obra possuíam uma temática política-pedagógica dedicada exclusivamente aos governantes e às práticas políticas. Este dado corrobora com ideia de que a obra foi produzida com o intuito de auxiliar e instruir os soberanos. Contudo, dentre estes capítulos identificados quatro deles se destacam por apresentarem conteúdos semelhantes dedicados, particularmente, aos procedimentos e ações necessárias à manutenção do poder.

É a partir da identificação da convergência dos conteúdos entre estes quatro capítulos que se inicia a análise propriamente dita da fonte, buscando reconhecer quais são os procedimentos e ações, apontados ao longo do texto, que devem ser adotados pelo soberano para que este possa se manter no poder⁴⁹¹. Tais procedimentos aparecem na obra *Kalila e Dimna* em forma de conselhos, fábulas e provérbios. Os capítulos selecionados são: **“Iblād, Īrāht e Xādarm, rei da Índia”**: *Quais dos procedimentos que, adotados pelo rei, irão nobilitá-lo ante seu rebanho, consolidando-lhe o reino?*; **“Os corujões e os corvos”**: *Como deve o rei proceder acaso lhe chegue do inimigo ou de algum adversário, um pedido de acordo?*; **“O leão e o chacal”**: *Paradigmas dos reis no que tange às relações entre eles e aqueles que lhe são próximos*; **“O peregrino e o ourives”**: *A quem o rei deve conceder favores? Em quem lhe é lícito ter confiança?*

⁴⁹⁰ QUADRO 2. Temática dos Conselhos em *Kalila e Dimna*, p. 139.

⁴⁹¹ Devido ao curto período de tempo que se contempla o curso para a obtenção do grau de Mestre, 2 anos, e os escassos recursos bibliográficos, juntamente com a complexidade da fonte em questão, *Kalila e Dimna*, pretende-se neste trabalho apenas apontar quais são os procedimentos e ações, salientadas pela obra, que auxiliam o governante na tarefa de manter o poder.

Todos estes capítulos são escritos em forma de diálogo entre o aconselhador (o filósofo) e o aconselhado (o rei), havendo sempre a pergunta central seguida da exposição das respostas e dos diversos ensinamentos secundários homologados por paradigmas, fábulas ou provérbios.

4.1 “IBLĀD, ĪRĀḥT E XĀDARM, REI DA ÍNDIA”: QUAL DOS PROCEDIMENTOS QUE, ADOTADOS PELO REI, IRÁ NOBILITÁ-LO ANTE SEU REBANHO, CONSOLIDANDO-LHE O REINO E PRESERVANDO-LHE A TERRA?

Conforme nota-se a partir do título, este capítulo é o eixo principal para esta pesquisa. Ao longo destes são expostos procedimentos e características que o governante deve seguir e possuir para auxiliá-lo na manutenção de seu poder e na legitimação de seu governo. Entre as mais diversas características que um rei deve expressar, são enumeradas a *magnanimidade*, o *brio*, a *liberdade* e a *audácia*. Dando início ao diálogo, o rei aconselhado expõe a sua pergunta ao filósofo aconselhador:

Fale-me, agora a respeito do procedimento que, adotado pelo rei, irá nobilitá-lo ante seu rebanho, consolidando-lhe o reino e preservando-lhe a terra: magnanimidade ou brio ou liberdade ou audácia?⁴⁹²

Dentre todas as características citadas, a mais importante que um soberano deve possuir, segundo o narrador é a magnanimidade – sabedoria – que o auxiliaria no fundamento de todas as questões. Porém, somente o intelecto não é suficiente, segundo o narrador, os reis necessitam aliar ao conhecimento a consulta dos sábios e eruditos:

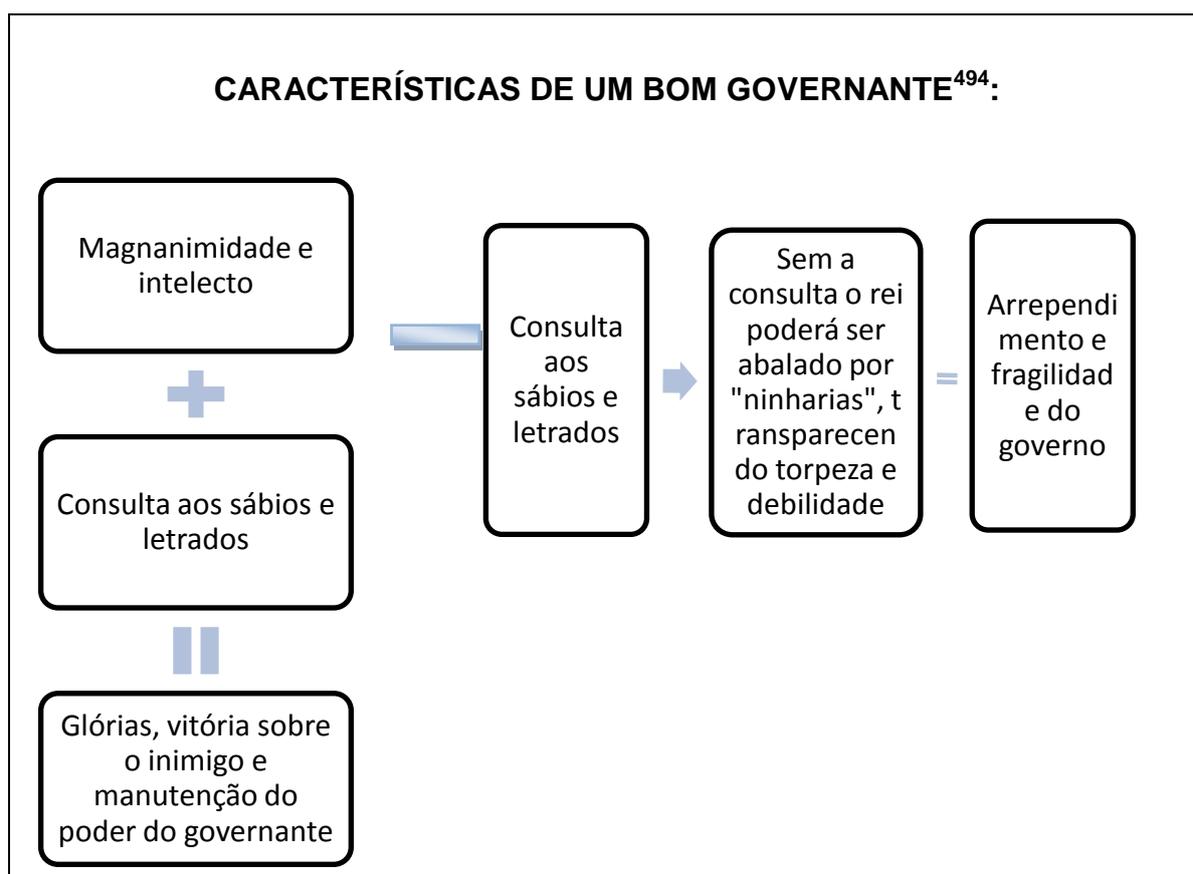
Aquilo com que melhor um rei preserva o reino, consolida o poder e dignifica a própria alma é a magnanimidade e o intelecto – que constituem a cabeça e o fundamento de todas as questões -, juntamente com a consulta a que seja perspicaz sutil e sábio. O melhor de que os homens podem gozar é a magnanimidade, especialmente no caso dos reis; e nada é superior ou mais útil do que ela. E o melhor bem para a alma e a vida do homem é a mulher virtuosa, de superior parecer e ponderada, pois caso o homem seja corajoso, mas não

⁴⁹² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P.177.

magnânimo nem inteligente, ou magnânimo e inteligente mas consulte os não perspicazes, será abalado por qualquer ninharia, a tal ponto que deixará transparecer torpeza e debilidade, em razão dessa estultice e do equivocado parecer de seus companheiros e conselheiros [...] Mas se, ao contrário, seu conselheiro possuir superioridade e nobreza – e o decreto divino o ajudar - , ele vencerá o adversário e derrotará o opositor [...].⁴⁹³

Como se pode observar, o filósofo vai além da simples resposta à pergunta feita pelo governante e introduz no seu discurso um empreendimento pedagógico. Trazendo relações de causa e consequência e utilizando-se da razão e da lógica, atesta a sua opinião quanto à principal característica que o soberano apresenta e espera que esta seja aceita. A seguir, pode-se observar um esquema que reproduz com clareza a defesa do conselho do letrado:

ESQUEMA 4:



⁴⁹³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005. P.177 e 178.

⁴⁹⁴ Esquema baseado em no texto: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Para conferir legitimidade ao seu conselho, o filósofo utiliza-se de narrativas exemplares, quase sempre baseadas em enredos de cunho histórico ou enraizadas no imaginário popular⁴⁹⁵. Com este recurso o narrador busca provar a aplicabilidade do conselho dado ao soberano através do exemplo de outrem:

[...] tal como o que nos foi relatado sobre as ocorrências entre Xādarm, rei da Índia, Īrāht, sua mulher, e Iblād, seu conselheiro e confidente.⁴⁹⁶

A partir de tal recurso o narrador faz com que o aconselhado insista em saber o que sucedeu ao personagem da narrativa interrogando-o: “*e como foi isso?*”. É a partir desta pergunta que o aconselhador inicia a narração da história proposta. Com esta estratégia, o conselheiro exemplifica e potencializa o conselho central, abrindo ainda brechas para introduzir outros conselhos a partir das subnarrativas.

Nesta narrativa exemplar é apresentada a história de Xādarm, o rei da Índia, Īrāht, sua mulher e Iblād, seu conselheiro e confidente. Este rei, apesar de ser descrito como um governante “*bom caráter e magnânimo*”⁴⁹⁷, deixou-se levar por maus conselhos, não aplicando seu intelecto e magnanimidade na escolha de seus auxiliares:

Em dada noite enquanto dormia Xādarm teve oito sonhos que o fizeram, um após o outro, acordar sucessivamente. Quando amanheceu, ele chamou os brâmanes – que eram ascetas – e lhes narrou os sonhos que tivera, ordenando-lhes que os interpretassem [...] Então eles se retiraram e a seguir fizeram uma reunião na qual disseram: ‘não faz muito tempo que o rei matou doze mil dos nossos [homens]. Agora ele está a nossa mercê, pois nos revelou seu segredo, e ficamos a par dos temores que os sonhos lhe suscitaram. Quiçá consigamos vingar-nos dele caso lhe dirijamos conselhos brutais; assim, o medo o levará a obedecer a nossos intentos, e lhe ordenaremos que nos dê aqueles que lhe são caros dentre os seus parentes e conselheiros. Diremos a ele: ‘estudamos em nossos livros e verificamos que nada afastará de ti o mal que viste nos sonhos senão a morte daqueles cujos nomes citaremos’. Caso pergunte: ‘a quem vos referis?’, diremos: ‘Īrāht, tua mulher, com vosso filho; o filho de tua irmã; Iblād,t

⁴⁹⁵ Segundo Jarouche, a maioria dos personagens ligados ao poder pode ser associados a figuras históricas reais, pois “constituem parte prévia do patrimônio historiográfico árabe, que começava a ser formado” Anônimo. *O leão e o chacal Mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

⁴⁹⁶ Ibn al-Muqaffa. Ibid.

⁴⁹⁷ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

teu confidente, pois ele tem astúcia e saber [...] a fim de colocarmos o sangue deles num tonel e enfiar-te dentro dele. Quando quisermos tirar-te de lá de dentro, todos os brâmanes nos reuniremos, vindo dos quatro cantos do mundo; faremos preces e te untaremos com água e pomadas aromáticas, e em seguida te conduziremos ao trono; assim, Deus terá afastado de ti toda aflição proveniente dos pesadelos que tivestes. Se fores paciente e aceites de bom grado, ficarás a salvo da terrível calamidade que se abateria sobre ti e te liquidaria. Porém, se não o fizeres, tememos que sejas deposto do reino e exterminado, e tua descendência, extinta.⁴⁹⁸

Este trecho expõe um cenário claro do que pode suceder ao governante quando este possui o intelecto, mas não o utiliza de forma correta, podendo levar à destruição de seus entes e a decadência de sua governança.

Após a apresentação da situação problema, aparece a figura de Iblād, o letrado e conselheiro real. Com a sua presença no texto inicia-se o discurso acerca dos procedimentos e do caráter que um soberano deve apresentar que o auxiliam na resolução das questões do poder:

É uma característica do rei, quando se encoleriza, o não dar atenção a quem quer que seja, deixando de medir as conseqüências de seus atos e de refletir sobre eles, quer sejam relativos a grandes questões quer a ninharias.⁴⁹⁹

Pode-se identificar a partir do trecho destacado acima, uma descrição de outra característica que o soberano deve possuir, a temperança. Segundo Tomas de Aquino, esta virtude tem como objetivo “a quietude do ânimo, fruto da ordem e do equilíbrio”⁵⁰⁰ e que neste caso dos rei, é uma virtude essencial no que tange à resolução de questões políticas e na continuidade do poder.

Como vimos anteriormente, as narrativas e os conselhos, em sua maioria, são seguidas de provérbios e máximas que potencializam e ratificam, com base no saber atemporal, o discurso proposto pelo narrador:

Será que não sabes que o melhor alvitre para o rei, quando se dão sucessos que o angustiam, é consultar aqueles que o cobrem de bons conselhos e afeto, e que se preocupam com

⁴⁹⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005

⁴⁹⁹ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

⁵⁰⁰ LAUAND, Luiz Jean. *Provérbios e Educação Moral – A filosofia de Tomás de Aquino e a pedagogia árabe do Mathal*. São Paulo, Hottopos, 1997.

seu estado e atribuições e com as coisas que o entristecem.⁵⁰¹

São dois os que veem e merecem ter a felicidade intensificada: o clarividente e o sábio, pois, assim como o clarividente enxerga a luz do mundo e o que este contem, também o sábio enxerga o crime, evitando-o, e a piedade, exercendo-a, e o guia quem o segue pelo caminho do bem.⁵⁰²

Até o presente momento foi apresentado, a partir da narrativa exemplar, o caráter inicial do rei, a situação problema e a má ação do soberano diante do problema. Logo após a exposição de todas estas questões, o narrador inicia o fechamento da história a partir da discussão do problema com o vizir, conselheiro e letrado fiel ao seu governo. A descrição das características deste personagem valida o conselho que este apresentará ao soberano:

Seja como for, dirige-te até Katayayrun, relata-lhe o caso todo e pergunta-lhe o que bem quiseres, pois ele é inteligente e leal, não havendo nada que esses brâmanes tenham que ele não tenha melhor, ainda que a origem dele seja brâmane; ele é jurista e íntegro asceta, e se ele te der um parecer semelhante ao dos brâmanes, cumpre-o, mas se ele divergir, fica sabendo que aqueles mentirosos são teus inimigos e pretendem introduzir o erro a teu reinado.⁵⁰³

Esta passagem do texto aborda uma das questões bastante difundidas no mundo islâmico na Idade Média, a prática do conselho feita aos crentes fiéis. Assim, a consulta ao vizir, que além de conhecedor das leis dos homens e de Deus possui um cargo de confiança, demonstra o procedimento correto que o soberano deveria ter tido assim que o problema se instaurou em seu reinado. Para confirmar tal ação o narrador apresenta os provérbios abaixo:

[...] todos devem ouvir as opiniões dos generosos, dos amigos e daqueles com quem tem parentesco e aceitar suas recomendações.⁵⁰⁴

O homem não deve fazer nenhuma coisa, grande ou pequena, senão com o parecer dos amigos e homens de bem.⁵⁰⁵

⁵⁰¹ Ibn al-Muqaffa. Idem.

⁵⁰² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵⁰³ Ibn al-Muqaffa. *Ibid*.

⁵⁰⁴ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵⁰⁵ Ibn al-Muqaffa. *Ibid*.

Assim, a partir da narrativa exemplar, na qual foi costurada segundo preceitos do Alcorão e da tradição popular através dos provérbios, convence o aconselhado – o soberano – que o seu conselho deve ser seguido e que sua sabedoria auxiliar-lo-á na manutenção do poder, pois segundo sua conclusão:

Na caminhada rumo aos grandes feitos, são de grande importância também os conselhos – se o bem que deles advém é, garantido, o mal que pode vir do mau conselho também o é, assim ‘O saber esclarece a inteligência, assim como a luz que ilumina as trevas.’⁵⁰⁶

Contudo, a partir destes recursos, acredita-se que o autor-tradutor pretende estabelecer uma reeducação da política à moral com um manual diferenciado, por ser ilustrado e particularizado pelo uso dos provérbios e fábulas, porém não deixando seu discurso menos rico de saberes e eloquências.

Ao longo do capítulo podem-se observar algumas características essenciais e certos procedimentos que o soberano necessita ter e seguir para manter seu poder. Identificou-se o perfil de um soberano que busca a manutenção de seu poder através de seus atos, pois a conquista territorial já havia sido iniciada nos anos de 740, agora os governantes abássidas lutavam para não só conservar esta conquista como também para se legitimar perante seus súditos. Neste momento as batalhas são conquistadas a partir da retidão moral do soberano, enfatizando-se com relevância características como a magnanimidade e a temperança, pois a política estava subordinada aos ditames da moral convencional.⁵⁰⁷ Assim, o comportamento político era ajustado às necessidades da realidade concreta, precisava estar em sintonia com o momento histórico e, portanto, devia pautar-se pelos aspectos objetivos e reais do mundo e das experiências cotidianas.

Neste capítulo o comportamento do rei, sua magnanimidade e temperança devem estar ligadas também à consulta aos sábios de bom parecer. Sem esta prática o rei pode ser abalado por decisões ruins e perder a estabilidade do reino. Assim, a presença do conselho e sua sabedoria também

⁵⁰⁶ FUJIKURA, Ana Lúcia Carvalho. *Os provérbios no livro de Calila e Digna*. São Paulo, Revista Hottopos

⁵⁰⁷ DINIZ, Eli. *Ética e política no medievo*. Revista de história econômica. nº 5 jan. – jun. De 1999.

aparecem como um dos procedimentos, ou instrumento necessários ao bom governo do soberano.

Acredita-se que a presença dos sábios letrados e eruditos, muitos como conselheiros, esta diretamente relacionada ao projeto político intelectual que a dinastia abássida promovia no Império, já que nos primeiros anos desta dinastia, houve uma intensa busca por transformar o Império numa “superpotência científica” associando-o as diversas tradições clássicas⁵⁰⁸.

Por fim, nota-se que as características identificadas nesta análise fazem parte de um modelo de comportamento baseado no mosaico cultural no qual o Império Abássida converge. Assim, a obra visa instruir o soberano para que suas ações e caráter auxiliem-no na manutenção e legitimação do poder diante da miscelânea étnica que compõe o Império neste momento.

4.2 “OS CORUJÕES E OS CORVOS”: COMO DEVE O REI PROCEDER ACASO LHE CHEGUE DO INIMIGO OU DE ALGUM ADVERSÁRIO, UM PEDIDO DE ACORDO?

Uma das situações mais caras é a presença de novas forças no poder, a constante ameaça de frentes inimigas. Com a dinastia abássida não foi diferente. Seus primeiros anos foram marcados por perseguições aos descendentes dos omíadas e uma grande instabilidade devido seu poder ser fruto de uma coalizão a partir de diferentes seguimentos⁵⁰⁹. Este capítulo vai de encontro com esta demanda, tratando-se dos procedimentos e da posição que o soberano deve impor quanto ao trato com o inimigo.

Como padrão repetido em todos os capítulos, o rei solicita ao filósofo que lhe informe a respeito de algo, que neste caso se configura no procedimento adequado aos reis caso lhe chegue do inimigo, ou algum adversário, uma proposta de acordo. A partir de tal indagação, o narrador expõe sua opinião novamente em forma de conselho:

⁵⁰⁸ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

⁵⁰⁹ HOURANI. Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A ninguém é lícito – caso seja solicitado por algum inimigo que o faz temer por si mesmo e por seus soldados, ainda que esse inimigo afirme buscar a segurança e a concórdia e afete estima por seus soldados e bem-querer por seus companheiros – a ninguém é lícito fiar-se e sentir-se seguro diante disso nem se iludir com tais dizeres, pois, ao lançar mão de coisas assemelhadas a esta, o inimigo talvez esteja à procura de oportunidade e chance adequadas para atacar.⁵¹⁰

A fim de ilustrar e ratificar seu conselho perante o soberano, o narrador inicia a exposição, desta vez, de uma fábula que narra a guerra entre dois reinos, dos corujões e dos corvos. Ao longo do texto, ao mesmo tempo em que o narrador enfeita o enredo com traços de humor e entretenimento, apresenta também os procedimentos necessários para que o soberano trate de forma sábia e prudente o inimigo:

Os reis só obtêm triunfo com arrojo, e arrojo com firmeza de parecer, e firmeza de parecer com sólida proteção dos sigilos, os quais só se dão a conhecer a cinco: a quem emite o parecer, a quem faz a consulta, ao enviado ou mensageiro, aos que ouvem as palavras do parecer, e aos que estudam, por meio de comparações e inferências, os efeitos do parecer e os modos de levá-lo a cabo⁵¹¹.

A partir deste trecho, notam-se modelos claros de caráter que os soberanos devem apresentar. A primeira característica apontada é o arrojo – coragem, determinação – que, juntamente com a justiça, magnanimidade e temperança, formam as virtudes cardeais que desde *A República*, de Platão, estão associadas ao exercício do poder⁵¹².

Contudo, não é a coragem para enfrentar o campo de batalha que é exaltada pelo narrador, e sim o arrojo para o uso de estratégias e artimanhas em combater o inimigo:

Com efeito, o inteligente não se sente seguro com o inimigo em nenhuma situação: caso esteja distante, não estará seguro de que não retorne, caso se mostre abertamente, não saberá o que planeja; caso esteja próximo, não saberá quando atacará, caso se encontre isolado, não estará seguro contra seu embuste. Os povos mais sagazes são aqueles que não fazem

⁵¹⁰ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵¹¹ Ibn al-Muqaffa. *Ibid.*

⁵¹² PLATÃO. *A República*. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 1993, cap. 4.

a guerra quando existe outro caminho. Na guerra, são as vidas que se desperdiçam, e, para além delas, também os cabedais [...].⁵¹³

Tudo quanto rogo é conseguir alguma artimanha que proporcione um pouco de alívio, pois a muitos povos sucedeu que, mediante artimanhas do bom parecer sobre questões gravíssimas, lograssem seu intento, o qual não houvera sido logrado por meio de porfias.⁵¹⁴

O uso de estratégias e de jogos de poder como procedimentos em detrimento das batalhas, apontado acima pelo narrador, nos dá um exemplo do novo cenário que havia se configurado com o estabelecimento da dinastia Abássida. Muitos dos seus confrontos agora não eram mais travados com enfrentamentos, pelo menos nas regiões já conquistadas do Império, , mas sim com disputas e estratégias políticas.

Encaminhando-se para o desfecho da fábula e para a concretização do conselho apresentado inicialmente, o narrador instrui o governante de maneira direta mediante a fala do conselheiro do rei dos corujões:

Quem se depara com a chance de executar algo importantíssimo e a desperdiça, não terá uma segunda vez; e quem busca uma oportunidade para agir e, obtendo-a, se dispersa, perderá essa oportunidade, que não retornará; e quem encontra enfraquecido o inimigo e não se livra dele, será atingido pelo arrependimento na hora em que esse mesmo inimigo se fortalecer e preparar, quando então não poderá enfrentá-lo.⁵¹⁵

Mesmo o conselho sendo apresentado por um dotado de bons pareceres, foi a opinião de outros conselheiros menos prevenidos que o soberano dos corujões resolveu acatar. Diante de tal situação, é apresentada como única consequência, pela falta de eloquência do rei dos corujões e pelo mau parecer seguido, a aniquilação:

É raro que os celerados triunfem, que os sequiosos por mulheres deixem de cair no opróbrio, que os glutões não adoçam e que os que sofrem a desgraça de ter vizires perversos não sejam aniquilados.⁵¹⁶

⁵¹³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵¹⁴ Cf.: Ibn al-Muqaffa.

⁵¹⁵ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵¹⁶ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

E já se dizia: que o arrogante grosseiro não ambicione jamais bons encômios, nem o velhaco muitos amigos, nem o cobiçoso falta de pecados, nem o rei negligente e de débeis vizires a manutenção de seu reino.⁵¹⁷

É a partir da narrativa da fábula, acrescentada de provérbios e máximas que o filósofo reafirma o conselho exposto ao soberano. Entretanto, pode-se observar que o narrador busca ir além do enraizamento de sua opinião, trazendo ao longo da obra temáticas políticas que estão presente no contexto histórico no qual o texto é assinalado, século VIII. Segundo Jarouche, esta perspectiva eleva à obra a um conjunto de concepções das políticas que vigoravam no oriente árabe medieval⁵¹⁸.

4.3 “O LEÃO E O CHACAL”: PROCEDIMENTO DOS REIS NO QUE TANGE ÀS RELAÇÕES ENTRE ELES E AQUELES QUE LHE SÃO PRÓXIMOS

Um dos cargos que mais tiveram prestígio ao longo do Califado abássida foi o de vizir. Em sua essência, segundo Robert Mantran, a administração abássida provinha dos omíadas, mas em seus detalhes, nota-se a introdução de outras etnias no funcionalismo público, principalmente persas⁵¹⁹. A instauração do cargo de vizir estava de acordo com a visão dos califas abássidas, que descarregavam sobre este personagem o seu cuidado da administração civil do Império. Em princípios, o vizir era, como os outros, um funcionário a quem o califa delegava parte de sua autoridade; mas como ocupava o primeiro posto na hierarquia, usava de sua posição para estreitar suas relações com o soberano e também com o poder⁵²⁰.

Seguindo esta perspectiva encontra-se o capítulo “*O leão e o chacal*”. Nele estão contidos procedimentos e instruções ao soberano acerca do trato

⁵¹⁷ Cf. Ibn al-Muqaffa.

⁵¹⁸ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵¹⁹ MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII*/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein, São Paulo: Pioneira, 1977.

⁵²⁰ Cf. MANTRAN, Robert. Cap. 4.

com seus auxiliares. Também aparecem conselhos a respeito do caráter dos reis mediante as situações de conflitos entre ele e seus auxiliares.

Ao iniciar o diálogo, o rei pergunta ao filósofo a respeito das relações entre ele e seus auxiliares:

“e se é pertinente reconsiderar uma relação com quem tenha recebido uma punição ou tratamento grosseiro por causa de algum erro cometido ou alguma injustiça sofrida?”

O filósofo responde a questão em forma de conselho, emitindo sua opinião e, logo em seguida, utilizando-se de uma fábula, busca exemplificar e autenticar seu conselho:

Se o rei reconsiderar suas relações com quem foi atingido por algum tratamento grosseiro ou punição por causa de uma falta que tenha cometido ou uma injustiça que tenha sofrido, isso será danoso para seus desígnios e obras; ao contrário, é lícito que o rei observe o estado de quem sofreu alguma dessas desgraças, e se tal pessoa dispõe de alguma utilidade da qual se possam esperar vantagens; assim, se for alguém ao qual se possa recorrer e em cujos parecer e honestidade confiar, será lícito que o rei zele por retomar suas relações com ele. A realeza não se exerce senão por meio da estima e do bom conselho, e não há estima nem bom conselho senão por meio de pareceres firmes e de sobriedade. Os afazeres do rei são muitos, bem como são muitos os encargos e auxiliares que dele necessitam, embora sejam poucos os encarregados e auxiliares que reúnem os bons conselhos e os firmes pareceres[...].⁵²¹

Neste trecho o narrador realça a importância dos auxiliares para a execução do poder e para a manutenção do mesmo, temática que se encaixa perfeitamente no contexto histórico descrito anteriormente. Para ele, o exercício do poder é feito através de um rei justo e de bom parecer, que saiba aplicar a justiça e reconheça o papel daqueles que o auxiliam, buscando distinguir a lealdade e o bom parecer destes. Segundo o narrado, este é o único caminho para um bom reinado:

E o único meio para atingir o modo pelo qual se obra retamente é que seja o rei conhecedor da estima daqueles de quem pretende auxiliar-se, de que utilidade e bom parecer cada um desses homens dispõe e quais defeitos eles tem. Quando tiver

⁵²¹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

certeza dessas coisas, por conhecimento próprio ou alheio, e souber o que é correto fazer, encaminhará para cada atividade quem, com seu conhecimento prévio, possuir lealdade, intrepidez e parecer correspondentes a tal atividade e defeitos que não prejudiquem a sua realização.⁵²²

Em seguida, ainda em seu discurso aconselhador, o narrador apresenta algumas características que o soberano deve possuir para que este possa fazer uma boa escolha dos seus auxiliares, além dos cuidados que deve tomar, já que alguns auxiliares alcançam altas posições de prestígios e são encarregados de importantes atribuições, como o cargo de vizir e conselheiro real:

O rei deve precaver-se de encaminhar alguém para alguma atividade na qual não se necessite brio, caso esse alguém o tenha; tampouco deve encaminhar para dada atividade alguém de cujos defeitos não estará a salvo, nem das conseqüências do que se teme que faça. Ademais, o rei deve, depois disso, estabelecer compromissos mútuos com aqueles a quem atribui encargos, e inspecionar as questões a eles atinentes a fim de que não se lhe ocultem suas boas ou más ações. Os reis tampouco devem, além disso, deixar o autor de alguma boa ação sem recompensa, e muito menos dar razão ao nocivo ou ao incapaz em sua incapacidade ou nocividade, pois, caso eles assim façam, o nocivo e o incapaz folgarão como folga o que bem obra e o que mal obra se tornará atrevido, corrompendo-se assim as coisas e perdendo-se a obra.⁵²³

Na descrição acima, o narrador apresenta um modelo de governante vigilante com seus auxiliares, além de enfatizar procedimentos como a prudência em escolher seus auxiliares, já que estes teriam funções que estariam diretamente ligadas ao poder, e a virtude da sabedoria para a distribuição destes cargos públicos.

Esta temática se torna conveniente ao califado abássida devido à quantidade de cristão, judeus, iranianos, persas e outras etnias que assumiram cargos públicos nos primeiros anos da dinastia. Segundo Jonathan Lyons estes anos iniciais do Califado Abássida foi marcado por uma abertura dos assuntos

⁵²² Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵²³ Cf. Ibn al-Muqaffa.

políticos e intelectuais às diversas etnias que, naquele momento, faziam parte do Império⁵²⁴.

Após expor seu conselho, o narrador apresenta a fábula “O Leão e o Chacal”. Esta narrativa trata, exclusivamente, da relação entre o soberano – o leão – e um sábio letrado que se torna conselheiro – o chacal. Este é chamado à corte pelo rei e escolhido devido a sua fama de asceta e seus bons pareceres. Contudo, é ao longo das falas deste personagem que o conteúdo político pedagógico a respeito do caráter do rei e de seus procedimentos aparece:

São os reis aqueles que mais licitamente devem escolher os auxiliares naquilo que lhes interessa em suas atividades e misteres, sem, no entanto, forçar ninguém a tal, pois o forçado não consegue desempenhar suas atividades com desvelo.⁵²⁵

Nesta passagem o narrador salienta o direito do soberano a respeito da escolha de seus auxiliares. Entretanto, alerta que esta vontade não pode sobrepor totalmente à vontade do outro, pois esta insistência pode trazer prejuízos às boas obras do rei. Nesta perspectiva o autor Albert Hourani, em sua obra *Uma história dos povos árabes*⁵²⁶, aborda que a escolha dos funcionários de maior prestígio do poder califal abássida, inclusive o cargo de vizir, eram escolhidos mediante duas situações, a primeira era que o escolhido, na maioria das vezes, já integrava os círculos cortesãos; e a segunda era que esta escolha era feita diretamente pelo governante. Este dado corrobora com o procedimento ditado pelo personagem neste trecho.

Outro procedimento exposto ao rei é o devido cumprimento do seu papel. Mesmo sendo lícito ao rei delegar poderes a outrem a fim de auxiliá-lo nas decisões políticas, o chacal salienta que o governante não deve atribuir certas decisões a seus auxiliares e quando isto acontece pode acarretar a corrupção a seu reino:

Fica sabendo que os reis, quando delegam a outrem aquilo que eles próprios deveriam empreender ou quando se encarregam

⁵²⁴ LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

⁵²⁵ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵²⁶ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

a si próprio daquilo que deveriam encarregar a quem é capacitado a empreendê-lo, terão extraviados seus interesses e acarretado a corrupção para si. Os rei necessitam observar os diversos aspectos das questões; porém, caso dêem preferência a determinados aspectos em detrimento de outros, não estarão a salvo dos erros de visão e deslizes de opinião.⁵²⁷

Com base nesta afirmativa o narrador apresenta características como a piedade, a inteligência, a certificação e o arrojo, necessárias ao soberano que busca governar com retidão, atendendo as demandas da Comunidade Islâmica sem artimanhas de outrem que possam levar seu governo à corrupção:

Ninguém é mais necessitado de parcimônia e ponderação do que os reis, pois a esposa só é o que é por causa do marido; o filho por causa dos pais; o discípulo, por causa do mestre; os soldados, por causa do comandante; o asceta, por causa da religião; o vulgo, por causa dos reis; os reis, por causa da piedade; a piedade, por causa da inteligência; a inteligência, por causa da certificação. No rei, o principio do arrojo é conhecer os membros de seu círculo, colocá-los na posição a que fazem jus e suspeitar [das acusações] de uns contra os outros.⁵²⁸

Por fim, o narrador a fim de concluir sua narrativa apresenta dois tipos de homens que estreitam relações com os soberanos e quais atitudes que este deve ter com cada um dos homens. O primeiro são os que buscam apenas o próprio proveito em sua relação com o soberano. Para esta atitude, o chacal adverte que o quanto mais cedo este for retirado do convívio com o soberano, mais afortunado será o seu governo:

O que se deve fazer, outrossim, é dispor os homens conforme a diversidade que apresentam entre sim, pois entre eles existe aquele em relação ao qual, quando se logra afastá-lo, o melhor parecer é não perder a oportunidade de lhe impedir um novo retorno, como também existe aquele que de modo algum se deve abandonar e afastar. Quem for conhecido pela perversidade, mesquinha lealdade, escassas honestidade e gratidão, distanciamento do temor de Deus e da misericórdia, denegação das recompensas e castigo da outra vida, inveja, excessivo apetite e ambição, celeridade em pensar o mal e isolar-se e lentidão em reconsiderar e reavaliar, esse, o mais arrojado parecer será afastá-lo [...]. Acautela-te de envolvimento com oito espécies: o ingrato que trai suas incumbências ; o incrédulo no Juízo Final e na recompensa e castigo, o exagerado em suas ambições, preocupações e

⁵²⁷ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵²⁸ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

irritações; quem se encoleriza, sem justificativa, com qualquer ninharia; quem não se satisfaz com nada, ainda que receba com abundância; o ardiloso malandro de obscuros ardis; o ardoroso adúltero e bebedor de álcool; o que sempre pensa mal dos outros, inconstante, agressivo e despudorado.⁵²⁹

Contudo, o chacal também expõe outra relação, a qual não se deve afastar nem renegar. Esta é a relação entre o soberano e o auxiliar de boa conduta e parecer, que pode com seu intelecto e sabedoria servir de meio para a manutenção e legitimação do poder:

“Já quem for conhecido pela bondade, nobre lealdade, gratidão, honestidade, amor aos seres humanos, imunidade à inveja e ao rancor, distanciamento das más ações e tolerância para com os companheiros e fraternos amigos, por mais que tal lhe pese, esse, será lícito que se busque sua companhia e relação e se impeça seu afastamento [...]. Liga-te dentre os companheiros e aquele com quem te envolve, ao grato e leal cumpridor de suas incumbências; aos generosos nas vicissitudes da vida; ao religioso, crente e temeroso a Deus; ao peito tranqüilo [na prática] do bem; ao sábio religioso que ama o bem dos seres humanos; ao misericordioso isento de ódio, que revela os pecados de seus fraternos amigos e os defende sem esquecer o apreço que lhes tem; e aquele cujo pudor e castidade foram postos à prova.”⁵³⁰

Assim, o narrador apresenta quais são os homens com os quais o soberano deve nutrir relações políticas, mesmo que algum erro ou injustiça tenha ocorrido. Entretanto, estas relações só dariam bons frutos quando feitas a partir do bom julgamento e da sabedoria do soberano em identificar o caráter e os bons pareceres destes homens.

Visto esta proposição, nota-se que mesmo nos primeiros anos da dinastia abássida, as questões políticas já pertenciam a um novo campo de batalha, no qual as disputas não eram mais travadas à base de ferro e fogo, mas sim a partir de procedimentos e modelos especificamente calculados para cada situação.

⁵²⁹ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵³⁰ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*

4.4 “O PEREGRINO E O OURIVES”: A QUEM O REI DEVE CONCEDER FAVORES? EM QUEM LHE É LÍCITO TER CONFIANÇA?

A dinastia abássida chegou ao poder em meados do século VIII, devido à coalizão de diferentes frentes, unidas sob um objetivo comum, a derrubada de um governo que se tornara incapaz de manter seu poder sobre um Império cada vez mais multifacetado. Entretanto, segundo Hourani, após ascensão da nova dinastia era preciso transformar esta coalizão instável de interesses distintos em algo mais estável e duradouro⁵³¹.

Os abássidas instauraram um governo forte, no qual o poder central estava concentrado nas mãos do califa e cercado por uma elaborada corte. Todavia, de acordo com Armstrong, seu império era igualitário na medida em que qualquer homem com capacidade poderia progredir no tribunal e na administração, independente da etnia a que pertencesse⁵³². Tal medida fez com que muitos persas, judeus, iranianos, cristãos etc. se aproximassem do governo e adquirissem cargos públicos. Em meio a esta perspectiva encontra-se o capítulo “*O peregrino e o ourives*”, que aborda questões a respeito da confiança dos soberanos aos que estão próximos ou aos que pretendem se aproximar do poder.

Ao iniciar o capítulo, o rei pede ao filósofo que lhe informe acerca da concessão de favores e pergunta sobre quais circunstâncias o soberano deve ter confiança em quem se aproxima do poder. De imediato, o filósofo apresenta seu conselho, informando ao rei quais são os procedimentos adequados a estas questões:

Convém aos reis e aos demais homens fazer o bem a quem o merece, dando esperanças a quem apresenta gratidão, sem olhar para seus parentes e íntimos, nem para aqueles que dentre os homens, são nobres, ricos e poderosos; convém aos reis que não prescindam de conceder favores àqueles que são fracos e fatigam e padecem necessidades. Nesse caso, o melhor parecer consiste em que os reis testem e experimentem, nos humildes e nos poderosos dentre os homens, tanto a gratidão e a lembrança do apreço como a perfídia e a ingratidão. Depois, os reis deverão agir conforme as constatações que fizerem. Assim, o médico hábil não trata os doentes com base na mera observação; ao contrário, ele

⁵³¹ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵³² ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

lhes examina a urina e mede a pressão, e só então realiza o tratamento, na medida dos conhecimentos auferidos sobre a doença.⁵³³

No trecho destacado nota-se que o narrador aponta quais são as ações e os cuidados necessários que os soberanos devem ponderar mediante a concessão de favores e a quem se deve confiar. Segundo as instruções do filósofo, o rei deve ser bondoso e conceder favores aos que apresentam gratidão e bons feitos, não importando sua procedência. Este dado corrobora com a afirmação de Karen Armstrong no que tange a ascensão de grupos de diversas etnias ao poder durante os primeiros anos do Califado Abássida⁵³⁴. Acredita-se que este processo faz parte da tentativa de unir os diversos grupos que estavam insatisfeitos com o governo Omíada devido aos privilégios que os árabes mantinham sobre as outras etnias.

Para autenticar e exemplificar este discurso, o filósofo apresenta uma narrativa exemplar, a história do peregrino e o ourives, que aborda questões acerca da ponderação das ações, da gratidão, da deslealdade e da confiança nos homens que a merecem. Neste exemplo, o peregrino salva a vida de três animais e de um homem, o ourives, o qual é descrito pelos animais como um ser ingrato. Quando os personagens voltam a se encontrar cada animal retribui o favor feito pelo peregrino, dando-lhe presentes e um deles salvando-lhe a própria vida; enquanto o ourives mostra ser um homem desleal e não merecedor de confiança quando se volta contra o peregrino, quem lhe salvou a vida.

O filósofo conclui a narrativa reafirmando o conselho inicial dado ao soberano utilizando-se dos personagens:

Nas atitudes e na ingratidão do ourives para com o peregrino, que o salvou de algo detestável, e na recompensa que lhe deram os animais, com um deles salvando-lhe da morte, há lições para quem reflete, ponderações para quem pensa e decora na realização de favores e boas ações para os homens leais e nobres, estejam próximos ou distantes, em razão do

⁵³³ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵³⁴ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

que aí existe de correção de parecer, obtenção do bem e expulsão do que é abominável.⁵³⁵

Após a conclusão da narrativa, o filósofo ainda usa das máximas e provérbios para dedicar ao soberano o último conselho, instruindo-o a utilizar as principais virtudes vinculadas a esta temática, a cautela e a inteligência:

Com efeito, o homem inteligente não raro se acautela dos homens, e não confia em nenhum deles; já se dizia: o dotado de inteligência não deve desprezar os pequenos nem os grandes dentre os homens nem dentre os animais, antes lhes convindo experimentá-los: assim, o que lhes fizer deve estar na medida daquilo que constata a respeito deles.⁵³⁶

Assim, a temática deste capítulo torna-se totalmente compreensiva visto a abertura dada pelo Califado Abássida aos diversos grupos étnicos pertencentes ao Império em meados do século VIII.

⁵³⁵ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

⁵³⁶ Ibn al-Muqaffa. *Ibidem*.

5. CONCLUSÃO

“Este livro contém tudo que o homem necessita para governar a si próprio, aos próximos e afins, além de tudo que necessita quanto a sua vida espiritual e material, a seu fim e a seu início, incitando-o a boa obediência aos reis e alertando-o quanto àquilo cujo abandono é melhor.”
Ibn al-Muqaffa⁵³⁷

Traduzido por quase trinta idiomas, a obra *Kalila e Dimna* e suas temáticas, sem dúvida transcendem os limites da cultura árabe-islâmica medieval, tornando o texto um dos clássicos da literatura política mundial. Ao longo desta dissertação avançou-se em analisar o caráter político-pedagógico da obra, desbravando a prática do aconselhamento nas primeiras décadas do Califado Abássida – século VIII –, dando enfoque ao seu discurso acerca da manutenção e legitimação do poder através de certos procedimentos e ações necessárias ao soberano.

Analisar a obra de Ibn Al-muqaffa, permitiu que diversos aspectos da sociedade islâmica medieval fossem descortinados, abrindo ainda inúmeros caminhos para novos estudos. Devida à riqueza e a extensão da fonte tornou-se necessário aplicar uma metodologia de análise, a partir de um quadro no qual eram apresentadas a tipologia dos conselhos aplicados em todos os capítulos, a fim de diagnosticar qual era o principal aspecto apresentado em *Kalila e Dimna*. A partir desta análise foi possível diagnosticar que em todos os capítulos, os temas eram apresentados da mesma forma, havendo uma pergunta inicial, que já apontava o conteúdo principal do capítulo, a resposta, esta vinha em forma de um conselho eloquente seguido de sua exemplificação mediante a apresentação de provérbios, máximas e narrativas fabulísticas.

Através deste quadro foi possível verificar quais eram as temáticas recorrentes em cada capítulo. Observa-se não obstante apresentação de diferentes temáticas, todos os capítulos possuíam um caráter pedagógico dedicados a um público alvo. Dentre os quinze capítulos que compõem a obra

⁵³⁷ Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

dois deles eram dedicados aos sábios e conselheiros, nos quais apresentavam assuntos que envolvem esta função, quatro eram dedicados a todos os homens, trazendo conselhos a respeito das relações deste em sociedade. Entretanto, nove dentre os quinze capítulos de *Kalila e Dimna* eram dedicados exclusivamente a aconselhar o soberano.

Dentre estes nove capítulos, notou-se a recorrência da mesma temática em quatro deles. Em todos eles eram apresentados conselhos que apontavam procedimentos e ações necessárias à manutenção do poder pelos soberanos. Para entender a recorrência desta temática foi preciso buscar na formação da comunidade islâmica as origens para a questão das disputas pela sucessão do poder.

Recuar até o período da morte do Profeta Muhammad, permitiu identificar a falta de uma resolução que guiasse a recém-criada sociedade islâmica no tocante à sucessão legítima do poder, gerando assim, um conflito que abriu espaço para a formação de duas frentes, os Xiitas e os Sunitas. Visto esta situação, pode-se perceber que as lutas protagonizadas pelos Xiitas e Sunitas em busca da sucessão legítima do poder provocaram uma ruptura política-religiosa na Comunidade sem, no entanto, apresentar uma solução definitiva para a questão. Não obstante, os califas da família omíada assumem o poder e governaram sob uma nuvem de indecisão, caindo diante de diversos conflitos gerados pela insatisfação e falta de consolidação de um governo legítimo.

Como a questão do governo legítimo ainda era um problema e diante da dificuldade de solucioná-lo utilizando-se da imposição do poder, como fez o governo omíada, notou-se que a dinastia abássida optou por uma nova estratégia que possibilitou a sua ascensão ao poder. Assim, reuniu grupos de diferentes interesses em torno de uma questão comum, derrubar o governo que não era mais considerado legítimo e que não atendia às demandas da nova sociedade. Contudo, após a ascensão dos Abássidas, outra questão se apresentou, a manutenção do poder, pois o império agora possuía dimensões continentais e, além disso, englobava algumas das mais importantes tradições do medievo como o Bizâncio, a cultura persa e hindu. Através dessas reflexões, foi possível diagnosticar uma estratégia utilizada pelos primeiros

governantes para manter a unidade política: a valorização dos saberes oriundos do mosaico cultural que constituíam o império.

A partir de meados do século VIII, abriu-se caminho para os diversos grupos étnicos como, judeus, cristãos, hindus e, principalmente, persas no Califado Abássida. Com este dado pode-se notar que o governo abássida permitiu não só a reunião das principais tradições que já circularam pelo mundo, gerando um importante trabalho de coleta de saberes que se encontravam dispersos, como também proporcionou uma integração das coalizões que auxiliaram os abássidas na ascensão do poder, pois era permitido a estes homens assumir papéis cada vez mais influentes nos assuntos políticos e intelectuais no Império. Diante deste cenário, proporcionado pela política de valorização do conhecimento, eruditos e letrados como Ibn al-Muqaffa povoavam as cortes e os salões dos soberanos. Com isso, notou-se que a erudição e outros esforços intelectuais tornaram-se um meio importante de ascensão social, fazendo com que as produções, principalmente literárias, estivessem ligadas aos interesses dos soberanos e sua corte ou feitas para demonstrar fidelidade ao soberano.

Devido a este contexto histórico ligado à época da obra *Kalila e Dimna* e a vida de seu autor, foi possível notar que a produção desta obra, em especial, pode ser associada a este período de valorização do saber, no qual os letrados e eruditos produziam obras com a finalidade de agradar e prestar fidelidade ao governo em questão. Também se pode entender a recorrência da temática ligada aos procedimentos e ações necessárias à manutenção do poder nos quatro capítulos analisados, pois com a ascensão do governo dos abássidas ainda não cessa a questão da sucessão legítima perante toda a Comunidade islâmica. Assim, os governantes necessitam todo o tempo manterem-se alertas, buscando meios de prolongar-se no poder.

Em *Kalila e Dimna* são apontadas como ações necessárias ao soberano o uso do intelecto e a magnanimidade, juntamente com a consulta aos sábios, pois a utilização destas trazem melhores pareceres às questões que surgirem ao longo do desempenho do poder, trazendo estabilidade ao reino. Também aparece como um procedimento necessário o uso de estratégias que permitam ao soberano ganhar disputas sem ir efetivamente ao campo de batalha. Esta ação nos dá um exemplo do novo cenário que havia

se configurado com o estabelecimento da dinastia Abássida. Muitos dos seus confrontos agora não eram mais travados, pelo menos nas regiões já conquistadas do Império, com enfrentamentos, mas sim com disputas e estratégias políticas. Outros procedimentos aparecem com a finalidade de mostrar quais são as virtudes inerentes aos soberanos como a justiça, o bom parecer e a bondade. Tais características fazem com que o governante seja reconhecido perante a Comunidade, pois apresenta as virtudes necessárias aos homens do bom governo.

Portanto, conclui-se que a obra *Kalila e Dimna* traz em seu conteúdo questões inerentes ao momento político vivido pelos governantes das primeiras décadas da ascensão dos abássidas, buscando auxiliar o soberano na tarefa de governar, trazendo procedimentos e ações que irão nobilitá-lo como governante legítimo, sendo estas baseadas nas tradições do Oriente, pois o Império Islâmico neste período estende-se muito além da Península Arábica e da etnia árabe.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

6.1. FONTES:

Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Anônimo. *O Leão e o chacal mergulhador* / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche. – São Paulo: Globo, 2009.

6.2 OBRAS CITADAS

Abdullah Assawi. Cairo, Matbaʿat Abdulhamid, 1938.

Abu al-Feda, *Les déterminations de la ville*. Trad. Gaston Wiet, Cairo, L'Institut Français d' Archéologie Orientale, 1937.

Abu Bark Assuli. *Livro das folhas*. Cairo, 1935.

Abu Hayyan Attawhidi. *Deleitamento e afabilidade*. Edição do Cairo, v.1, 1953.

Addin, Laylà Hasan. *Kalila wa Dimna fi al'adab al arabi* (*Kalila e Dimna* na literatura árabe). Amã, Arrisala, s/d.

ALHURASANI. M.G. *Kalila wa Dimna*. *The Enciclopaedia of Islam*. v.IV, 2ª Ed., 1990.

Al-Masudi. *The Meadows of Gold*. Trad. Paul Lunde e Caroline Stone. Londres, Kegan Paul, 1989.

Al-Māwardī. *Al-Aḥkām al-sulṭāniyya wa-al-Wilāyāt al-Dīniyya. The Ordinances of Government*. London: Garnet Publishers LTD., 1996.

Anônimo. *Nasihāt almuluk "O aconselhamento dos reis"*, Cairo, 1988.

Anuwayri. *Nihayat alarab fi funun aladab "O extremo da inteligencia nas artes do decoro"*. Cairo, s.d., v. 6.

BENCHEIKH, Jamel Eddine; Miquel, André. *D'Aabie ET d'Islam*.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: *Illuminationem*. Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Historie*. Paris, Colin, 1943.

GIBB, H. A. R., AND KRAMERS, J. H. *Shorter Encyclopaedia of Islam*. Leiden: E. J. Brill, 1953.

GREIMAS, A.J. *Sémantique structurale*. Larousse, Paris. Trad. Milano Rizzoli, 1968.

IBN KHALDŪN. *Le livre des Exemples, l'Autobiographie, Muqaddima*.

ISKANDAR. Jamil Ibrahim. *Al-Qu'ān: O Corão, o livro divino dos muçulmanos*.

LEFEBVRE, M.J. *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa*. Coimbra: Almedina, 1975.

MEYERHOF. Max. *New light on Humain ibn Ishaq and his period*. Isis 8, n.4, 1926.

PEDERSEN, Johannes. *The Arabic Book*. Trad. Geoffrey French, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1984.

RADWĀN, Assayyid, *A pérola preciosa na política do líder” de Ibn Alhaddād* (século XIII). Beirute, 1983.

Said al-Andalusi, *Science in the Medieval World: “Book of the Categories of Nations”*. Trad.: Semaan I. Salem e Alok Kumar. Austin, University of Texas Press, 1991.

SAYILI, Aydin. *The observatory in Islam*. Acaran, Turk Tarih Kurumu Basimevi, 1960.

SOARES, N. N. C. O príncipe ideal no século XVI e a Obra de D. Jerônimo Osório. Coimbra: INIC, 1994.

SOURDEL, Dominique. *L'imamisme vu par Le Cheikh al-Mufid*. Paris: Geuthner, 1974.

SOURDEL. Dominique. *La biographie d'Ibn Al-Muqaffa d'après les sources anciens*. Beirute, Dar Almasira, 1988.

TOMÁS DE AQUINO (Sto.) *Summa Theologiae*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristiano, 1965-1994.

Wafayat al' ayan wa 'amba 'abna azzaman (A morte do notavel e as noticias dos filhos de cada época), Cairo, Maktabat Annahda Akmisritta, 1948.

Watt, W.M. *The Formative Period of Islamic Thought*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1973.

6.3 OBRAS CONSULTADAS

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976. 1ª ed. Brasileira.

AGUIAR, Rafael Hofmeister de. *Teoria da narrativa considerações*. Disponível em: [HTTP://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/](http://geoprocessos.wordpress.com/2011/08/25/teoria-da-narrativa-consideracoes/) Acessado 30/05/2013 as 15:08.

ALCORÃO. *Tradução de Samir El Hayek 11. ed. São Paulo: Marsam Editora Jornalística, 2001.*

AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. Editora Cultrix. Lisboa, 2004.

Anônimo. *O Leão e o chacal mergulhador / traduzido do árabe por Mamede Mustafá Jarouche*. – São Paulo: Globo, 2009.

ANÔNIMO. *Livro do Tigre e do Raposo*. Tradução: Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Amaral Gurgel Editorial, 2010.

ANTES, Peter. *O Islã e a Política*. São Paulo: Paulinas, 2003

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Ayad, A.S. *A Civilização árabe*. Bahia: Fundação Gonçalo Moniz, 1965.

BELATO, Dinarte. *Civilizações clássicas I*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Editora Brasiliense, 4ªEd. trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV): o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta*. Tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense, 2007.

Bülent Penay. *Overview of World Religions Projec*. Disponível em: <http://mb-soft.com/believe/ttw/hanafi.htm>. Acessado em 22/10/2013 às 22:14.

CAMPANINI, Massimo. O pensamento islâmico político medieval. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

CAUDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, vol. 2 p. 1694.

DANZIGER, Marlies K. e JOHNSON W. Stacy. *Introdução ao estudo crítico da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1974. Trad. Álvaro Cabral, com a colaboração de Catarina T. Feldmann.

DEMAND, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin. A fábula esópica anônima. Alfa, São Paulo, nº 33 Disponível em: www.seer.fclar.unesp.br/alfa. Acessado em 25/02/2012.

DINIZ, Eli. *Ética e política no medievo*. Revista de história econômica. nº 5 jan. – jun. De 1999.

DUARTE, N.. *O Poder da Fábula. Forma Breve*, Portugal, 0, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/204/175>. Acesso em 18 jun de 2011 às 01:32.

Ducellier, Alain; KAPLAN, Michel; MARTIN, Bernadette. *A Idade Média no Oriente, Bizâncio e o Islã: dos Bárbaros aos Otomanos*. Trad. Luís de Barros. Dom Quixote, Lisboa, 1994.

Enciclopédia Einaudi, vol. 17: Literatura-Texto. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

FARAH, Paulo D. *O Islã*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FILHO, Mário G. de Q.. *A corte do Leão: um manual do cortesão nas fábulas de La Fontaine – França 1668-1695*. 1999. Tese de Doutorado – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

FREITAS, Maria Teresa de. *A História na Literatura: princípios de abordagem*. Revista de História n. 117, p. 171-176, dez. 1984.

FUJIKURA, Ana Lúcia Carvalho. *Os provérbios no livro de Calila e Digna*. São Paulo, Revista Hottopos

GIORDANI, Mário Curtis. *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis, Vozes, 1976.

HEERS, Jacques. *História medieval*. São Paulo: Difel/EUSP, 1974.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Ibn Sina. *O livro da alma*. Tradução de Miguel Attie Filho. São Paulo: Globo, 2011.

ISBELLE, Sami Armed. *O Estado Islâmico e a sua Organização*. Rio de Janeiro: Azaan, 2008.

JANSEN, Hans. What is Sharia?. Disponível em: <<http://frontpagemag.com/2012/dr-hans-jansen/what-is-sharia/>>. Acesso: 16/01/13.

LAUAND, Luiz Jean. *Provérbios e Educação Moral – A filosofia de Tomás de Aquino e a pedagogia árabe do Mathal*. São Paulo, Hottopos, 1997.

LE BON, Gustave. *A Civilização Árabe*. Trad. Augusto Souza. Curitiba: Paraná Cultura, 1965. vol. 3 e 5.

LE GOFF, Jaques e SCHIMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*”. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial SP, 2002, vol. II.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LYONS, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. Pedro Maia Soares. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2011.

MANTRAN, Robert. *Expansão muçulmana: séculos VII-XII/ Robert Mantran; tradução de Trude Von Laschan Solstein*, São Paulo: Pioneira, 1977.

MATOS, Olgária C.F. *Narrativa e Arte de bem-viver*. Revista Omnia Lumina. São Paulo, vol. 1 n.1, Jan/Jun. 2010. Disponível em www.revistaomnialumina.org.br/index.php/omnia/article/viewFile/11/pdf_5. Acesso 18 jul. 2011 às 00:17.

MIKHAL, Hanna. *Politics and Revelations. Mawardî and after*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/104516915/Al-Mawardi%E2%80%99s-Ordinances-of->

Government-written-during-the-decline-of-the-Muslim-state-was-not-about-the-development-of-a-comprehensive-political-theo.pdf. Acesso em 22/11/2013 às 14:30.

MONTADA. Josep Puig. *A língua árabe*. In.: *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

MUNIZ, R.C. Márcio O *Leal conselheiro*, de Dom Duarte, e a tradição dos *Espelhos de príncipe*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2003.

NARS, Helmi. "O Alcorão. Sua história e sua origem". *Revista de História, USP, São Paulo*, v.45, n.91, jul./set., 1972, pp. 27-38.

O patrimônio literário pré-islâmico e sua repercussão na Cultura Árabe. IN. *O Islã clássico: itinerários de uma cultura*. Org.: Rosalie Helena de Souza Pereira. São Paulo: Perspectiva 2007.

PAES. José Paulo. *A Ponte Necessária*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

PINTO, P. G. Hilu da Rocha, *Islã: Religião e Civilização – uma abordagem antropológica*. São Paulo, Editora Santuário, 2010.

PLATÃO. *A República*. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 1993, cap. 4.

Rippin, Andrew. *Muslims: their religious beliefs and practices*. Vol. 1 London: Routledge, 1990.

SARAIVA, Juracy Assmann (org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SARAIVA, Juracy Assmann. Narrativa literária: aspectos composicionais e significação. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org.). Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCHUON, Josef. *Para compreender o Islã: Originalidade e universalidade da religião*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004

SEGRE, C. Narração / narratividade. *Enciclopédia Einaudi*, vol.17. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

SPINA. Segismundo. *A cultura literária medieval*. São Paulo, Editorial Ateliê. 2ª Ed., 1997.

VARGAS. Maria Valéria A. de M. “A Fábula indiana e a sua expansão para o ocidente”. *Revista de Estudos Árabes*, São Paulo, Centro de Estudos Árabes-FFLCH/USP, nº4.

VERNET, Juan. *Literatura árabe* / Juan Vernet [3.ed.] Barcelona : Labor, 1972.

7. ANEXOS

7.1. ANTOLOGIA DA FONTE *KALILA E DIMNA*

Texto 1

Título: O LEÃO E O TOURO

Referência: Ibn al-Muqaffa-. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 45-92

Resumo: Este capítulo trata dos procedimentos que devem ser adotados pelo soberano quando um mentiroso e traiçoeiro se interpõe entre dois homens, trazendo inimizade e ódio. Quando este fato ocorre os homens irão dividir-se e o seu elevado apreço mútuo se corromperá. Os inteligentes são os que mais devem recear-se da mentira e averiguar-se dos fatos.

O potentado não aproxima os homens porque seus pais lhe eram próximos, nem os distancia porque seus pais lhe eram distantes; ele observa o que eles tem e de quais deles poderia necessitar. Costuma-se dizer: se o rei ficar sabendo que algum homem lhe equivale em engenho, posição, respeito, cabedais e seguidores, que o destrua, pois caso não o faça, será ele o destruído. É o inteligente quem mais necessariamente deve recear-se da mentira daqueles, evitar-lhes o dano e averiguar todas essas coisas.

Texto 2

Título: INVESTIGAÇÃO ACERCA DE DIMNA

Referência: Ibn al-Muqaffa-. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 93-118

Resumo: Este capítulo aborda quais são as conseqüências para o perito em intrigas e esquemas ardis. Aponta ainda, quais são os procedimentos que devem ser adotados pelos soberanos para que seu governo fique livre de traidores e de praticantes de perfídia.

A pior pena é aplicada ao que se usa de estratégias e ardis para separar a amizade e o apreço de dois amigos. O perdão deve ser concedido àqueles que perpetraram delitos, mas desde que isso não ocorra em perdas de vidas, que não se trate de traição do vulgo, da qual sobrevêm danos que são sempre pretextados pelos vis quando perpetraram más ações e que não se tente levar o rei a formular questões indevidas através de trapaça. Quem ajuda as traições dos criminosos associa-se a eles em suas ações.

Texto 3

Título: **A POMBA DE COLAR**

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 119-138

Resumo: Neste capítulo são apresentadas lições acerca do cuidado que os homens devem ter com as amizades, mostrando-se um manual em que são ensinadas as relações dos amigos sinceros. Pois as amizades sinceras se revelam através do auxílio mútuo, benefícios e comodidades que acarretam o bem e afastam o mal sem risco para ambos.

O inteligente nada equipara aos mais devotados amigos: nem tesouros nem quaisquer ganhos, pois tais amigos é que auxiliam em todo bem e consolam na adversidade.

Quem não tem amigos não tem companheiros, quem não tem filhos não deixa memória, quem não tem inteligência não tem este mundo nem o outro, e quem não tem cabedais é considerado falto de inteligência pelos outros, pois, o homem, quando assolado por danos e carência, é repellido pelos amigos e seus parentes rompem a estima para com ele passando a desprezá-lo.

Texto 4

Título: **OS CORUJÕES E OS CORVOS**

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 139-164

Resumo: Este capítulo fala a respeito de como o rei deve proceder acaso lhe chegue do inimigo ou de algum adversário um pedido de acordo, embora tal inimigo ou adversário, em sua alma, não seja honesto nem digno de confiança. Para tal situação, é recomendado que o rei não deva se sentir seguro em fazer uma aliança com o inimigo, mesmo que este lhe pareça arrependido ou busque proteção.

A ninguém é lícito – caso seja solicitado pelo inimigo que o faz temer por si [...] ainda que esse inimigo afirme buscar a segurança e a concórdia e afete estima por seus soldados [...] a ninguém é lícito fiar-se e sentir-se seguro diante disso nem se iludir com tais dizeres, pois, ao lançar mão das coisas assemelhadas a esta, o inimigo talvez esteja à procura de oportunidade e chance adequadas para atacar, [...] e quem luta contra um rei arrojado e sagaz, bem assessorado, a quem as venturas não transformam nem assaltam os pavores, merece morrer.

O homem inteligente, quando acossado por algum perigo terrível que o faça temer a sinistra aniquilação de si mesmo e de seu povo, não terá

alternativa senão suportar incômodos, não o afligindo a enorme paciência requerida, pois o que ele espera é chegar a um feliz resultado, não considerarás desagradável tal esforço, nem julgarás indigno submeter-se a quem é inferior a si até lograr seus objetivos.

Texto 5

Título: *O MACACO E O CÁGADO*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 165-172

Resumo: Este capítulo traz conselhos que auxiliam o homem a focar nos seus objetivos para que estes não sejam perdidos logo após serem alcançados, pois quando esta situação ocorre, dificilmente o objetivo será alcançado novamente.

Alcançar o objetivo é mais fácil do que preservá-lo, [...] o dotado de inteligência pouco fala e muito obra, reconhece os tropeços, certifica-se de todas as coisas antes de se lançar a elas e corrige os tropeços de sua obra com inteligência.

Se para chegar a grandes coisas um homem deve suportar coisas menores, será licito que essas coisas menores não o preocupem.

Texto 6

Título: *O DEVOTO E O MANGUSTO*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 173-176

Resumo: O objetivo deste capítulo é demonstrar que o homem que age sem refletir e sem se certificar de suas ações acaba por se arrepender.

Aquele em cujas ações não há reflexão e que tampouco se certifica de seus próprios mister não tardará a arrepender-se, [...] a pressa de quem não reflete as suas ações terá consequência irremediáveis. O homem inteligente não se pronuncia a respeito do que não sabe nem julga por si mesmo o que lhe é destinado nem decretas o que lhe vai suceder.

Texto 7

Título: *IBLĀD, ĪRĀḥT E XĀDARM, REI DA ÍNDIA*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 177-200

Resumo: Este capítulo tem como objetivo ser um explícito manual de regras e condutas que um soberano deve seguir para auxiliá-lo no governo, resultando em nobilidade ante seu rebanho, consolidando-lhe o reino e preservando-lhe a terra. Dentre todas estas virtudes é a magnanimidade dos reis, principalmente nos momentos de cólera que o auxiliam, fazendo-o tomar a decisão correta acerca dos fatos, demonstrando assim sabedoria.

Aquilo com que melhor um rei preserva o reino, consolida o poder e dignifica a própria alma é a magnanimidade e o intelecto – que constituem a cabeça e o fundamento de todas as questões -, **juntamente com a consulta a quem seja perspicaz, sutil e sábio**. E o melhor de que os homens podem gozar é a magnanimidade, especialmente no caso dos reis; nada é mais superior ou mais útil do que ela. E o melhor bem para a alma e a vida do homem é a mulher virtuosa, de superior parecer e ponderada, pois caso o homem seja corajoso mas não magnânimo nem inteligente, ou magnânimo e inteligente mas consulte os não perspicazes, será abalado por qualquer ninharia, a tal ponto que deixará transparecer torpeza e debilidade, em razão dessa estultice e do equivocado parecer de seus companheiros e conselheiros. E, conquanto obtenham algum êxito [provisório] ou logrem um acerto qualquer por obra do acaso, o resultado final de suas ações será o arrependimento. Mas se, ao contrário, seu conselheiro possuir superioridade e nobreza – e o decreto divino o ajudar –, ele vencerá o adversário e derrotará o opositor e o regozijo será todo seu.

Os homens devem ser testados em dez coisas: o ousado, na batalha; o camponês, na lavoura; o escravo, na convivência com seu senhor; o rei, quando se encoleriza [demonstrando] qual é de fato seu saber e magnanimidades.

Texto 8

Título: *MIHRĀYAZ, O REI DOS RATOS*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 201-212

Resumo: Este capítulo apresenta-se como um guia no qual traz informações a respeito da busca por um bom conselheiro, assim como os benefícios proporcionados pelo conselheiro sábio. Seu objetivo é convencer o soberano que este deve sempre buscar o parecer de seus conselheiros leais e bons, ouvindo suas sugestões. Um conselheiro sábio pode auxiliar o governante em todas as questões do reino, utilizando-se da inteligência e poupando esforços e sacrifícios.

Calamidades não podem ser afastadas senão mediante um planejador sábio e certo.
O melhor caminho do homem, quando ele pretende dar prosseguimento a qualquer assunto, caso disponha de alguém sábio por perto, é indagá-lo primeiramente e depois consultá-lo e tomar-lhe a opinião a respeito. Com tal método ser-lhe-á possível saber quais as consequências boas ou más desse assunto, por meio da perquirição e investigação minuciosa.

Texto 9

Título: *O GATO E O RATO*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 213-220

Resumo: Neste capítulo é abordada uma situação bastante específica no que tange ao trato com o inimigo. Ele traz uma reflexão sobre como se deve buscar uma conciliação ou pacto com um dos inimigos como escapatória de uma aniquilação. Através de conselhos o autor traça quais são as estratégias que o soberano deve seguir se for o caso de fazer um acordo com um dos inimigos, devendo se certificar que esta seja a única escapatória. Alertando que o soberano para que não o trate como amigo de verdade, porém se for preciso faça-o acreditar que existe uma amizade. Quando passado imediatamente o perigo deve-se desfazer a aliança e retomá-lo como inimigo.

O inteligente trata com fingidos modos seu inimigo caso se veja a isso obrigado, afetando-lhe amizade e fazendo-o crê que confia nele – caso não encontre alternativa –, apressando-se a afastar-se dele assim que encontre alguma maneira. O inteligente é leal com quem fez acordo no limite dos termos aí estabelecidos, sendo a isso fiel com sua própria alma, mas não lhe permitindo fiar-se de

maneira igual em ninguém; também não poupa nenhum esforço possível para manter-se afastado de seu inimigo.

Texto 10

Título: *O REI E A AVE FINZA*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 221-226

Resumo: Este capítulo trata da relação daqueles que nutrem ódio entre si e dos procedimentos necessários para prevenir-se uns dos outros.

Os homens de bom parecer já advertiram contra a permanência nas proximidades do ofendido, e disseram: 'que as gentilezas, delicadezas e honrarias que te presta o rancoroso não façam senão aumentar teu distanciamento em relação a ele, pois não encontrarás, para defender-te do ofendido rancoroso, nada mais firmemente seguro do que o horror, a distancia e a precaução.

Não é lícito que o dotado de bom parecer suponha o ofendido vá esquecer e deixar de lado a ofensa que lhe foi feita. O dotado de bom parecer deve rezear os ardis e as trapagens, e saber que, muitas vezes, os inimigos não são apanhados com força e arrogância, mas sim com sutileza e agrado, tal como o elefante selvagem é apanhado pelo elefante domesticado.

Também o ofendido, quando se aproxima do inimigo, estará se expondo à aniquilação.

Texto 11

Título: *O LEÃO E O CHACAL*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 227-240

Resumo: Este capítulo trata das relações entre aqueles que lhe são próximos, e sobre a reconsideração das relações com quem dentre esses, tenha recebido punição ou tratamento grosseiro por causa de algum erro cometido ou injustiça sofrida, pois, se o rei não reconsiderar suas relações com quem foi atingido por injustiça, isso será danoso para seus desígnios e obras. O bom governante deve reinar com o auxílio de seus vizires e bons conselheiros, estimando-os.

É lícito que o rei observe o estado de quem sofreu alguma dessas desgraças, e se tal pessoa dispõe de alguma utilidade da qual se possam esperar vantagens; assim se for alguém ao qual possa

recorrer e em cujos pareceres e honestidade confiar, será lícito que o rei zele por retomar suas relações com ele. A realeza não se exerce senão por meio de vizires e auxiliares, e estes não trazem vantagens senão por meio da estima e do bom conselho, e não há estima nem bom conselho senão por meio de pareceres firmes e de sobriedade.

As coisas mais funestas para os homens em geral e para os governantes em particular são duas: impor privações aos bons ajudantes, conselheiros e fraternos amigos, e ter como conselheiros e fraternos amigos homens sem brio nem proveito.

Texto 12

Título: *O PEREGRINO E O OURIVES*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 241-246

Resumo: Este capítulo tem como objetivo informar aos reis quem são os merecedores de favores e em quais tipos de homens o soberano deve confiar, trazendo conselhos que norteiam os procedimentos necessários para estas escolhas.

Os reis devem testar e experimentar, nos humildes e nos poderosos dentre os homens, tanto a gratidão e a lembrança do apreço com a perfídia e a ingratidão. Depois, os reis deverão agir conforme as constatações que fizerem [...], é lícito que o homem inteligente, quando encontram pessoas que tenham lealdade e gratidão, bem proceda n que se refere às relações entre si e eles, pois talvez possa ter precisão deles em algum dia de sua vida, e então eles lhe retribuirão. Com efeito, o homem inteligente não raros se acautela dos homens, e não confia em nenhum deles; já se dizia: o dotado de inteligência não deve desprezar os pequenos nem os grandes dentre os homens nem dentre os animais, antes lhe convindo experimentá-los: assim, o que lhe fizer deve estar na medida daquilo que constata a respeito deles.

Texto 13**Título: O FILHO DO REI E SEUS COMPANHEIROS**

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 247-252

Resumo: Este capítulo não possui um direcionamento específico para o soberano, e sim para os homens em geral. Seu enredo apresenta uma reflexão a respeito das situações que não podem ser explicadas pelos homens e sim pela determinação divina.

Tal como o homem não enxerga senão com seus olhos e não ouve senão com seus ouvidos, também o saber somente se complementa com a magnanimidade, inteligência e certificação; porém a predeterminação e o destino a tudo derrotam: a qualquer pretexto, enriquece ou destroem a quem pretendem alcançar [...] quem bem observa e trabalha as coisas que tudo está na predestinação e no destino; ninguém traz, para si próprio, bem algum ou expulsa mal algum, pois tudo provém de Deus poderoso e elevado. Em tudo Deus faz o que quer e decide como bem lhe apraz. Que as almas se tranquilizem e que os corações se confortem com tal fato, do qual desfruta todo aquele que Deus inspirou e a quem concedeu êxito, riqueza e bem-estar.

Texto 14**Título: A LEOA E O ANIMAL XA HAR**

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 253-256

Resumo: Neste capítulo são abordadas questões acerca dos homens que só cessam de causar danos, agressões e injustiças aos outros, quando lhes sucedem estes danos, pois para estes, só é possível enxergar as coisas ruins que fazem quando sofrem do mesmo mal que provocaram aos outros.

Não se abalançam a procurar o que causa danos e males aos homens senão os ignorantes, os néscios, aqueles que enxergam mal as conseqüências das coisas neste mundo e na outra vida, aqueles que nada sabem sobre o que lhes sucederá quando chegar a hora do castigo e os atingir o funesto resultado do que até então lograram, castigo terrível que as palavras não podem abarcar. E, conquanto alguns deles se safem da punição que outros lhes aplicariam, por lhes suceder a morte antes da desgraceira resultante do que fizeram, servirá de lição para os demais o severo e enorme terror que emudece toda a palavra e descrição. Eventualmente, o ignorante

poderá refletir sobre os desgostos que o atingem a partir de terceiros, tentando evitar que outros sejam vítimas de injustiças e agressões semelhantes as quem praticou e procurando na outra vida o benefício daquilo que a renunciou.

É mais lícito que os seres humanos verifiquem bem as coisas nas quais tomarão alguma parte, pois já se dizia: o que não desejas para ti não o desejes para o alheio, e o que não queres que façam contigo não faça com os outros.

Texto 15

Título: *O ASCETA E O HÓSPEDE*

Referência: Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.

Localização: páginas 253-256

Resumo: O objetivo deste capítulo é alertar o soberano que se concentre nas ações e procedimentos que lhe são adequados e que não procure fazer as outras que não são. Tentando depois voltar a fazer o que sabia, acaba por se perder, quedando-se perplexo e hesitante. Para os homens comuns as mudanças repentinas e a falta de planejamento em suas decisões podem acarretar dificuldades e problemas. Contudo, quando isto ocorre aos reis, as consequências podem ocasionar riscos para o reino, pois demonstram um mal planejamento e falta de comprometimento com seus súditos.

Os governantes, em seu escasso comprometimento com os súditos no que se refere a isso e a coisas semelhantes, são mais censuráveis e de pior planejamento, porquanto a mudança dos homens de uma posição a outra impõe dificuldades e grandes sofrimentos. Ademais, nesse porém a oposição vai subindo de nível até colocar em grave risco o rei em seu reino.

Não se considera bem afortunado quem necessita do que não encontra nem lhe será possível encontrar, se mesmo assim sua alma o deseja, sua paciência diminui, e o ônus e as aflições disso decorrentes causam-lhe danos e acarretam-lhe fadigas. E tu serás muitíssimo bem afortunado e aquinhoado pela sorte caso te conformes com o que te coube e renunciés ao que não conseguirás nem alcançarás.

7.2 ILUSTRAÇÕES DE *KALILA E DIMNA*

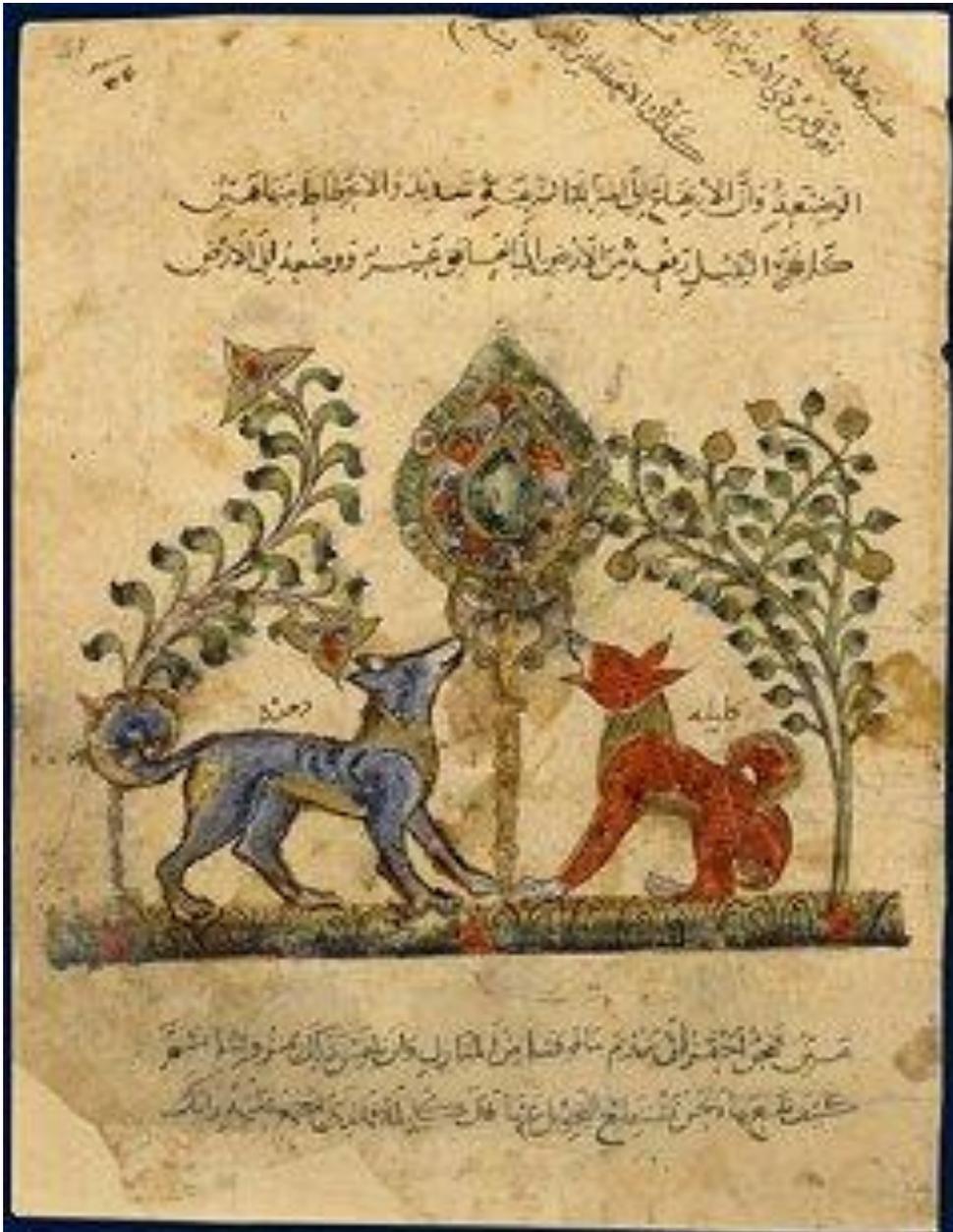


Ilustração 1: *Kalila e Dimna* – “No manuscrito mameluco, a paleta de cores é brilhante e a posição dos animais estática. A planta central, que era o eixo da imagem desapareceu.” (Reproduzido de 'Abd Allah Ibn al-Muqaffa', *Kalila wa Dimna*. Syrie ou Égypte ?, milieu XIV^e siècle ? Papier BNF, Manuscrits orientaux (Arabe 3465/f.48. In: <http://expositions.bnf.fr/livrarab/enimages/salle4/index.htm>. acesso em 29 de jun 2011 às 23:20



Ilustração2: Dimna e o leão Bankala – “O leão e Dimna, mostrados no manuscrito, de frente um para o outro, em ambos ao lado de uma árvore estilizada semelhante a uma palmeira. Plantas que estruturam a composição de uma grande variedade de formas voltada para uma representação realista.” (Reproduzido de 'Abd Allah Ibn al-Muqaffa', *Kalîla wa Dimna*. Syrie ou Égypte ?, milieu XIV^e siècle ? Papier BNF, Manuscrits orientaux [Arabe 3467/f.52]. In: <http://expositions.bnf.fr/livrarab/enimages/salle4/index.htm>. acesso em 29 de jun 2011 às 23:18



Ilustração 3: Corvos atizando chamas nas corujas em uma caverna – “As chamas vermelhas e ouro formam o eixo central. Os rostos das corujas e os ramos de palmeira parecem derreter perante o fogo. De certo, a composição interpreta a cena com uma intensidade dramática que vai além da história anedótica” (Reproduzido de 'Abd Allah Ibn al-Muqaffa', *Kalila wa Dimna*. Syrie ou Égypte ?, milieu XIV^e siècle ? Papier BNF, Manuscrits orientaux [Arabe 3465/f.106v] In: <http://expositions.bnf.fr/livrarab/enimages/salle4/index.htm>. acesso em 29 de jun 2011 às 23:18

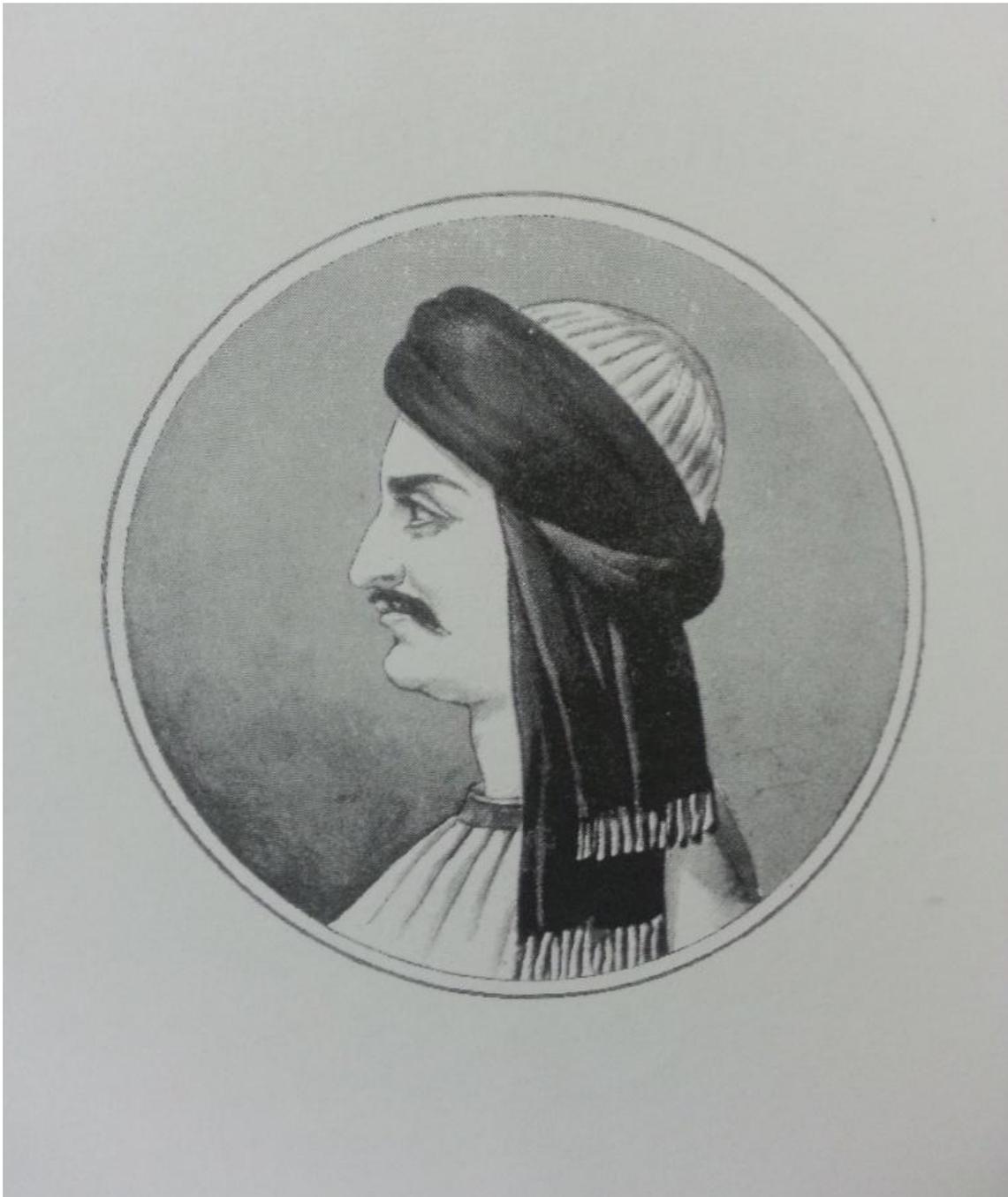
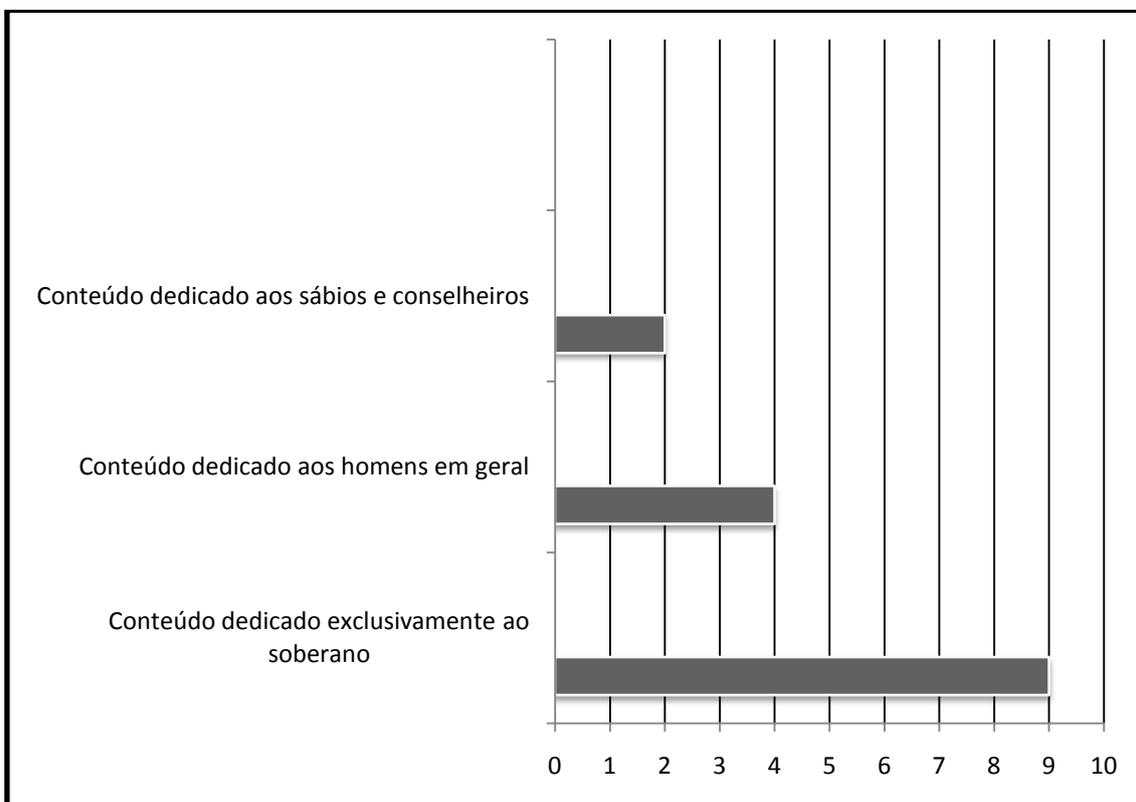


Ilustração 4: “Ibn Almuqaffa tal como imaginado por um anônimo artista egípcio do início do século XX” (Reproduzido de Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.)

7.3. Gráfico do quantitativo de capítulos dedicados aos respectivos públicos alvo:



Dados coletados com base na obra Ibn al-Muqaffa. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo – Martins Fontes, 2005.